

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FERNANDO KOGUS

COMPARTIMENTAÇÃO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO –
OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DA CRIAÇÃO DE MUNICÍPIOS NO
ESTADO DO PARANÁ ENTRE 1988 E 1997

CURITIBA
2015

FERNANDO KOGUS

COMPARTIMENTAÇÃO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO –
OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DA CRIAÇÃO DE MUNICÍPIOS NO
ESTADO DO PARANÁ ENTRE 1988 E 1997

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientação: Prof. Dr. Adilar Antônio Cigolini

CURITIBA
2015

K78c

Kogus, Fernando

Compartimentação do território e desenvolvimento : os impactos socioeconômicos da criação de municípios no estado do Paraná entre 1988 e 1997/ Fernando Kogus. – Curitiba, 2015.

127 f. : il. color. ; 30 cm.

Dissertação - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-graduação em Geografia, 2015.

Orientador: Adilar Antônio Cigolini .

Bibliografia: p. 114-116.

1. Território. 2. Política governamental - Autonomia. 3. Desenvolvimento. I. Universidade Federal do Paraná. II. Cigolini, Adilar Antônio. III. Título.

CDD: 320.12

MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS DA TERRA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
- MESTRADO E DOUTORADO




PARECER

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Geografia reuniram-se para a arguição da Dissertação de Mestrado, apresentada pelo candidato **FERNANDO KOGUS** intitulada **"COMPARTIMENTAÇÃO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO – OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DA CRIAÇÃO DE MUNICÍPIOS NO ESTADO DO PARANÁ ENTRE 1988 A 1997"** para obtenção do grau de Mestre em Geografia, do Setor de Ciências da Terra, da Universidade Federal do Paraná Área de Concentração Espaço, Sociedade e Ambiente, Linha de Pesquisa Produção e Transformação do Espaço Urbano e Regional.

Após haver analisado o referido trabalho e argüido o (a) candidato (a), são de parecer pela APROVADO da Dissertação.

Curitiba, 16 de setembro de 2015.

Nome e Assinatura da Banca Examinadora:



Prof. Dr. Adilar Antonio Cigolini - orientador

Profª. Drª. Olga L. C. de Freitas Firkowski - PPGGEO/UFPR

Profª. Drª. Rosa Moura – IPARDES

Dedico:
Ao meu filho Raul Serenato Kogus.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Prof. Dr.^o. Adilar Antônio Cigolini pelo acompanhamento, orientação, amizade e paciência ao longo desta caminhada.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pela concessão da bolsa de mestrado, sem o benefício seria impossível a realização do curso.

Aos Professores Dr.^o Luís Lopes Diniz Filho e a Dr.^a Olga Lúcia Castreghini de Freitas Firkowski pelos comentários e sugestões no momento da qualificação desse trabalho.

As Prof.^a. Dr.^a Rosa Moura e a Prof.^a. Dr.^a Olga Lúcia Castreghini de Freitas Firkowski, membros da banca dessa dissertação.

Ao Prof. Dr.^o Paulo Roberto Delgado pelas discussões e sugestões na elaboração da metodologia adotada no quarto capítulo dessa dissertação.

À minha esposa Marilene Serenato pela paciência em me escutar nos momentos vividos durante o período de realização desta dissertação, além de desprender seu tempo em ajudas, leituras e discussões sobre a pesquisa.

À minha mãe Eunice Martins Kogus, sempre presente em minha vida e minhas Cleide Aparecida Kogus e Yara Martins Kogus.

Ao Curso de Pós-Graduação em Geografia, do Setor de Ciências da Terra, da Universidade Federal do Paraná, na pessoa da coordenadora Prof.^a. Dr.^a. Olga Lúcia C. de Freitas Firkowski, pelo entendimento das situações adversas.

Aos amigos Quéops, Lázaro, Welington, Carlos, Thiago e Guilherme da República Varal de Cachaça pelo apoio e companherismo.

E enfim, a todos que contribuíram para que esta dissertação pudesse ser concluída.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	VIII
LISTA DE FIGURAS.....	IX
LISTA DE GRÁFICOS.....	X
LISTA DE SIGLAS.....	XI
RESUMO.....	XII
ABSTRACT.....	XIII
INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I - O TERRITÓRIO COMO CONDIÇÃO DE AUTONOMIA E DESENVOLVIMENTO.....	17
1.1 A perspectiva de Jean Gottmann sobre Território.....	17
1.2. O Território político-administrativo e autonomia.....	21
CAPÍTULO II - O MUNICÍPIO E AS EMANCIPAÇÕES NO BRASIL.....	26
2.1 – Considerações sobre o município e as emancipações na escala nacional.....	26
2. 2 - Considerações sobre a criação de municípios no Estado do Paraná.....	37
CAPÍTULO III – ANÁLISE DO AVANÇO DO IDH-M DOS NOVOS MUNICÍPIOS, COMPARADO AOS ANTIGOS.....	42
3.1 Análise do avanço do IDH-M dos Novos municípios no Estado do Paraná.....	43
3.2 Análise do avanço do IDH-M dos antigos municípios no Estado do Paraná.....	53
CAPÍTULO IV – COMPARATIVO ENTRE MUNICÍPIOS CRIADOS, MAS NÃO INSTALADOS E MUNICÍPIOS CRIADOS E INSTALADOS.....	58
4.1. Análise dos municípios criados, mas não instalados através das variáveis convergentes dos censos 2000 e 2010.....	63
A. Distrito de Água Boa (Município de Paiçandu).....	68
B. Distrito de Bragantina (Município de Assis Chateaubriand).....	70
C. Distrito de Doutor Antônio Paranhos (Município São Jorge do Oeste).....	72
D. Distrito de Encantado do Oeste (Município de Assis Chateaubriand).....	74
E. Distrito de Guamirin (Município de Irati).....	76
F. Comunidade de Malú (Município de Terra Boa).....	78
G. Distrito de Nova Sarandi (Município de Toledo).....	80
H. Distrito de Vila Nova (Município de Toledo).....	82
I. Distrito de São Jose do Ivaí (Município de Santa Isabel do Ivaí).....	84
J. Distrito de Yolanda (Município de Ubatã).....	86
4.2 Análise dos municípios criados e instalados através das variáveis convergentes dos censos 2000 e 2010.....	90
A. Município de Ariranha.....	92
B. Município de Bom Sucesso do Sul.....	94

C. Município de Coronel Domingues Soares.....	96
D. Município de Esperança Nova.....	98
E. Município de Espigão Alto Iguaçu.....	100
F. Município de Iguatu.....	102
G. Município de Laranjal.....	104
H. Município de Novo Itacolomi.....	106
I. Município de Porto Barreiro.....	108
J. Município de Rio Branco do Ivaí.....	110
CAPÍTULO V - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	117
Anexo 01 – Quadro dos municípios criados e instalados antes da Constituição de 1988.....	120

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Número de municípios criados no Brasil por Estado, entre os anos de 1986 e 2008.....	33
Quadro 2 – Evolução do IDH-M no Estado do Paraná	42
Quadro 3 - Municípios instalados em após 1988 no Estado do Paraná e seus Municípios de origem.....	44
Quadro 4 - Municípios criados e instalados após 1988, médias de IDH-M e ranking.....	47
Quadro 5 - Comparação das médias de IDH-M entre os grupos pesquisados no Estado do Paraná.....	56
Quadro 6 - Municípios criados, mas não instalados em 1990 no estado do paraná.	58
Quadro 7 - Variáveis recortadas convergentes censos 2000 e 2010 analisadas	62
Quadro 8 – Municípios criados, mas não instalados e o total das variáveis analisadas.	64
Quadro 9 – Municípios criados, mas não instalados e o total das variáveis analisadas renda por responsável	65
Quadro 10 – Recorte dos municípios criados e instalados e o total das variáveis convergentes censos 2000 e 2010 analisadas.	89
Quadro 11 – Recorte dos municípios criados e o total das variáveis convergentes censos 2000 e 2010 analisadas renda	90
Quadro 12 – Comparação da taxa evolutiva das variáveis entre os censos de 2000 e 2010.	112
Quadro 13 – Comparação da taxa evolutiva da variável renda entre os censos de 2000 e 2010.	113
Anexo 01 – Quadro dos municípios criados e instalados antes da constituição de 1988.	117

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Evolução política do Estado do Paraná – 1940/1999.....	38
Figura 2 - Espacialização dos municípios instalados de 1988 a 1997 e os municípios de origem no estado do paraná	44
Figura 3 – Estado do Paraná, a divisão censitária (2010) e os setores censitários analisados.	60

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Domicílios Particulares Permanentes dos Distritos e a Comunidade de Malú.....	66
Gráfico 2 - Responsáveis por domicílios particulares permanentes alfabetizados.....	67
Gráfico 3 – Relação das variáveis em análise no Distrito de Água Boa.....	68
Gráfico 4 – Relação da variável rendimento no Distrito de Água Boa.....	69
Gráfico 5 – Relação das variáveis em análise no Distrito de Bragantina.....	70
Gráfico 6 – Relação da variável rendimento no Distrito de Bragantina	71
Gráfico 7 – Relação das variáveis em análise no Distrito de Doutor Antônio Paranhos.....	72
Gráfico 8 – Relação da variável rendimento no Distrito de Doutor Antônio Paranhos.....	73
Gráfico 9 – Relação das variáveis em análise no distrito de Encantado do Oeste.....	74
Gráfico 10 – Relação da variável rendimento no Distrito de Encantado do Oeste.....	75
Gráfico 11 – Relação das variáveis em análise no Distrito de Guamirin.....	
Gráfico 12 – Relação da variável rendimento no Distrito de Guamirin.....	76
Gráfico 13 – Relação das variáveis em análise na Comunidade de Malú.....	77
Gráfico 14 – Relação da variável rendimento na Comunidade de Malú.....	78
Gráfico 15 – Relação das variáveis em análise no Distrito de Nova Sarandi.....	79
Gráfico 16 – Relação da variável rendimento no Distrito de Nova Sarandi.....	80
Gráfico 17 – Relação das variáveis em análise no Distrito de Vila Nova.....	81
Gráfico 18 – Relação da variável rendimento no Distrito de Vila Nova.....	82
Gráfico 19 – Relação das variáveis em análise no Distrito de São José do Ivaí.....	87
Gráfico 20 – Relação da variável rendimento no Distrito de São José do Ivaí.....	88
Gráfico 21 – Relação das variáveis em análise no Distrito de Yolanda.....	89
Gráfico 22 – Relação da variável rendimento no Distrito de Yolanda.....	90
Gráfico 23 – Evolução dos domicílios particulares permanentes nos municípios criados e instalados.....	91
Gráfico 24 – Relação entre as variáveis analisadas Município de Ariranha.....	92
Gráfico 25 – Relação da variável rendimento no Município de Ariranha.....	93
Gráfico 26 – Relação entre as variáveis analisadas Município de Bom Sucesso do Sul.....	94
Gráfico 27 – Relação da variável rendimento no Município de Bom Sucesso do Sul.....	95
Gráfico 29 – Relação entre as variáveis analisadas Município de Coronel Domingues Soares.....	96
Gráfico 30 – Relação da variável rendimento no Município de Coronel Domingues Soares...	97
Gráfico 31 – Relação entre as variáveis analisadas Município Esperança Nova.....	98
Gráfico 32 – Relação da variável rendimento no Município de Esperança Nova.....	99
Gráfico 32 – Relação da variável rendimento no Município de Espigão Alto Iguaçu.....	100
Gráfico 34 – Relação da variável rendimento no Município de Espigão Alto Iguaçu.....	101
Gráfico 35 – Relação entre as variáveis analisadas Município de Iguatu.....	102
Gráfico 36 – Relação da variável rendimento no Município de Iguatu.....	103
Gráfico 37 – Relação entre as variáveis analisadas no Município de Laranjal.....	104
Gráfico 38 – Relação da variável rendimento no Município de Laranjal.....	105
Gráfico 39 – Relação entre as variáveis analisadas no Município de Novo Itacolomi.....	106
Gráfico 40 – Relação da variável rendimento no Município de Novo Itacolomi.....	107
Gráfico 41– Relação entre as variáveis analisadas no Município de Porto Barreiro.....	108
Gráfico 42 – Relação da variável rendimento no Município de Porto Barreiro.....	109
Gráfico 43 – Relação entre as variáveis analisadas no Município de Rio Branco do Ivaí.....	110
Gráfico 44 – Relação da variável rendimento no Município de Rio Branco do Ivaí.....	111

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALEP – Assembleia Legislativa do Paraná

FPM – Fundo de Participação dos Municípios

ONU – Organização das Nações Unidas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento

ITCG – Instituto de Terras Cartografia e Geociências.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RESUMO

A pesquisa trata a temática criação de municípios no Estado do Paraná. O tema envolve opiniões favoráveis e contrárias, e tem em seu processo histórico um período de acentuação na compartimentação territorial nacional principalmente com a promulgação da Constituição de 1988, esta é considerada um marco para os municípios brasileiros, pois transfere autonomia política e administrativa para os entes federados dividindo a obrigação no desenvolvimento de suas populações e de seus respectivos territórios, além de descentralizar a tomada de decisões dos parâmetros quanto à criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios em prol dos Estados Federados. Considerando este contexto este estudo apresenta uma análise da relação da criação de municípios com o desenvolvimento social e econômico, para tanto o estudo é apoiado no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal IDH-M, da Onu, e ainda, utilizamos dados estatísticos produzidos pelo IBGE nos censos 2000 e 2010. As verificações do grau de desempenho nas análises permitem retratar a relação da compartimentação territorial e sua relação com desenvolvimento socioeconômico.

Palavras chave: Território, autonomia política administrativa, desenvolvimento.

Abstract

The research deals with the theme creation of municipalities in the state of Paraná. The theme involves for and against opinions, and has in its historical process an increasing period in national territorial compartmentalization especially with the promulgation of the 1988 Constitution, that is considered a landmark for Brazilian municipalities as transfers political and administrative autonomy for the Federated dividing the obligation to develop their populations and their territories, and decentralize decision parameters of the decisions on the establishment, merger and dismemberment of municipalities on behalf of the Federated States. Considering this context, this study presents an analysis of the creation of municipalities with social and economic development, for both the study is supported by the Municipal Human Development Index HDI, of UN, and also use statistical data produced by the IBGE in censuses 2000 and 2010. The verification of the performance degree in the analysis allow to portray the relation of territorial compartmentalisation and its relationship with socioeconomic development.

Keywords: territory, autonomy administrative policy, development.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa discorre sobre um tema recorrente na geografia política brasileira principalmente nas últimas décadas: a criação de novos municípios. Muito presente no debate político nacional, a temática incorpora questões sociais, políticas e econômicas, e sua origem, como unidade político-administrativa, ocorreu na República Romana e já na época trazia em sua importância, o estabelecimento dos governos locais para administração do território.

No Brasil os portugueses o trouxeram com a mesma organização, atribuição político-administrativa e judicial que desempenhava naquela metrópole. Sua evolução esteve, nos primeiros séculos de formação do Brasil, associada à ocupação, formação e defesa territorial brasileira. Na república oscilou em períodos em que a centralização, na tomada de decisões, quanto em favor do governo federal, deixava o município em segundo plano, sendo apenas uma unidade administrativa e, em períodos marcados pela descentralização de serviços e competências em favor dos governos locais, quando este era valorizado tanto em termos políticos, como administrativos.

Com a promulgação da Constituição de 1988 e conseqüentemente com as novas “regras do jogo” o que se observou foi o aumento significativo na malha municipal brasileira, em um curto período de tempo o território brasileiro passou por um intenso processo de compartimentação de seu território em unidades político-administrativos. Entre 1988 e 1997 foram criados e instalados no território nacional mais de 1000 novos municípios. Isso ocorreu até 1996, quando uma emenda constitucional centralizou novamente a tomada de decisões em relação ao processo de emancipação para o Congresso Nacional, que deveria estabelecer, através de lei complementar, novos e mais rigorosos requisitos para criação de municípios.

Desde aquele ano houve um grande debate sobre o tema. Recentemente, em 2013, foi votado pelo Congresso Nacional o projeto sobre o assunto, tendo aprovação praticamente unânime, porém, o mesmo foi vetado pela Presidenta Dilma Roussef, com a justificativa de contrariedade ao interesse público, alegando o aumento dos gastos sem o surgimento de novas receitas. O projeto exigia aos

candidatos a novos municípios, o Estudo de Viabilidade Municipal e parâmetros populacionais considerando características de cada região do país.

Diversas são as discussões que abordam esta temática, envolvendo políticos, pesquisadores, profissionais e instituições que são favoráveis e contrários a este movimento. Uma das questões controversas que tem sido objeto do debate, não é a criação em si desses novos entes federados, mas suas consequências. O fenômeno tem sido benéfico às populações? Em que medida?

Nesta dissertação procura-se demonstrar a emancipação de municípios, principalmente após a Constituição de 1988, onde esta reforça a autonomia e descentralização administrativa a favor dos entes federados, e a sua relação com as conquistas no desenvolvimento social e econômico das populações. Para análise do fenômeno utilizamos como recorte espacial o Estado do Paraná.

Desse modo a pesquisa tem o objetivo verificar o impacto das emancipações ocorridas no Estado do Paraná no desenvolvimento socioeconômico; para tanto utilizamos para análise os dados referentes ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) elaborado pelo PNUD; este indicador tem sido muito usado para estudo de populações por levar em conta não somente o PIB, mas outros fatores como renda, longevidade e educação; e ainda dados dos censos do IBGE de 2000 e 2010.

Para isso, o trabalho é composto por cinco capítulos. No primeiro capítulo busca-se uma teoria que explique a problemática. Adota-se a perspectiva de Jean Gottmann, o autor analisa historicamente o sentido da divisão do espaço, mostrando a importância do conceito território no estabelecimento das relações sociais dos grupos politicamente organizados no espaço. As discussões desse autor são associadas e correlacionadas por outros pesquisadores que tratam também o tema território, como Rogério Haesbaert, Claude Raffestin e ainda Marcelo Lopes de Souza.

No segundo capítulo, fazemos um breve resgate histórico das constituições que regeram o país, tendo como base Meirelles (1993) e Cigolini (2009), demonstrando que os processos de emancipações são marcados por períodos de maior e menor ocorrência em função de parâmetros constitucionais adotados, ainda buscamos a interpretação de autores favoráveis e contrários ao movimento emancipacionista. Em seguida discutimos a compartimentação territorial no

Estado do Paraná trazemos trabalhos realizados por Cigolini (1999), Alves (2006), e Zorzanello (2015).

No terceiro capítulo apresentamos a metodologia adotada para a análise comparativa e direcionada, buscamos identificar dados e informações referentes a dois grupos de municípios selecionados em momentos distintos: o primeiro grupo, municípios envolvidos em processos emancipacionistas após Constituição de 1988 e o segundo grupo municípios envolvidos em processos emancipacionistas antes da Constituição de 1988; como já visto o indicador escolhido para a análise é IDH-M elaborado pelo PNUD, analisamos a evolução individual e a comparamos entre os grupos em três períodos, 1991, 2000 e 2010, trazendo médias dos dados do Estado do Paraná e dos municípios utilizados como amostras.

No quarto capítulo é realizada outra abordagem do tema no que se refere aos métodos adotados para análise do fenômeno, buscamos pesquisar o grupo dos municípios criados no Estado do Paraná, mas não instalados pós-constituição de 1988, e buscamos investigar a taxa de crescimento das populações comparado ao grupo de municípios criados e instalados no mesmo período, para tanto, utilizamos dados dos resultados do universo dos censos demográficos de 2000 e 2010 do IBGE referente ao agregado dos setores censitários, utilizando como parâmetro informações que convergem nos respectivos questionários para realização da análise comparativa, são ainda apresentados os resultados sobre os respectivos indicadores.

No quinto capítulo finalizamos a pesquisa com as conclusões das análises realizadas durante a pesquisa, demonstrando a relação da compartimentação do território paranaense em unidades políticos administrativos e o desenvolvimento socioeconômico.

1. O TERRITÓRIO COMO CONDIÇÃO DE AUTONOMIA E DESENVOLVIMENTO

Neste capítulo trazemos autores que abordam o conceito território em seus discursos, e sua importância como categoria de análise, além de seus impactos no estabelecimento das relações sociais e no desenvolvimento. Buscamos relacionar suas perspectivas com as características dos municípios brasileiros, debatendo elementos ligados ao conceito do território como segurança e oportunidade, considerando estes elementos são apresentados ainda autores que debatem o conceito território e sua ligação, autonomia e desenvolvimento.

1.1 A perspectiva de Jean Gottmann sobre Território.

Em sua obra *The significance of territory* (1973), Jean Gottmann demonstra a relação entre território e divisão política, cujo objetivo é esclarecer o sentido da divisão territorial, permitindo entender porque se recorta o espaço. O autor resgata ao longo da história a evolução do conceito, demonstrando que o território, do ponto de vista político, sempre foi uma área em que os grupos reconheciam e estabeleciam limites legitimados, gerando assim uma relação entre os grupos e o espaço.

Ao longo de suas pesquisas, Jean Gottmann desenvolveu um conjunto de conceitos e generalizações para ajudar a compreender a geografia da paisagem humana e a geografia regional. Em sua vida, que resume boa parte da história do século XX, acompanhou mudanças profundas que aconteceram na sociedade, principalmente com a acentuação da globalização, transformações econômicas, geopolíticas e culturais, processos que influenciam diretamente na sua elaboração teórico metodológica.

Durante sua vida realizou contribuições importantes e diversos estudos regionais, entre eles seus livros sobre a Geografia da Europa, em 1950, no qual propõem um conceito original para explicar a compartimentação política do espaço geográfico, observando as diversidades culturais sob um plano espacial, e as variedades da vida rural. Dando ênfase às variações culturais na economia, o autor formulou, pela primeira vez, o conceito de *iconografia regional* como forma

de análise, trazendo sua importância como dimensão simbólica que consolida o território. Gottmann (1950, apud MUSCARÀ 2009, p.39) diz:

Para se distinguir do que a circunda, uma região requer muito mais que uma montanha ou de um vale, de uma língua ou de determinadas habilidades; ela requer, essencialmente, uma forte fé baseada em um credo religioso, um ponto de vista social ou um pattern de memórias políticas e, muitas vezes, uma combinação de todos os três. Por isso, o regionalismo tem, na própria base, o que pode ser chamado de iconografia. Cada comunidade, de fato, encontrou por si mesma ou recebeu uma iconografia, um símbolo ligeiramente diferente do venerado pelos vizinhos. Por séculos se está preso à iconografia incorporando as riquezas que a comunidade pudesse fornecer. Em muitos casos, investiu-se uma quantidade de trabalho e capital, tanto que o que nasceu como uma crença, ou como um culto, ou, ainda, como memória de um fato militar resulta num considerável investimento econômico em condições de unificar os interesses de uma região.

De acordo com o autor, a iconografia é a raiz da formação do território e, a falta dessas manifestações, pode causar prejuízo na unidade de coabitação. Portanto, é necessário que haja uma atenção para as peculiaridades e o movimento de uma comunidade¹, pois são fatores que fazem parte da organização social.

Muscará (2009, p. 43), ressalta: “Assim quando uma comunidade sente-se ameaçada com excessivas mudanças, ela pode opor resistência apelando para a própria iconografia, que não somente age na identidade reforçando a coesão interna, mas protege a comunidade também no plano espacial”. Sendo assim, podem ocorrer em algumas comunidades, por insegurança, determinar que as fronteiras fiquem restritas apenas ao seu grupo, impedindo a entrada de estrangeiros, expulsando pessoas com iconografias diferentes.

Outro elemento fundamental que Gottmann (1952) aborda para o entendimento de sua perspectiva quanto ao território é a circulação. Segundo o autor:

[...] A circulação é, naturalmente, criadora da mudança na ordem estabelecida no espaço: aquela consiste em um deslocamento. Na ordem política, ela move pessoas, exércitos e idéias; na ordem econômica, significa deslocamento de mercadorias, técnicas, capitais e

¹ O termo se refere a primeira fase da evolução do território, a formação da densidade, que para Gottmann (1973) foi quando o homem se juntou em cidades ou agrupamento de aldeias, formando comunidades. Para fins desse trabalho, o termo comunidade é usado no mesmo sentido de Gottmann, qual seja: agrupamentos humanos que tem uma organização política baseada no território são, em consequência, comunidades políticas. Essa concepção é aceita na geografia política, independente da escala de análise.

mercados; na ordem cultural, ela desloca idéias, move pessoas. Na unidade do mundo acessível aos homens, a circulação forma um todo, infinitamente fluido e ramificado. Localizar os fenômenos no espaço consiste em colocá-los nos sistemas de relações que a circulação anima. A posição geográfica de um lugar ou de um território, condição fundamental para suas conseqüências políticas, resulta da circulação. [...] A circulação permite organizar o espaço e é no decorrer do processo que o espaço se diferencia. Os mecanismos deste processo desmontam-se facilmente, seguindo as grandes vias da circulação e formando cruzamentos onde tais vias se encontram. (GOTTMANN, 1952, apud MUSCARÀ 2009, p. 47).

Sendo assim, na perspectiva do autor a importância da circulação enquanto força motriz das mudanças ocorridas na organização do espaço, é ela que cria possibilidades e localizar os fenômenos no espaço significa a inserção nesse sistemas de relações que a circulação anima.

Contudo a iconografia e a circulação, a princípio parecem dois conceitos divergentes, por colocar em questão a função que o território desempenhava até então, o de abrigo². Entretanto, para Gottmann, estes conceitos não divergem, mas se encontram, corroborando as relações e os encontros que a iconografia e circulação viabilizam. Gottmann 1952 (apud MUSCARÀ 2009, p.49) diz:

A circulação, princípio do movimento, e a iconografia, princípio de estabilidade, estão em oposição constante? (...) Não acreditamos que a oposição das funções impedisse a coordenação, já faz muito tempo. Esta coordenação garantiu a diferenciação rápida e eficaz da superfície do globo; permitiu a organização política e sua solidez, assecurando-lhe a fluidez. O modo pelo qual se combinam circulação e iconografia é fácil de compreender. Qual é o nó principal, organizador da circulação? Os cruzamentos. Onde encontramos mais concentrados os grandes movimentos religiosos? Nos cruzamentos [...].

Ressalta ainda:

Nos cruzamentos, encontramos a reunião da circulação, da iconografia e da polícia, esta última como símbolo da organização política e, em nossos dias, do Estado. Essa tripla associação foi frutuosa. Ela explica a diferenciação do espaço e da sua organização; ela permite compreender que a compartimentação do mundo depende mais das barreiras que estão nos espíritos e das órbitas de irradiação dos cruzamentos do que de todas as características físicas do espaço.

A interação entre circulação e a iconografia influencia diretamente no movimento de compartimentação do espaço, de acordo com Gottmann (1952 apud MUSCARÀ 2009, p. 47):

² O termo se refere ao adotado por Ratzel (1898-1899)

A circulação permite organizar o espaço e é no decorrer deste processo que o espaço se diferencia. Os mecanismos deste processo se desmontam facilmente, seguindo as grandes vias de circulação e formando cruzamentos onde estas vias se encontram. A circulação dos homens e de seus produtos é a grande dinâmica humana que torna apaixonante os estudos sobre população e que renova constantemente a geografia.

A questão territorial é construída e reconstruída diariamente de acordo com a dinâmica da circulação, e a sua organização deve conter elementos que viabilizem a compartimentação evidenciando as iconografias existentes em cada comunidade e desta forma preservando a unidade de coabitação.

Com a publicação da obra de 1973, *O Significado do Território* Gottmann resgata toda a trajetória de sua perspectiva do conceito território, trazendo elementos como segurança e oportunidade, e como, ambas devem estar interligadas de modo que satisfaça a necessidade local, debatendo se é preferível o *isolacionismo* ou o cosmopolitismo, (Gottmann, 1973, sem grifo no original).

Sendo assim, diante desta dualidade (segurança e oportunidade), é necessário que haja um equilíbrio para que ocorra o maior número de pessoas satisfeitas, pois oportunidade implica abertura e segurança implica fechamento. Para tanto:

O território proporciona a uma comunidade separações definidas, pelo menos em termos de lei e governo próprio; mas isto também proporciona à comunidade uma capacidade de complementaridade com o exterior, e no final das contas com o mundo. Esta complementaridade reside, primeiramente, nos recursos materiais do território que inclui o local como também a habilidade dos habitantes [...] e secundariamente, confia o privilégio de estados soberanos participarem em debates de porte internacional. Território é a base para alguma igualdade entre estados, não importando a variação no tamanho deles. (GOTTMANN, 1973, apud CIGOLINI 2009, p. 156).

O conceito de território abordado por Gottmann contempla diversas perspectivas ao longo da história, evoluindo periodicamente em determinados contextos, e tem como fatores principais descritos a iconografia relacionada à segurança e, a oportunidade ligada ao fator circulação.

O autor, ao elaborar seu pensamento referente ao território, utiliza como análise a escala de Estados Nações, entretanto, o estudo aqui apresentado usa sua perspectiva na escala local, dos municípios brasileiros, que com a promulgação da Constituição de 1988, conquistam o direito de autonomia política, jurídica e administrativa, de forma plena.

Esse fator é reforçado na importância da legitimidade das comunidades ou distritos através da autonomia, garantida pela Constituição de 1988, o poder de editar sua própria Lei Orgânica³, que permite aos municípios administrarem da melhor forma seus territórios conforme suas características e necessidades.

A Lei Orgânica como instrumento possibilita cada comunidade buscar a melhor forma de encontrar o desenvolvimento por meio da própria gestão de seu território, podendo também incluir discussões que estão ligadas quanto à opção pela oportunidade de inserção ao meio de circulação, ou alguns momentos pelo isolacionismo. Gottmann ainda ressalta “[...] um compartimento territorial, dentro do qual a comunidade assumiu a responsabilidade pelo próprio destino e viveu de acordo com seu próprio sistema de leis.” (GOTTMANN, 1973, p. 99-100 apud CIGOLINI 2009).

1.2 O Território político-administrativo e autonomia.

A autonomia dos municípios brasileiros exige dos grupos uma organização política local baseada em relações internas sociais e de poder⁴, muitos autores tratam o território abordando as relações de poder que são estabelecidas no espaço geográfico, aumentando a discussão em torno desse assunto complexo e determinante para o desenvolvimento autônomo de uma comunidade. Haesbaert (2004, p.37), dá ênfase às principais ciências que tratam de território:

Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deveria incluir a interação sociedade-natureza), a Ciência Política enfatiza sua construção a partir das relações de poder (na maioria das vezes, ligada a concepção de Estado); a Economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto “força produtiva”); a Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais (mas também no tratamento do “neotribalismo” contemporâneo); a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia, finalmente, incorpora-

³ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm

⁴ O Poder se expressa nas relações sociais e, onde existem relações de poder, existe política, e a política se expressa nas diversas formas de poder e pode ser entendida como a política relacionada ao Estado, e em outras dimensões da vida social.

o no de debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo.

Haesbaert aponta três perspectivas fundamentais que devem ser analisadas: política, cultural e econômica. Na abordagem política, o território é visto como espaço delimitado e controlado, sobre o qual exerce um determinado poder, especialmente o Estado, porém não sendo o único detentor deste poder. Os municípios brasileiros representam a delimitação de um espaço controlado, e que tem sua autonomia relativa, pois ainda responde a esferas superiores.

Na abordagem cultural prioriza-se a dimensão simbólica e mais subjetiva, onde o território é visto principalmente como produto da apropriação, sobretudo simbólica de um grupo, com relação ao espaço em que está inserido. Na abordagem econômica observa-se o território como fonte de recursos, e/ou incorporado na disputa entre as classes sociais e em uma dimensão maior entre capital-trabalho.

Ainda de acordo com Haesbaert (2005), todo o território é funcional e simbólico, exercendo domínio em relação ao espaço que o indivíduo se encontra, pois produz significado e exerce funções ao mesmo tempo e sistematicamente. O território funcional é usado para a proteção e abrigo, ou para o uso da exploração das fontes de recursos naturais de acordo com a necessidade da sociedade, e as relações de poder que ocorrem no território estão em constante movimento.

Raffestin (1993) sugere o espaço ocupado pelas relações sociais ativas, resultando as relações de poder, que é fundamental na abordagem territorial. Não existe território sem poder e nem poder sem um sustentáculo territorial. Quando o indivíduo se apropria do espaço ele, concreta ou abstratamente, exerce a territorialidade⁵ no espaço, fortalecendo as relações sociais, embora estas sejam dominadas, muitas vezes, pelas relações de poder.

⁵ O autor (2009) confere à expressão “territorialidade” seu sentido mais amplo, que não reduzindo-a necessariamente a uma territorialização concretamente realizada. Deste modo, embora todo território tenha uma territorialidade (tanto no sentido abstrato-epistemológico quanto na dimensão real simbólica), nem toda territorialidade possui um território (no sentido de sua efetivação material). Mesmo que toda territorialização conjugue processos concreto-funcionais (processos de “dominação” no sentido lefebvriano) e simbólico-identitários (processos de “apropriação”), nem todo território necessita ter uma preponderante “carga simbólico-identitária” na sua constituição.

Ainda conforme Raffestin (1993 p. 7-8): “O território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais”. São eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto, um “processo” do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder [...].

Portanto, no enfoque do autor, o território é embasado nas relações de poder, ou seja, compreender o território é inerente entender a organização social, pois o poder está intrínseco nas relações sociais.

Na perspectiva de Souza (2001) aborda o território através de múltiplas situações, sendo política, econômica e cultural, pois grandes grupos sociais que estabelecem o poder, formando territórios definidos e delimitados, muitas vezes conflituosos devido às diferenças sociais e os interesses.

Ainda para Souza (2003, p. 81):

Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacional (p. exemplo a área formada pelo conjunto dos territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN); territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica.

Na visão do autor é destacada a importância dos fatores que caracterizam o conceito do território, a autonomia trazida no debate está ligada diretamente as relações de poder estabelecidas no espaço e que tem em seu território o complemento para sua continuidade, e ainda ressalta Souza:

O território, [...] é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. A questão primordial, aqui, não é, na realidade, quais são as características geoecológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço. [...] o verdadeiro motivo é o seguinte: quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço? Esse motivo traz embutida ao menos de um ponto de vista não interessado em escamotear conflitos e contradições sociais, a seguinte questão inseparável, uma vez que o território é essencialmente um instrumento de exercício de poder: quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como?”(SOUZA, 2012, p. 78-79”).

Sendo assim, as relações sociais e de poder devem ser analisadas objetivando esclarecer quais são e como acontecem essas relações e de que maneira influenciam os indivíduos no espaço.

Uma comunidade busca em sua emancipação política administrativa o reconhecimento de seu território uma forma de autonomia, e assim o direito de tomar as melhores decisões relacionadas à gestão de seu território, por autonomia Souza (2003, pág. 106) diz:

Uma sociedade autônoma é aquela que logra defender e gerir livremente seu território [...] Uma sociedade autônoma não é uma sociedade sem poder [...] No entanto, indubitavelmente, a plena autonomia é incompatível com a existência de um “Estado” enquanto instância de poder centralizadora e separada do restante da sociedade.

Os municípios representam uma comunidade autônoma principalmente após Constituição de 1988, que garante o direito desses entes federados de gerir seu próprio território através de legislação municipal, tendo o Estado Brasileiro como instância de poder centralizadora.

Portanto, a autonomia das comunidades está vinculada a princípios de autogerenciamento. Cigolini (2009, p.32) reforça que “[...] a existência da comunidade política requer um território, enquanto fator de autonomia, e se inscreve no conjunto daqueles direitos a que se deve ter acesso pelo próprio fato da sua existência”.

Para Souza (2001, p. 108), “[...] em qualquer circunstância, o território encena a materialidade que constitui o fundamento mais imediato de sustento econômico e de identificação cultural de um grupo [...]”, ou seja, com autonomia para desenvolver suas potencialidades, manifestando livremente suas escolhas minimizando as desigualdades sociais inseridas no espaço, é o que os territórios políticos administrativos criados no Brasil, e nesta pesquisa com o foco para os municípios pós 1988 buscaram através de suas emancipações.

Sendo assim Souza (2003, p.99) ressalta: “[...] organização espacial e as formas espaciais refletem o tipo de sociedade que as produziu, uma vez produzidas, influenciam os processos sociais subsequentes [...]”. Portanto, conforme for a participação dos atores sociais envolvidos nas decisões de uma comunidade será a efetivação de políticas públicas eficazes para a população. O autor ainda fala em autonomia individual e autonomia coletiva, ambas interligadas no processo de desenvolvimento dando enfoque aos aspectos fundamentais de qualidade de vida e justiça social. Para Souza (2002, p. 64-65):

A autonomia individual "é a capacidade de cada indivíduo de estabelecer metas para si próprio com lucidez, persegui-las com máxima liberdade possível e refletir criticamente sobre a sua situação e sobre as condições favoráveis, sob o ângulo psicológico e intelectual, mas também instituições sociais que garantam uma igualdade efetiva de oportunidades para todos os indivíduos. Autonomia Coletiva: "depreende não somente instituições sociais que garantam a justiça, liberdade e a possibilidade do pensamento crítico, mas também a constante formação de indivíduos lúcidos e críticos dispostos a encarnar e defender essas instituições. "

Para alcançar a autonomia é necessário que os indivíduos sejam participativos, com metas definidas, acesso as informações baseadas em indicadores confiáveis, pois a justiça social só acontecerá se os indivíduos estiverem conscientes, a organização de indivíduos autônomos nas comunidades que buscam através de sua emancipação política administrativa é convertida em autonomia coletiva representado por entidades como os municípios, levando em consideração sua autonomia política, administrativa e financeira.

Embora haja diversas teorias em relação ao território, todas elas se complementam umas as outras. Durante a pesquisa, é possível observar que, os distritos e comunidades que buscaram/buscam delimitar qual é o seu território, e através dele criar oportunidades e estabelecer as relações de poder. Nesse sentido consideramos o município como um território organizado politicamente, está ligado ao domínio do território e sua gestão política e administrativa, que tem um papel fundamental no desenvolvimento de suas respectivas populações.

2. O MUNICÍPIO E AS EMANCIPAÇÕES NO BRASIL

Neste capítulo fazemos um resgate das emancipações municipais no Brasil mostrando sua evolução e ligação com momentos definidos especificamente pelas constituições que regeram o país ao longo da história, estas são descritas como fundamentais na compartimentação territorial. Destacamos ainda as perspectivas de autores que debatem o tema, criação de municípios principalmente após a intensificação do processo com a promulgação da Constituição de 1988, demonstrando suas pesquisas e opiniões.

2.1 – Considerações sobre o município e as emancipações na escala nacional.

O conceito de território é o objeto de estudo entre muitos autores e relacionado à compartimentação do espaço em municípios é um tema que causa opiniões favoráveis e contrárias. Neste capítulo, baseado principalmente em Meirelles (1993) e Cigolini (2009), apresentamos um resgate histórico da ocupação territorial no Brasil, procurando mostrar que o processo é marcado principalmente pela centralização ou descentralização por parte do governo federal em prol da criação de novos municípios relacionada com as promulgações das Constituições.

A partir da Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, o Brasil teve como regência as Constituições de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 e a Emenda Constitucional de 1969 e atualmente é regido pela Constituição de 1988.

O primeiro município, no Brasil, foi à fundação da Vila⁶ São Vicente, onde hoje é o Estado de São Paulo, em 1532, por Martim Afonso de Souza.

Durante o início da colonização, houve preocupação para que as pessoas se estabelecessem, apesar dos esforços não foi suficiente, sendo assim houve a

⁶ Azevedo(1994, p.32) Vilas e cidades na época do Brasil Colônia “os núcleos surgiam de maneira isolada e esparsa, constituindo verdadeiros nódulos de população no imenso ‘deserto humano’ do Brasil de então.” Atualmente, o termo Vila serve para designar uma localidade dentro do município.

necessidade de implantar o sistema de capitanias hereditárias e, mais tarde, o Governo Geral.

As capitanias hereditárias foram criadas com objetivo de acelerar o processo de ocupação e facilitar a administração do território, sendo o Brasil dividido em 15 lotes, constituindo 14 capitanias, doadas a 12 donatários, membros de confiança da corte, se tornando o capitão donatário. Com a morte do donatário a administração da capitania passaria aos seus descendentes, e assim sucessivamente. As capitanias de São Vicente e de Pernambuco foram às únicas que de certa forma prosperaram, a grande maioria das capitanias fracassaram, com isso mais tarde ocorreu à implantação do Governo-Geral.

A implantação do Governo Geral, em 1549 serviu para centralizar a administração colonial, e embora houvesse essa centralização, o governo necessitou de novos cargos administrativos para ajudar no controle governamental. Nesse período, tudo era subordinado à Coroa Portuguesa que controlava a colônia, dando ordens para aprimorar as atividades fiscais e o lucro com a exploração.

Mesmo depois do advento das capitanias e do Governo Geral que não foram suficientes para que houvesse a colonização em todo o território brasileiro, o fracasso ocorreu, principalmente, pela grande extensão territorial que dificultava a administração, além da falta de recursos econômicos e constantes ataques indígenas, além da abdicação por vários donatários que desistiram das capitanias. Vale lembrar que a criação dessas instituições (Vilas, Capitanias Hereditárias e Governo Geral) resultou na formação institucional, que prevalece até hoje no Brasil: União, os estados e municípios.

Durante o período colonial, os municípios foram criados observando os usos e costumes da época, quando o objetivo era ocupar para proteger o território e, nesses moldes foram criados, 187 municípios. De acordo com Cigolini (2009, p. 94) “É importante salientar, entretanto, que as municipalidades do período colonial apresentavam características diferenciadas do atual município, pois, além de executar todos os serviços e funções de base local, tinham ainda funções policiais e judiciárias”.

O Brasil se tornou um Império após a Proclamação da Independência em 1822, quando a compartimentação do espaço em recortes políticos administrativos, no cenário nacional, já apresentava uma configuração sólida.

Esse período foi curto em relação ao período anterior e marcado por inúmeros conflitos, como a guerra com a Argentina e o Paraguai e as revoltas da Confederação do Equador, a Cabanagem, a Sabinada Baiana, a Balaiada Maranhense e a Revolução Farroupilha. Foram estabelecidas muitas linhas fronteiriças, e aproximadamente 50% da área do território nacional foi delimitada, de diversas formas, através de negociação, guerras ou arbitramento. Outro fator foi manter a unidade das 18 províncias, e apesar de não haver grandes mudanças do número dessas unidades territoriais, foi nesse período que iniciou a discussão para que ocorresse a redivisão do país, em estados.

Outros fatos importantes deste período foram a vinda intensa de estrangeiros, que foi também um fator determinante na formação da população brasileira, bem como o uso do trabalho escravo que colaborou na ocupação do território.

A primeira Constituição do Império do Brasil, ocorreu em 1824, e dedicou um capítulo com apenas três artigos às câmaras municipais, os artigos 167, 168 e 169 compreendiam sobre a função das Câmaras municipais, definindo a competência do município. O ato adicional de 1834, por sua vez, criou as Assembleias Legislativas Provinciais, cujos membros eram eleitos. As Províncias ficaram autônomas em relação a sua organização política, tendo poderes, inclusive, para nomeação, criação ou supressão dos cargos públicos, dos municípios e da própria província. (CIGOLINI, 2009, p.117).

Em 1889, chega ao fim o Período Imperial, embora um período bastante centralizador, levando a um aumento do processo de compartimentação territorial bastante significativo, ou seja, criando 661 municípios no Brasil, um número muito maior que no período colonial que foram criados 187 municípios, um acréscimo de 254,01%, sendo São Paulo, Minas Gerais e Bahia os estados com maior número de municípios.

Desde a Proclamação da República o Brasil adota o Sistema Federalista, a primeira constituição no Período Republicano foi a de 1891, tendo como princípio

a contraposição ao modelo centralizador imperial, ou seja, a descentralização política e administrativa em favor das províncias e dos municípios.

Meirelles (1993) ressalta também a Proclamação da República, pelo Decreto nº 1, de 15 de novembro de 1889, o município neutro foi transformado em Distrito Federal e as províncias foram substituídas pelos estados considerados soberanos e formadores da federação. O texto de 1891 atenta apenas um artigo aos municípios em que afirma que “os Estados organizar-se-ão de forma que fique assegurada a autonomia dos Municípios em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse”.

Na Constituição de 1891, muitos atribuíram a ideia de descentralização com a ideia de separatismo, fato que causou imensa discussão em torno do tema, muito embora, já no seu primeiro artigo diz “[...] constitui-se pela união perpétua e indissolúvel das Províncias [...]”, no entanto “avançaram as forças que buscavam a compartimentação interna do país,” (CIGOLINI, 2009, p.133). Na vigência dessa Constituição (1891 a 1934) foram criados 547 novos municípios

A Constituição de 1934 foi muito importante no avanço no que se refere aos municípios brasileiros, fortalecendo a autonomia municipal, os prefeitos puderam ser eleitos pelo povo, ou indiretamente pelos vereadores, já os vereadores eram eleitos somente pelo povo. Os municípios começam a definir as formas de decretar impostos, arrecadar e aplicar suas receitas além de estabelecer os seus serviços. Nesse período também existem pontos divergentes, de um lado a autonomia dos municípios e do outro o Estado fiscalizava a administração financeira.

Em 1937, o governo decretou nova Constituição Federal que impôs um regime político caracterizado pela concentração de poderes no Executivo. O regime político Estado Novo caracterizou-se pela supressão da eletividade e o controle severo da federação em relação à criação de municípios, embora que nesse período foram criados 266 municípios, eram instituídos os interventores, que tinham o poder de controlar todas as ações administrativas dos prefeitos, além de nomear e demitir se fosse o caso. O poder central sobressaiu ao poder regional, pois foram criados novos mecanismos de interferência do Estado, suprimindo as ações administrativas locais.

Ao final do governo de Getúlio Vargas convoca-se uma nova constituinte promulgada em 1946, e, como a Constituição de 1988 ficou conhecida como Constituição Municipalista, pois é durante a sua vigência, que verificou o maior crescimento percentual do número de municípios no País, Cigolini (1999, p. 16) destaca:

“[...] foi o período em que mais se criaram municípios no Brasil. Em 1940, havia 1.574 municípios e em 1950, já totalizavam 1.889 unidades. Entre 1950 e 1960, foram criados mais 877 e, somente entre 1960 e 1963 criaram-se mais 1.469 municípios, totalizando 4.234 unidades. Em menos de vinte anos, o número de municípios dobrou, caracterizando uma intensa fragmentação do território”.

A Constituição de 1946 foi elaborada de forma mais democrática que as anteriores, e é através dela que fica estabelecido o sistema federativo, abordando os aspectos políticos, econômicos e administrativos do município. A administração foi descentralizada, o município podia ter mais autonomia, a decretação e arrecadação de alguns tributos ficaram por conta dos municípios, bem como sua aplicação e a organização de todos os serviços públicos. A autonomia municipal também assegurava a eletividade do poder legislativo, integrando-o ao sistema eleitoral do país, e dispôs ainda os seus órgãos (legislativo e executivo) em consonância com os poderes da Nação.

Nesta Constituição a autonomia municipal foi assegurada, parcialmente, visto que os municípios não podiam criar e organizar Leis Orgânicas, entretanto eram garantidas a eleição direta de prefeitos e vereadores, a administração própria, a organização dos serviços locais, e ainda era lhes garantido o direito a cobrança de impostos e taxas e a transferência de parte da tributação da União e dos estados, logo existia a autonomia administrativa e financeira. (MEIRELLES, 1993).

Além das rendas exclusivas do Município, a Constituição de 1946 lhe deu participação em alguns tributos arrecadados pelo Estado e pela União. Essa constituição criou o que é hoje o Fundo de Participação dos Municípios – FPM. Outra conquista foi à possibilidade de que os municípios pudessem buscar auxílio no Supremo Tribunal Federal caso as leis estaduais ferissem a autonomia municipal. Durante esse período foram criados 2.221 novos municípios.

Com o golpe militar em 1964, o processo sofre novamente mudanças, ocorre à centralização na tomada de decisão pelo governo central, como consequência acaba por extinguir muitos municípios, diminuindo o número de 4.234 para 3.957. Na Constituição de 1967 e sua emenda em 1969, os militares passaram a nomear os governadores e prefeitos, sendo os prefeitos nomeados para as capitais e áreas de Interesse da Segurança Nacional, como os municípios de fronteira, estâncias hidrominerais e cidades portuárias, e os vereadores eleitos só recebiam salários naquelas cidades com mais de 100 mil habitantes.

Essa Constituição ficou marcada pelo sentido centralizador: suprimiu as liberdades municipais, os direitos constitucionais e a autonomia. Porém, é possível observar que, nesse período, houve uma estratégia territorial que restringia a criação de pequenos municípios nos estados com maior densidade demográfica, mas facilitava a criação de municípios em estados com menor população, sendo Roraima, Rondônia Acre e Mato Grosso os estados que mais criaram municípios.

Critérios mais rígidos e únicos para que novos municípios em todo o País fossem emancipados, foram estabelecidos pela Lei Complementar de 1967, o que, em alguma medida, explica o pequeno surgimento de novas unidades municipais durante sua vigência.

Em 1988, houve a promulgação de nova Constituição Federal, identificada por muitos como uma constituição municipalista, atribui autonomia plena aos municípios, elevando-os ao status de ente federativo, com prerrogativas invioláveis por qualquer nível mais abrangente de governo. Pela primeira vez, o município foi considerado ente federativo, juntamente com os estados e o Distrito Federal.

De acordo com o texto inicial da Constituição Federal promulgada em 5 de outubro 1988, no que se referia a criação de municípios através do § 4º Art. 18 diz:

A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição. § 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios preservarão a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, far-se-ão por lei estadual, obedecidos os requisitos previstos em lei complementar estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas.

A Constituição de 1988 é considerada um marco para os municípios brasileiros, pois o eleva ao status de ente federativo, resultando em uma maior autonomia em relação a tomada, por os municípios assumem a responsabilidade de planejamento e intervenções para maior benefício à população, ocupando entre outras funções papel fundamental no desenvolvimento.

A Constituição Federal de 1988, no que diz respeito ao tema, através §. 4º do art. 18 repassou aos Estados a responsabilidade de legislar sobre a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios. Isso teve como resultado, a falta de requisitos claros por parte dos governos estaduais, facilitando o aumento das emancipações. Segundo Tomio (2002):

O mesmo contexto institucional geral moldou o ambiente de decisão política que predispôs a criação de novos municípios a partir da década de oitenta em todo o Brasil. Esse contexto caracterizou-se pela: ampliação dos recursos fiscais transferidos aos municípios, descentralização da regulamentação do processo emancipacionista em favor dos estados e definição de mecanismos legais que conferiram a iniciativa legislativa aos atores locais e o controle da maior parte do processo das emancipações às Assembleias Legislativas. (TOMIO, 2002a, p. 112).

Essa descentralização permitiu a criação de milhares de novos municípios. Segundo o IBGE, somente nos anos entre 1993 a 1997, acrescentaram-se a malha municipal brasileira mais de 1.016 novos municípios. Se consideramos os anos entre 1986 a 2008, foram emancipados 1465 municípios, como demonstra o Quadro 1.

ESTADOS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS EXISTENTES	MUNICÍPIOS CRIADOS NO PERÍODO	TOTAL DE MUNICÍPIOS	CRESCIMENTO (%) SOBRE O TOTAL
Rio Grande do Sul	244	252	496	103
Minas Gerais	718	135	853	19
Piauí	115	108	223	94
Santa Catarina	199	94	293	47
Paraná	310	89	399	29
Maranhão	132	86	217	65
Mato Grosso	74	82	141	110
Tocantis	59	80	139	136
Bahia	336	80	417	24
São Paulo	573	73	645	13
Goiás	181	65	246	36

Pará	87	56	143	64
Paraíba	170	52	223	31
Ceará	142	43	184	30
Rondônia	17	37	52	218
Rio de Janeiro	65	27	92	42
Espírito Santo	59	20	78	34
Pernambuco	168	17	185	10
Rio Grande do Norte	151	17	167	11
Mato Grosso do Sul	63	14	78	22
Amapá	4	11	16	275
Acre	12	10	22	84
Roraima	8	7	15	87
Alagoas	96	6	102	6
Amazonas	59	3	62	5
Sergipe	74	1	75	1
Total	4116	1465	5563	36

Quadro 1 - Número de municípios criados no Brasil por Estado, entre os anos de 1986 e 2008.
 FONTE: Cigolini (2009).

O quadro 1 demonstra o impacto das emancipações no Brasil, os Estados que mais criaram municípios entre, 1986 a 2008, foram: Rio Grande do Sul, que criou um total 252 municípios, Minas Gerais, com 135, e Piauí com 108 emancipações. No Estado do Paraná no período em questão foram criadas 89 novas unidades políticos administrativos, destes, 81 municípios foram criados após a promulgação da Constituição de 1988.

Além da descentralização a favor das Assembleias Legislativas quanto a decisões referente ao tema, outro fator destacado são os recursos fiscais, transferidos aos municípios, e conquistados nesse período.

No atual sistema tributário brasileiro os principais mecanismos de transferências operam a partir da arrecadação gerada pelo Imposto de Renda, Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações (ICMS). E são transferidos aos municípios através do Fundo de Participação dos Municípios. Tomio (2005) ressalta:

A descentralização política foi acompanhada da ampliação de recursos fiscais e das competências tributárias dos municípios e do mais expressivo processo de fragmentação dos municípios brasileiros - algo que, no período posterior à vigência da Constituição de 1988, originou 1.385 novos municípios no Brasil (1/4 de todos municípios existentes

atualmente). Essa situação, sem similar recente em outros estados nacionais, despertou preocupações sobre as conseqüências da falta de estabilidade no ordenamento federativo, como o desperdício fiscal e a instabilidade na gestão das políticas públicas.

Quanto ao repasse do FPM, sua origem é o Governo Federal e é constituído por 22,5% do Imposto Sobre a Renda - IR e do Imposto Sobre Produtos Industrializados - IPI. Os critérios de distribuição do FPM têm objetivos redistributivos, sendo que a repartição é feita de modo diretamente proporcional à população e inversamente proporcional à renda per capita. As regras de repartição do FPM favorecem mais os municípios que não são capitais de Estado e existe um limite mínimo para a quota-parte de municípios com população inferior a 10.188 habitantes. Ainda com relação aos repasses fiscais Carvalho destaca:

A partir de 1989, os municípios passaram a receber 25% do ICMS (transferência estadual) (antes recebiam 20%); e viram o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) crescer de 17% para 25,5%. Como conseqüência, entre 1988 e 1998, a arrecadação municipal aumentou, elevando a participação dessa esfera do governo de 2,9% da carga tributária total para 5,3%. (CARVALHO, 2002).

Quanto às transferências intergovernamentais para os municípios o Fundo de Participação dos Municípios – FPM, visto como principal incentivo para que ocorresse uma “explosão” no surgimento de novos entes federados, Caldas (2002) analisou a hipótese de que o Fundo de Participação dos Municípios é um mecanismo institucional que, em princípio, favorece e estimula a criação de municípios. Utilizando como amostragem o Estado de São Paulo, conclui em sua pesquisa que não foi o fator preponderante, atribuindo a explicação quanto ao tamanho do grupo de indivíduos organizados nos distritos brasileiros.

O processo elevado de criação de novos municípios levou o governo federal a alterar a redação do § 4º Art. 18 da Constituição Federal de 1988, pela Emenda Constitucional nº 15, de 13/09/96, e determina que:

A organização político-administrativa República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição. § 4º. A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação

dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

Essa Emenda Constitucional restringiu a autonomia dos Estados no que diz respeito a legislar sobre o processo, ou seja, a competência para criação de municípios continuou com os Estados, entretanto ficou restrita a determinado período a ser definida por Legislação Complementar Federal. Dentre as mudanças trazidas pela a emenda, uma que merece destaque é a necessidade de realização de plebiscito nos municípios envolvidos, ou seja, são aqueles que estão com parcela de seus territórios com possibilidade de desmembramento. Obriga também a divulgação de Estudo de Viabilidade Municipal, pelo qual se pretende verificar se o novo município terá ou não condições de sustentabilidade econômica.

O projeto de Lei 98/2002, veio para regulamentar a Emenda 15/96, e previa regras mais duras para evitar emancipações desordenadas, esse projeto foi sucedido pelo de número 104/2014, que aprovado no Congresso Nacional não foi sancionado pela Presidência da República, para evitar a possibilidade de emancipação de centenas de novos municípios. Há, portanto, atualmente, um vácuo legal que organize novos processos emancipatórios em escala local.

O intenso processo de compartimentação do espaço em unidades política administrativa que se observou após a promulgação da Constituição de 1988 foi analisado por diversos autores favoráveis e contrários ao movimento. Buscamos apresentar as visões de alguns deles, demonstrando pontos positivos e negativos verificados no processo.

Bremaeker (1993) favorável ao movimento pesquisou através de questionários enviados para alguns prefeitos os motivos que levaram as emancipações, e concluiu que as principais são: o descaso por parte da administração do município de origem, existência de forte atividade econômica local, grande extensão territorial do município de origem, aumento da população local.

As emancipações entendidas por alguns autores têm por objetivo aproximar os cidadãos aos serviços públicos, visto que em muitos municípios os distritos ficam longe da sede municipal, o que dificulta o acesso além da cobrança em investimentos nas áreas como: segurança pública, educação, saúde,

saneamento básico, etc e que são essenciais para que ocorra o desenvolvimento necessário aos indivíduos.

Noronha (1996) também favorável, combate alguns argumentos contrários às emancipações como: aumento de gastos; não proporciona o crescimento econômico; motivações políticas oportunistas; o problema da divisão do FPM. Para o autor, a busca pela emancipação político administrativa é o desejo de seus moradores em serem mais bem atendidos pelo poder público.

De acordo com Cigolini (2009, p. 193): “Os argumentos favoráveis aos processos sustentam-se nos dados que mostram o avanço dos índices sociais nas áreas emancipadas”. Favero (2004) ainda destaca:

“[...] autores que se concentram favoráveis a este processo, reconhecem como principal virtude, a descentralização administrativa, aproximando mais o poder de decisão junto aos membros das comunidades, promovendo consequentemente a melhoria na distribuição das receitas públicas, facilitando assim o acesso aos serviços públicos urbanos a um número maior de pessoas”.

O processo emancipacionista visto por muitos autores como nocivos para o país, seria incompatível com a auto sustentabilidade necessária para o desenvolvimento autônomo de uma comunidade e veem como contrapartida o aumento das despesas públicas com os serviços tanto das esferas legislativas quanto executivas, sendo assim posicionam-se contrários a essas emancipações desordenadas.

De acordo com Cigolini (2009, p. 193): “Os argumentos contrários tem sustentabilidade nos dados que mostram que a criação de estruturas públicas, a exemplo do poder legislativo local, representa um elevado de dispêndio financeiro aos já escassos repassados a esses municípios”.

Gomes e MacDowell (2000) posicionam-se contrários ao movimento. Os autores destacam que a criação de novos municípios no Brasil é insustentável, pois, não promovem o desenvolvimento local com o aumento da produção, e ainda retiram recursos dos grandes centros e cidades, onde estão localizadas as maiores populações e a produtividade. A causa principal das emancipações seria muito mais política, privilegiando um pequeno grupo de indivíduos que acaba desfrutando do poder municipal.

2. 2 - Considerações sobre a criação de municípios no Estado Do Paraná.

Cigolini (1999) fez em sua pesquisa um resgate histórico da formação do território paranaense, mostrando que a partir do oeste do Tratado de Tordesilhas houve a ocupação espanhola através da atuação das Missões Jesuítas, porém sem muitos impactos. O interesse dos portugueses na região acaba resultando na expulsão dos espanhóis, e ocupam primeiramente o litoral e gradativamente o primeiro planalto paranaense em busca principalmente de metais preciosos. O segundo planalto teve como principal responsável no surgimento dos primeiros povoados o Caminho de Viamão que ligava a cidade de Viamão (RS) a Sorocaba em (SP). A ocupação do terceiro planalto só se efetivou através da chegada da família Imperial. O autor afirma:

[...] é determinada a ocupação efetiva desses campos, o que ocorre, em 1810, com a fundação de uma fortaleza nos campos de Guarapuava e a distribuição de sesmarias para formação de fazendas. Em 1849, o povoado de Guarapuava, originário dessa ocupação, é elevado à categoria de vila, tornando-se o primeiro município do Terceiro Planalto paranaense.(CIGOLINI, 1999, p.31)

Em 1853 a província do Paraná é emancipada de São Paulo, tendo uma ligação com o fator político, pois o governo imperial considerava o Estado com uma posição estratégica para unificar o território frente a interesses contrários à República demonstrados pelo Estado do Rio Grande do Sul. O período seguinte é marcado por criação de colônias de imigrantes, doação de terras e fundação de colônias militares impulsionadas pelo Estado Paranaense, depois de relacionado às Constituições discutidas no capítulo anterior o estado foi ocupando seu território. O IPARDES demonstra a evolução da fragmentação político administrativo do Paraná desde 1940 até 1999, conforme figura 1, a seguir.

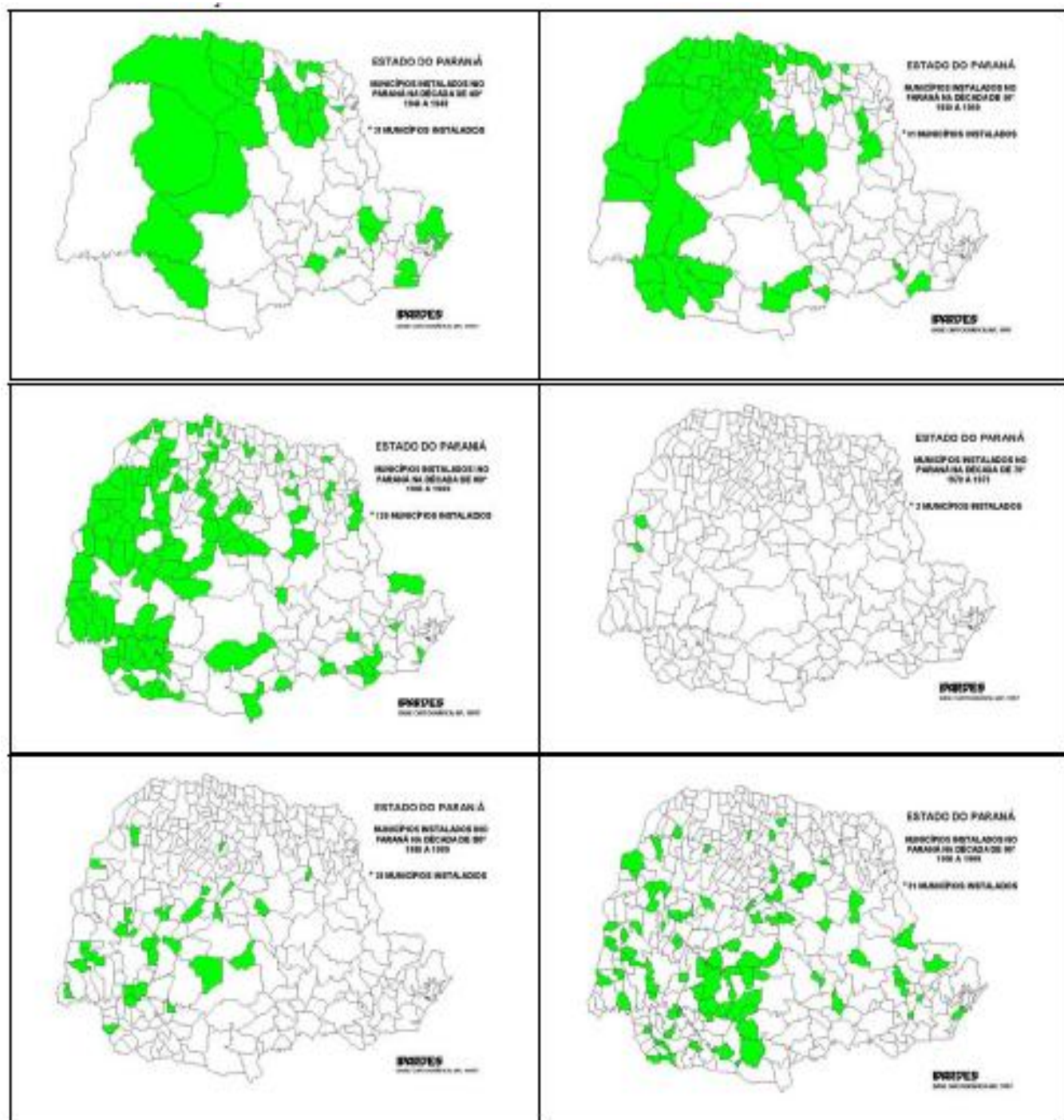


Figura 1 – Evolução Política do Estado do Paraná – 1940/1999

FONTE: http://www.ipardes.gov.br/pdf/anuario_2004/1_textos/evolucao_politica.pdf

O autor analisou os processos compreendidos entre 1993 a 1997, um universo de 76 novos municípios paranaenses. Abordou os aspectos jurídicos, políticos e econômicos, analisou dados, correlações e referências teóricas, chegando a algumas conclusões. Em relação a fator de ordem jurídica, estabelecidos pela legislação estadual, Lei Complementar n.º 56/91, conclui:

Na análise dos aspectos jurídicos, conclui-se que a legislação não é restritiva e que, mesmo assim, grande parte dos novos municípios foram criados burlando-se a legislação. O resultado dessa análise foi, em seguida, associado aos argumentos pesquisados nos projetos de emancipação, obtendo-se como resultado que, subjacentes aos motivos oficialmente apresentados, existem outros que são responsáveis pela fragmentação territorial em curso. Nessa perspectiva, a criação de municípios não é um fim, mas um meio pelo qual são dados aos interessados no processo, novas possibilidades. Estas possibilidades estão associadas à criação de territórios e ao controle de recursos econômicos. (CIGOLINI, 1999, p. 100-101).

O processo emancipacionista paranaense, muitas vezes estava ligado aos interesses políticos, por parte dos deputados, bem como seus representantes municipais, apresentando características ligadas ao controle de território, poder e recursos econômicos. No entanto, os principais motivos usados para justificar as emancipações de um determinado local são: a existência de condições econômicas favoráveis, aprovação da emancipação em plebiscito alegando que a emancipação é uma antiga aspiração da população do local, a área cumpre todos os requisitos legais e o descaso da administração do município-mãe com o local que aspira ao desmembramento.

Em relação ao fator político praticamente todos os parlamentares paranaenses apresentaram-se favoráveis a criação dos novos entes. Os motivos apresentados na Assembleia Legislativa para emancipar determinada comunidade, foram à existência de condições econômicas favoráveis, o desejo da comunidade local expresso no plebiscito e, por fim, o cumprimento dos requisitos legais. Porém, aponta Cigolini:

“[...] ao analisarmos as justificativas dos processos no Paraná, percebemos que os argumentos utilizados não trazem informações que possibilitem concluir a veracidade dos motivos citados. Os argumentos de ordem econômica, por exemplo, não são acompanhados de dados de como estão concretizadas essas condições, ou seja, elas podem simplesmente não existir, ou serem potencialidades que se acredita existir nessas áreas”. (CIGOLINI, 1999, p.68)

E ainda comenta “Assim, as justificativas sob as quais são criados os municípios são questionáveis e, acreditamos, podem esconder os reais objetivos dos processos emancipatórios” (CIGOLINI, 1999, p.72). Esta conclusão vem após realizar sua pesquisa, onde analisa o resultado eleitoral das eleições de 1998 dos deputados estaduais com o surgimento das novas emancipações e conclui que

existe vínculo eleitoral da maioria dos novos municípios com o autor do projeto para sua emancipação.

“[...] a partir das informações, dados e bases teóricas relacionadas e analisadas, pode-se concluir que, subjacentes aos motivos apresentados nos projetos de emancipação, existem demandas e interesses, ligados à representação política, à formação de núcleos de poder local e ao controle de recursos, que, apesar de não serem apresentados e discutidos, são, em grande parte, responsáveis pela fragmentação do território em unidades administrativas no Estado do Paraná”. (CIGOLINI, 1999, p. 78)

Em sua análise de ordem econômica, que se refere aos repasses de verbas estaduais, exemplo o ICMS, e federais, como o FPM, concluí que é uma das principais motivações da fragmentação territorial, “[...] os mais expressivos são o FPM, que significou 22,38% da totalidade dos recursos arrecadados pelos municípios do Estado e o ICMS que significou 23,92%”. (CIGOLINI, 1999, p.81). O autor ainda complementa:

Assim, tendo em vista que os recursos do ICMS se concentram mais nos, municípios de maior população, e os recursos próprios pouco representam, a grande fonte de recursos dos pequenos municípios, dos quais faz parte a grande maioria dos novos municípios, é o FPM. (CIGOLINI, 1999, p. 81)

Alves (2006) procurou pesquisar o contexto institucional que permitiu a criação de novos municípios no Estado do Paraná, no período entre 1988 e 1996, tendo como referência teórico-metodológica a pesquisa desenvolvida por Tomio (2002).

O autor mostra que no caso paranaense no período entre 1947 a 1967, quando se criaram 222 municípios, os poderes Executivos e o Legislativo eram favoráveis às emancipações, os requisitos legais eram pouco rígidos, e havia diversas comunidades que se adequavam as exigências e aspiravam sua emancipação, acompanhado principalmente do estímulo que os repasses do governo federal proporcionaram.

A Constituição de 1988, que descentralizou recursos e as regras para emancipação em função dos estados brasileiros, auxiliou para que ocorresse um número elevado de emancipações. Nas estratégias e posições dos principais atores responsáveis pelo processo, os mecanismos institucionais existentes davam autonomia ao Poder Legislativo, não se demonstravam contrários ao

processo emancipacionista, facilitando assim as condições para que elas ocorressem. O autor ainda conclui que “[...] a determinação das Instituições, com suas regras e mecanismos no processo decisório, constroem as estratégias de seus atores, possibilitando determinadas consequências.” (ALVES, 2006, p. 92).

Zorzanello (2015) investiga os processos emancipatórios e a Constituição de 1988. Tem como objetivo da pesquisa compreender como a elevação de distritos à posição de municípios, no estado do Paraná, mais especificamente aos processos de emancipação de Goioxim e Marquinho, possibilitou transformações socioeconômicas que, a priori, permitiram a formação de territórios político-sociais, além de perceber os diversos interesses políticos-eleitorais que permearam o processo, e averiguou através de dados empíricos que o processo foi benéfico as contribuições que o fato implicou àqueles municípios, possibilitando condições para que pudessem atender necessidades sociais básicas de sua população, permitindo que, principalmente, os acessos à saúde e à educação fossem assegurados, ou seja, uma maior justiça social.

3. ANÁLISE DO AVANÇO DO IDH-M DOS NOVOS MUNICÍPIOS, COMPARADO AOS ANTIGOS.

Neste capítulo é apresentada a pesquisa realizada o qual objetiva-se analisar os dados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) e sua evolução bem como as variantes que são utilizadas em sua metodologia.

Trata-se de um estudo histórico e comparativo, os casos foram escolhidos de forma dirigida considerando como amostragem os municípios paranaenses envolvidos em dois momentos distintos de processos emancipacionistas, e estão divididos em dois grupos, os municípios criados e instalados anteriormente a promulgação da Constituição de 1988, e os após a Constituição de 1988.

Antes de iniciarmos a análise comparativa do avanço do IDH-M entre os grupos delimitados apresentamos inicialmente o quadro 2 resumo em que registramos a evolução do indicador no Estado do Paraná.

	IDHM	IDHM	IDHM	Renda			Longevidade			Educação		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Paraná	0,507	0,65	0,749	0,644	0,704	0,757	0,679	0,747	0,83	0,298	0,522	0,668

Quadro 2 – Evolução do IDH-M no Estado do Paraná.
Fonte: PNUD, organizado autor.

No agregado dos 399 municípios paranaenses, ocorreu uma evolução no período entre 1991 e 2010, apontando um crescimento de 49,1 %. No primeiro registro em 1991, o Estado do Paraná encontrava-se na categoria “baixo” (0,507) em 2000 para “médio” (0,65) e “alto” em 2010 (0,749).

Na individualização dos indicadores, o Estado do Paraná apresentou um crescimento em todos os índices. O indicador renda foi o que apresentou uma menor evolução, a longevidade manteve um padrão de crescimento uniforme, porém o que desperta atenção são os casos em análise que demonstram o processo evolutivo do Estado quanto à educação, saindo da posição de baixo desenvolvimento para médio desenvolvimento. Movimento também identificado no estudo realizado por Fávero (2002, p.123) em relação ao Estado de São Paulo onde o autor atribuiu o resultado positivo ao Fundef, atualmente conhecido como

Fundeb⁷ (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação):

“ [...] pelo fato de que o governo federal instituiu, neste período, o Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), criado pela Emenda Constitucional nº 14 de 12/09/1996, programa este implantado a partir de 1998, que destinou valores mensais regulares aos municípios a partir do número de alunos matriculados em suas escolas da 1ª à 8ª série, bem como recursos para a qualificação dos professores do Ensino Fundamental. Dos recursos repassados para as prefeituras, apenas 1,5% do total tem como origem a União, sendo que o restante 98,5% faz parte da arrecadação dos Estados e Municípios, uma vez que, pela Constituição, devem aplicar em educação 25% de suas receitas”.

Outra característica do período em questão é a estabilização da economia e o controle da inflação junto com os investimentos do Estado principalmente em educação e emprego formal, bem como, por meio de políticas de transferência de renda as famílias de extrema pobreza trouxeram resultados positivos na redução da desigualdade social.

3.1 Análise do avanço do IDH-M dos Novos municípios no Estado do Paraná.

Com o intuito de realizar comparações em relação à análise dos resultados, optamos em realizar a divisão dos municípios em grupos da seguinte forma:

- **Grupo 01 Novos Municípios** - Municípios criados e instalados após a Constituição de 1988, formado por 81 municípios.
- **Grupo 02 Antigos Municípios** - Municípios criados e instalados anteriormente à Constituição de 1988, formado por 318 unidades políticos administrativos.

O quadro 3 abaixo apresenta o grupo dos novos municípios, criados e instalados sob a vigência da Constituição de 1988, além de seu município de origem.

7

	MUNICÍPIO CRIADO	MUNICÍPIO(S) DE ORIGEM	LEI	DATA	INSTALAÇÃO	GOVERNADOR/PRESIDENTE DA ALEP
317	Nova Tebas	Pitanga	8.624	08.dez.1987	01.jan.1989	Álvaro Dias
	Nova Tebas	Pitanga	9.211	25.jan.1990		Álvaro Dias
318	Diamante do Oeste	Matelândia	8.674	21.dez.1987	01.jan.1989	Álvaro Dias
319	Godoy Moreira	São João do Ivaí	8.947	05.abr.1989	01.jan.1990	Álvaro Dias*
320	Ivaté	Umuarama	8.970	02.maio.1989	01.jan.1990	Aníbal Khury (Pres.ALEP)*
	Ivaté	Umuarama	9.153	15.dez.1989	01.jan.1990	Álvaro Dias
321	Lindoeste	Cascavel	9.006	12.jun.1989	01.jan.1990	Álvaro Dias
322	Ibema	Catanduvás	9.007	12.jun.1989	01.jan.1990	Álvaro Dias
323	Santa Tereza do Oeste	Cascavel e Toledo	9.008	12.jun.1989	01.jan.1990	Álvaro Dias
324	Ouro Verde do Oeste	Toledo	9.009	12.jun.1989	01.jan.1990	Álvaro Dias
325	Bom Sucesso do Sul	Pato Branco	9.183	08.jan.1990	01.jan.1993	Álvaro Dias*
326	Honório Serpa	Mangueirinha	9.184	08.jan.1990	01.jan.1993	Álvaro Dias*
327	Fazenda Rio Grande	Mandirituba	9.213	26.jan.1990	01.jan.1993	Álvaro Dias*
328	Rio Bonito do Iguaçu	Laranjeiras do Sul	9.222	03.abr.1990	01.jan.1993	Álvaro Dias*
329	Maripá	Palotina	9.226	17.abr.1990	01.jan.1993	Álvaro Dias
330	Boa Esperança do Iguaçu	Dois Vizinhos	9.231	26.abr.1990	01.jan.1993	Álvaro Dias*
331	Cruzeiro do Iguaçu	Dois Vizinhos	9.232	26.abr.1990	01.jan.1993	Álvaro Dias*
332	Santa Mônica	Santa Izabel do Ivaí	9.233	26.abr.1990	01.jan.1993	Álvaro Dias*
333	Tunas do Paraná	Bocaiúva do Sul	9.236	30.abr.1990	01.jan.1993	Álvaro Dias
334	Nova Santa Bárbara	Santa Cecília do Pavão	9.241	09.maio.1990	01.jan.1993	Álvaro Dias*
335	Vila Alta	Umuarama	9.242	09.maio.1990	01.jan.1993	Álvaro Dias
336	Santa Lucia	Cap. Leônidas Marques	9.243	09.maio.1990	01.jan.1993	Álvaro Dias*
337	Ventania	Tibagi	9.244	14.maio.1990	01.jan.1993	Álvaro Dias
338	Nova Laranjeiras	Laranjeiras do Sul	9.249	16.maio.1990	01.jan.1993	Álvaro Dias
348	Flor da Serra do Sul	Salgado Filho, Marmeleiro e Barracão	9.300	18.jun.1990	01.jan.1993	Álvaro Dias*
349	Entre Rios do Oeste	Marechal Candido Rondon	9.301	18.jun.1990	01.jan.1993	Álvaro Dias*
350	Iracema do Oeste	Formosa do Oeste	9.310	04.jul.1990	01.jan.1993	Álvaro Dias
351	Rancho Alegre do Oeste	Goio-Erê	9.311	04.jul.1990	01.jan.1993	Álvaro Dias*
352	Diamante do Sul	Guaraniaçu	9.316	11.jul.1990	01.jan.1993	Álvaro Dias*
353	Santa Maria do Oeste	Pitanga	9.320	11.jul.1990	01.jan.1993	Álvaro Dias
354	São Pedro do Iguaçu	Toledo	9.336	16.jul.1990	01.jan.1993	Álvaro Dias
355	Cafezal do Sul	Iporã	9.345	20.jul.1990	01.jan.1993	Álvaro Dias
356	Brasilândia do Sul	Alto Piquiri	9.351	23.ago.1990	01.jan.1993	Álvaro Dias
357	Candói	Guarapuava	9.353	27.ago.1990	01.jan.1993	Aníbal Khury (Pres.ALEP)
358	Ângulo	Iguaraçu	9.357	04.set.1990	01.jan.1993	Aníbal Khury (Pres.ALEP)
359	Quatro Pontes	Marechal Candido Rondon	9.368	13.set.1990	01.jan.1993	Aníbal Khury (Pres.ALEP)*
360	São Manoel do Paraná	Indianópolis	9.369	13.set.1990	01.jan.1993	Aníbal Khury (Pres.ALEP)*
361	Mercedes	Marechal Candido Rondon	9.370	13.set.1990	01.jan.1993	Aníbal Khury (Pres.ALEP)*
362	Novo Itacolomi	Cambira	9.387	28.set.1990	01.jan.1993	Aníbal Khury (Pres.ALEP)*
363	Pitangueiras	Rolândia	9.389	28.set.1990	01.jan.1993	Aníbal Khury (Pres.ALEP)*
364	Itaperuçu	Rio Branco do Sul	9.437	09.nov.1990	01.jan.1993	Aníbal Khury (Pres.ALEP)
365	Doutor Ulisses (ex-Vila Branca)	Cerro Azul	9.443	20.nov.1990	01.jan.1993	Aníbal Khury (Pres.ALEP)*
366	Laranjal	Palmital	9.533	09.jan.1991	01.jan.1993	Orlando Pessuti (Pres.)*
367	Ramilândia	Matelândia	9.562	30.jan.1991	01.jan.1993	Aníbal Khury (Pres.ALEP)*
368	Mato Rico	Pitanga	9.564	31.jan.1991	01.jan.1993	Aníbal Khury (Pres.ALEP)*

continua

	MUNICÍPIO CRIADO	MUNICÍPIO(S) DE ORIGEM	LEI	DATA	INSTALAÇÃO	GOVERNADOR/PRESIDENTE DA ALEP
369	Saudade do Iguaçu	Chopininho	9.914	19.mar.1992	01.jan.1993	Aníbal Khury (Pres.ALEP)
370	Pinhais	Piraquara	9.906	18.mar.1992	01.jan.1993	Aníbal Khury (Pres.ALEP)
371	Itaipulândia	São Miguel do Iguaçu	9.908	19.mar.1992	01.jan.1993	Aníbal Khury (Pres.ALEP)
372	IV Centenário	Goioere	9.959	29.abr.1992	01.jan.1997	Aníbal Khury (Pres.ALEP)
373	Perobal	Umuarama	9.960	29.abr.1992	01.jan.1997	Aníbal Khury (Pres.ALEP)
374	Espigão Alto do Iguaçu	Quedas do Iguaçu	10.737	18.abr.1994	01.jan.1997	Mário Pereira
375	Marquinho	Cantagalo	10.834	22.jun.1994	01.jan.1997	Mário Pereira
376	Reserva do Iguaçu	Pinhão	11.163	04.set.1995	01.jan.1997	Jaime Lerner
377	Boa Ventura de São Roque	Pitanga	11.176	18.set.1995	01.jan.1997	Jaime Lerner
378	Campina do Simão	Guarapuava	11.180	04.out.1995	01.jan.1997	Aníbal Khury (Pres.ALEP)
379	Goioxim	Cantagalo	11.183	30.out.1995	01.jan.1997	Jaime Lerner
380	Guamiranga	Imbituva	11.203	16.nov.1995	01.jan.1997	Aníbal Khury (Pres.ALEP)
381	Serranópolis do Iguaçu	Medianeira	11.218	07.dez.1995	01.jan.1997	Jaime Lerner
382	Arapuã	Ivaiporã	11.219	08.dez.1995	01.jan.1997	Jaime Lerner
383	Imbaú	Telêmaco Borba	11.220	08.dez.1995	01.jan.1997	Jaime Lerner
384	Campo Magro	Almirante Tamandaré	11.221	11.dez.1995	01.jan.1997	Aníbal Khury (Pres.ALEP)
385	Cruzmaltina	Faxinal	11.222	13.dez.1995	01.jan.1997	Jaime Lerner
386	Tamarana	Londrina	11.224	13.dez.1995	01.jan.1997	Jaime Lerner
387	Carambeí	Castro e Ponta Grossa	11.225	13.dez.1995	01.jan.1997	Jaime Lerner
388	Porto Barreiro	Laranjeiras do Sul	11.248	13.dez.1995	01.jan.1997	Jaime Lerner
389	Foz do Jordão	Candói	11.250	15.dez.1995	01.jan.1997	Aníbal Khury (Pres.ALEP)
390	Pontal do Paraná	Paranaguá	11.252	20.dez.1995	01.jan.1997	Jaime Lerner
391	Bela Vista do Caroba	Pérola d'Oeste e Pranchita	11.254	21.dez.1995	01.jan.1997	Jaime Lerner
392	Airranha do Ivaí	Ivaiporã	11.257	21.dez.1995	01.jan.1997	Aníbal Khury (Pres.ALEP)
393	Rio Branco do Ivaí	Grandes Rios	11.258	21.dez.1995	01.jan.1997	Aníbal Khury (Pres.ALEP)
394	Esperança Nova	Pérola	11.259	21.dez.1995	01.jan.1997	Aníbal Khury (Pres.ALEP)
395	Bom Jesus do Sul	Barracão	12.260	21.dez.1995	01.jan.1997	Aníbal Khury (Pres.ALEP)
396	Manfrinópolis	Salgado Filho	11.261	21.dez.1995	01.jan.1997	Aníbal Khury (Pres.ALEP)
397	Coronel Domingos Soares	Palmas	11.265	21.dez.1995	01.jan.1997	Aníbal Khury (Pres.ALEP)
398	Fernandes Pinheiro	Teixeira Soares	11.266	21.dez.1995	01.jan.1997	Aníbal Khury (Pres.ALEP)
399	Prado Ferreira	Miraselva	11.267	21.dez.1995	01.jan.1997	Aníbal Khury (Pres.ALEP)

Quadro 3 - Municípios instalados após 1988 no Estado do Paraná e seus municípios de origem.

FONTE: Organizado pelo autor a partir de Alves (2006)

Apesar dos novos municípios instalados na sua grande maioria a partir de 1993, são utilizados aqui os dados do IDH-M de 1991 como referência, isso é possível graças à metodologia⁸ adotada pelo PNUD, que permitiu projetar retroativamente os referidos dados.

Observando esses municípios espacializados apresentado na figura 2, é possível afirmar que o processo ocorreu praticamente em todas as regiões

⁸ <http://www.pnud.org.br/arquivos/idhm-brasileiro-atlas-2013.pdf>

paranaenses, demonstrando o forte impacto causado na compartimentação territorial do Estado.

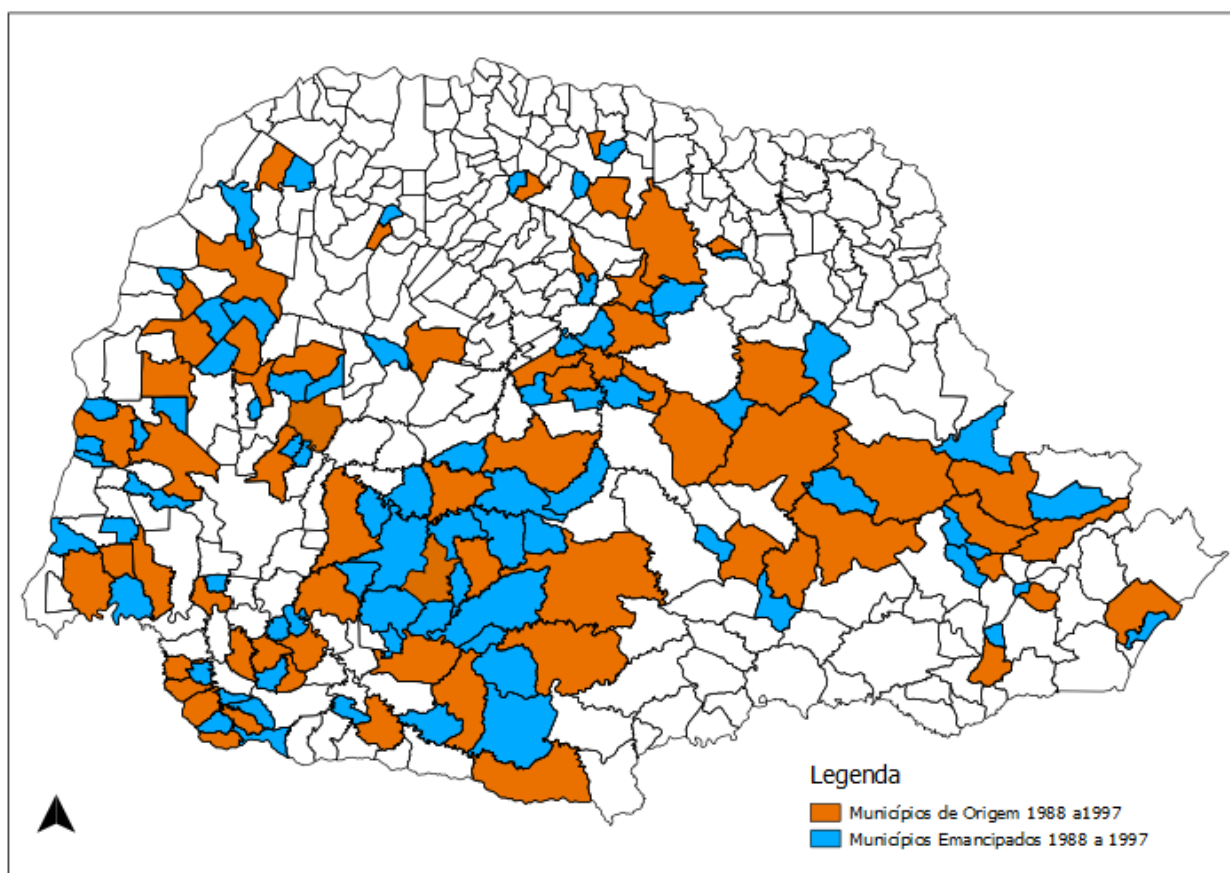


Figura 2 - Espacialização dos municípios instalados de 1988 a 1997 e os municípios de origem no Estado do Paraná.

FONTE: elaborada por Kogus (2014) com base na localização e no ano da criação dos municípios, conforme quadro 3, no mapa da malha municipal digital do IBGE (2010).

O quadro 4 representa o IDH-M dos municípios emancipados no Estado do Paraná após a Constituição de 1988. Neste quadro estão apresentados os valores médios e individualizados por cada indicador, além dos valores do Estado do Paraná, assim como a posição relativa da classificação dos municípios no nível estatal.

	1991	2000	2010	Renda			Longevidade			Educação			Classificação PR		
				1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Paraná	0,507	0,65	0,749	0,644	0,704	0,757	0,679	0,747	0,83	0,298	0,522	0,668			
Anahy	0,398	0,595	0,695	0,501	0,558	0,671	0,69	0,767	0,844	0,182	0,492	0,593	287 °	206 °	256 °
Ângulo	0,459	0,629	0,721	0,513	0,646	0,705	0,702	0,744	0,827	0,269	0,517	0,644	144 °	109 °	121 °
Arapuã	0,355	0,543	0,676	0,437	0,523	0,638	0,662	0,748	0,828	0,155	0,41	0,584	344 °	326 °	312 °
Ariranha do Ivaí	0,332	0,517	0,67	0,457	0,576	0,637	0,627	0,702	0,794	0,128	0,341	0,594	360 °	359 °	323 °
Bela Vista da Caroba	0,351	0,545	0,681	0,473	0,546	0,667	0,69	0,774	0,828	0,132	0,382	0,572	347 °	321 °	295 °
Boa Esperança do Iguaçu	0,391	0,565	0,7	0,486	0,598	0,673	0,722	0,768	0,848	0,17	0,393	0,602	305 °	294 °	232 °
Boa Ventura de São Roque	0,208	0,515	0,655	0,425	0,611	0,635	0,625	0,698	0,802	0,034	0,321	0,553	399 °	363 °	351 °
Bom Jesus do Sul	0,358	0,544	0,697	0,451	0,53	0,64	0,68	0,723	0,805	0,15	0,42	0,656	341 °	323 °	246 °
Bom Sucesso do Sul	0,43	0,638	0,742	0,524	0,619	0,704	0,672	0,761	0,836	0,226	0,551	0,695	219 °	84 °	52 °
Brasilândia do Sul	0,359	0,582	0,681	0,507	0,61	0,68	0,668	0,718	0,813	0,137	0,45	0,572	339 °	246 °	295 °
Cafetal do Sul	0,357	0,58	0,692	0,467	0,629	0,686	0,702	0,741	0,792	0,139	0,418	0,611	343 °	253 °	267 °
Campina do Simão	0,247	0,491	0,63	0,476	0,539	0,598	0,621	0,709	0,792	0,051	0,31	0,527	394 °	379 °	381 °
Campo Magro	0,404	0,579	0,701	0,597	0,647	0,685	0,67	0,753	0,828	0,165	0,399	0,607	274 °	256 °	227 °
Candói	0,309	0,509	0,635	0,524	0,61	0,655	0,61	0,685	0,778	0,092	0,315	0,503	379 °	368 °	378 °
Carambeí	0,455	0,647	0,728	0,607	0,677	0,721	0,713	0,746	0,836	0,218	0,537	0,64	156 °	59 °	89 °
Coronel Domingos Soares	0,26	0,426	0,6	0,462	0,508	0,609	0,664	0,709	0,792	0,057	0,215	0,447	393 °	397 °	394 °
Cruzeiro do Iguaçu	0,381	0,562	0,709	0,5	0,573	0,703	0,702	0,736	0,792	0,158	0,42	0,641	315 °	301 °	184 °
Cruzmalina	0,379	0,546	0,666	0,477	0,543	0,65	0,608	0,684	0,768	0,187	0,439	0,593	319 °	320 °	334 °
Diamante do Sul	0,332	0,488	0,608	0,379	0,562	0,605	0,637	0,707	0,777	0,152	0,293	0,479	360 °	382 °	393 °
Diamante d'Oeste	0,357	0,543	0,655	0,505	0,578	0,655	0,69	0,761	0,826	0,178	0,411	0,607	294 °	294 °	269 °
Doutor Ulysses	0,227	0,377	0,546	0,435	0,478	0,57	0,643	0,702	0,791	0,042	0,16	0,362	397 °	399 °	399 °
Entre Rios do Oeste	0,542	0,714	0,761	0,687	0,724	0,778	0,726	0,794	0,826	0,319	0,634	0,686	20 °	6 °	17 °
Esperança Nova	0,397	0,584	0,689	0,422	0,581	0,69	0,652	0,752	0,799	0,228	0,457	0,594	290 °	238 °	270 °
Espigão Alto do Iguaçu	0,319	0,529	0,636	0,416	0,595	0,632	0,686	0,724	0,781	0,114	0,344	0,521	373 °	344 °	376 °
Farol	0,395	0,571	0,715	0,523	0,595	0,671	0,627	0,726	0,818	0,188	0,432	0,665	295 °	281 °	160 °
Fazenda Rio Grande	0,451	0,594	0,72	0,602	0,627	0,713	0,717	0,762	0,847	0,213	0,438	0,617	167 °	208 °	127 °
Fernandes Pinheiro	0,333	0,526	0,645	0,515	0,576	0,647	0,664	0,748	0,791	0,108	0,337	0,525	358 °	350 °	363 °
Flor da Serra do Sul	0,286	0,583	0,682	0,427	0,586	0,68	0,69	0,763	0,833	0,079	0,443	0,56	386 °	244 °	292 °

	1991	2000	2010	Renda			Longevidade			Educação			Classificação PR		
				1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Foz do Jordão	0,363	0,516	0,645	0,512	0,577	0,654	0,657	0,736	0,828	0,142	0,323	0,496	334 º	361 º	363 º
Godoy Moreira	0,323	0,491	0,672	0,536	0,547	0,668	0,661	0,739	0,828	0,107	0,293	0,549	353 º	379 º	318 º
Goioxim	0,227	0,446	0,641	0,364	0,542	0,593	0,627	0,726	0,813	0,051	0,225	0,547	397 º	393 º	368 º
Guamiranga	0,361	0,511	0,669	0,49	0,529	0,657	0,614	0,707	0,804	0,157	0,356	0,568	335 º	367 º	325 º
Honório Serpa	0,331	0,529	0,683	0,47	0,546	0,645	0,688	0,738	0,807	0,112	0,368	0,612	363 º	344 º	290 º
Ibema	0,341	0,541	0,65	0,495	0,602	0,633	0,623	0,712	0,798	0,114	0,369	0,543	179 º	264 º	325 º
Iguatu	0,374	0,559	0,703	0,476	0,56	0,672	0,668	0,753	0,812	0,164	0,414	0,637	325 º	305 º	220 º
Imbaú	0,323	0,521	0,622	0,511	0,574	0,636	0,623	0,694	0,785	0,106	0,355	0,481	370 º	356 º	386 º
Indianópolis	0,457	0,629	0,724	0,524	0,617	0,707	0,696	0,752	0,835	0,262	0,536	0,642	148 º	109 º	105 º
Iracema do Oeste	0,425	0,584	0,707	0,494	0,559	0,672	0,69	0,767	0,836	0,225	0,464	0,63	230 º	238 º	194 º
Itaipulândia	0,454	0,633	0,738	0,583	0,656	0,779	0,713	0,765	0,848	0,225	0,505	0,608	159 º	95 º	62 º
Itaperuçu	0,348	0,474	0,637	0,504	0,565	0,654	0,644	0,685	0,779	0,13	0,275	0,507	349 º	387 º	374 º
Ivaté	0,409	0,574	0,706	0,508	0,586	0,684	0,652	0,718	0,803	0,206	0,45	0,641	261 º	275 º	199 º
Laranjal	0,261	0,419	0,585	0,46	0,522	0,581	0,63	0,693	0,79	0,061	0,204	0,436	392 º	398 º	397 º
Lidianópolis	0,353	0,582	0,68	0,507	0,588	0,657	0,708	0,767	0,802	0,123	0,437	0,598	346 º	246 º	303 º
Manfrinópolis	0,266	0,506	0,645	0,42	0,54	0,642	0,68	0,755	0,805	0,066	0,317	0,52	391 º	371 º	363 º
Maripá	0,52	0,704	0,758	0,635	0,69	0,736	0,74	0,822	0,866	0,299	0,614	0,684	36 º	8 º	21 º
Marquinho	0,228	0,433	0,614	0,406	0,53	0,615	0,693	0,724	0,814	0,042	0,211	0,463	396 º	395 º	389 º
Mato Rico	0,239	0,483	0,632	0,399	0,523	0,58	0,643	0,731	0,812	0,053	0,294	0,536	395 º	384 º	380 º
Mauá da Serra	0,389	0,526	0,652	0,607	0,609	0,661	0,661	0,738	0,793	0,147	0,324	0,529	308 º	350 º	356 º
Mercedes	0,481	0,654	0,74	0,609	0,686	0,708	0,726	0,789	0,843	0,252	0,516	0,68	102 º	51 º	54 º
Nova Esperança do Sudoeste	0,315	0,576	0,714	0,456	0,617	0,714	0,678	0,718	0,805	0,101	0,432	0,633	377 º	264 º	164 º
Nova Laranjeiras	0,298	0,528	0,642	0,427	0,587	0,614	0,657	0,748	0,833	0,094	0,336	0,517	382 º	346 º	367 º
Nova Santa Bárbara	0,423	0,608	0,68	0,562	0,607	0,668	0,668	0,738	0,799	0,202	0,501	0,588	234 º	161 º	303 º
Nova Tebas	0,28	0,516	0,635	0,514	0,582	0,638	0,615	0,684	0,768	0,118	0,346	0,522	356 º	361 º	378 º
Novo Itacolomi	0,392	0,596	0,71	0,515	0,549	0,681	0,723	0,738	0,831	0,162	0,522	0,633	301 º	203 º	175 º
Ouro Verde do Oeste	0,462	0,579	0,701	0,597	0,647	0,685	0,67	0,753	0,828	0,165	0,399	0,607	221 º	208 º	189 º
Pato Bragado	0,515	0,663	0,747	0,596	0,685	0,745	0,722	0,768	0,807	0,318	0,554	0,694	44 º	36 º	37 º
Perobal	0,411	0,584	0,713	0,498	0,595	0,684	0,709	0,746	0,83	0,197	0,448	0,638	259 º	238 º	167 º

	1991	2000	2010	Renda			Longevidade			Educação			Classificação PR		
				1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Pinhais	0,51	0,657	0,751	0,639	0,691	0,761	0,697	0,773	0,836	0,297	0,53	0,666	56 º	48 º	29 º
Pinhal de São Bento	0,308	0,524	0,695	0,423	0,559	0,669	0,68	0,755	0,801	0,102	0,34	0,626	380 º	353 º	256 º
Pitangueiras	0,409	0,608	0,71	0,506	0,616	0,67	0,691	0,788	0,842	0,196	0,464	0,634	261 º	161 º	175 º
Pontal do Paraná	0,409	0,622	0,738	0,569	0,678	0,737	0,708	0,794	0,831	0,17	0,447	0,655	261 º	125 º	62 º
Porto Barreiro	0,327	0,544	0,688	0,44	0,602	0,676	0,668	0,753	0,821	0,119	0,356	0,588	366 º	323 º	272 º
Prado Ferreira	0,432	0,619	0,71	0,51	0,618	0,707	0,722	0,816	0,852	0,219	0,47	0,593	213 º	131 º	175 º
Quarto Centenário	0,376	0,561	0,71	0,558	0,578	0,724	0,69	0,761	0,819	0,138	0,402	0,603	322 º	302 º	175 º
Quatro Pontes	0,484	0,718	0,791	0,576	0,689	0,79	0,72	0,773	0,838	0,273	0,694	0,748	93 º	3 º	3 º
Ramilândia	0,426	0,517	0,63	0,553	0,545	0,639	0,654	0,737	0,802	0,214	0,344	0,489	229 º	359 º	381 º
Rancho Alegre D'Oeste	0,394	0,584	0,704	0,65	0,661	0,673	0,69	0,767	0,831	0,136	0,392	0,625	297 º	238 º	212 º
Reserva do Iguaçu	0,49	0,554	0,648	0,625	0,631	0,636	0,657	0,738	0,82	0,287	0,365	0,521	79 º	312 º	362 º
Rio Bonito do Iguaçu	0,319	0,466	0,629	0,433	0,551	0,631	0,654	0,698	0,792	0,115	0,263	0,498	373 º	390 º	383 º
Rio Branco do Ivaí	0,275	0,473	0,64	0,416	0,541	0,624	0,628	0,702	0,783	0,08	0,279	0,537	390 º	388 º	369 º
Santa Lúcia	0,364	0,574	0,687	0,504	0,619	0,688	0,653	0,706	0,795	0,146	0,433	0,592	332 º	275 º	277 º
Santa Maria do Oeste	0,282	0,475	0,609	0,401	0,512	0,6	0,643	0,702	0,79	0,087	0,298	0,477	387 º	386 º	391 º
Santa Mônica	0,403	0,568	0,704	0,452	0,552	0,698	0,654	0,733	0,792	0,221	0,453	0,63	278 º	287 º	212 º
São Manoel do Paraná	0,423	0,631	0,725	0,481	0,602	0,721	0,696	0,75	0,825	0,226	0,556	0,64	234 º	102 º	98 º
São Pedro do Iguaçu	0,442	0,581	0,683	0,542	0,573	0,687	0,721	0,769	0,798	0,221	0,446	0,581	187 º	251 º	290 º
Saudade do Iguaçu	0,401	0,577	0,699	0,473	0,701	0,695	0,672	0,739	0,803	0,203	0,37	0,611	280 º	261 º	239 º
Serranópolis do Iguaçu	0,55	0,683	0,762	0,617	0,677	0,778	0,736	0,816	0,859	0,366	0,577	0,662	14 º	16 º	16 º
Tamarana (PR)	0,36	0,504	0,621	0,569	0,597	0,628	0,689	0,738	0,829	0,119	0,291	0,46	336 º	372 º	387 º
Tunas do Paraná	0,28	0,442	0,611	0,496	0,605	0,641	0,67	0,755	0,801	0,066	0,189	0,444	388 º	394 º	390 º
Ventania	0,328	0,541	0,65	0,495	0,602	0,633	0,623	0,712	0,798	0,114	0,369	0,543	364 º	329 º	361 º
Virmond	0,38	0,572	0,722	0,513	0,608	0,708	0,69	0,767	0,848	0,155	0,401	0,628	318 º	280 º	115 º

Quadro 4 - Municípios criados e instalados após 1988, médias de IDH-M e ranking.

FONTE: Organizado pelo autor a partir PNUD (2013).

Verificamos através da análise da coluna dos valores médios do **IDH-M** que todos os municípios, tiveram evolução positiva nos indicadores. Dentre os municípios do Grupo 01 que demonstraram maior evolução no período analisado foram os municípios de:

- Boa Ventura de São Roque que registrava em 1991 um índice de 0,208 e em 2010 registrou 0,655 um avanço de 0,447,
- Goioxim registrou 0,227 em 1991 e saltou para 0,641 em 2010 um avanço de 0,414,
- Nova Esperança do Sudoeste em 1991 apresentou um IDH-M de 0,315 e em 2010 saltou para 0,714 uma evolução de 0,399,
- e concluindo, Flor da Serra do Sul registrou em 1991 o IDH-M de 0,393 e em 2010 saltou para 0,682, avanço de 0,396.

Os municípios que apresentaram uma menor evolução na média do **IDH-M** no período estudado foram:

- Reserva do Iguaçu, de 0,49 em 1991 para 0,648 em 2010, avanço de 0,158,
- Ramilândia de 0,426 em 1991 para 0,630 em 2010, avanço de 0,204,
- Serranópolis do Iguaçu 0,550 em 1991 para 0,762 de 2010, avanço de 0,212,
- e finalizando o Município de Entre Rios do Oeste de 0,542 em 1991 para 0,761 em 2010, avançou 0,219 no período de duas décadas.

Nas colunas onde se registram os valores individualizados para cada indicador constatamos que no item **Renda**, todos os municípios tiveram avanços, as maiores evoluções registradas foram os municípios de:

- Esperança Nova que em 1991 registrava 0,422 e em 2010 apresentou 0,69, avanço de 0,268,
- Nova Esperança do Sudoeste de 0,614 em 1991 para 0,804 em 2010, avanço de 0,258,
- Flor da Serra do Sul de 0,427 em 1991 para 0,68 em 2010, avanço de 0,253,
- e finalizando o Município de Pinhal de São Bento, que em 1991 registrou 0,423, saltando para 0,669 em 2010, avanço de 0,246.

Os municípios que apresentaram uma menor evolução no item **Renda** no período estudado foram:

- Reserva do Iguaçu que em 1991 registrava 0,625 e em 2010 apresentou 0,636, avanço de 0,011,
- Rancho Alegre D'Oeste de 0,65 em 1991 para 0,673 em 2010, avanço de 0,023 pontos,
- Mauá da Serra registrou em 1991 a média da renda de 0,607 e em 2010 saltou para 0,661, avanço de 0,054,
- e finalizando o Município de Tamarana que registrou 0,569 em 1991 para 0,628 em 2010, avanço de 0,059.

Nas colunas onde se registram os valores individualizados para cada indicador constatamos que no item **Longevidade**, todos os municípios tiveram avanços, as maiores evoluções registradas foram os municípios de:

- Farol que em 1991 registrava 0,627 e em 2010 apresentou 0,818, avanço de 0,191,
- Guamiranga de 0,614 em 1991 para 0,804 em 2010, avanço de 0,190,
- Goioxim registrou 0,627 em 1991 e saltou para 0,813 em 2010 um avanço de 0,186,
- Boa Ventura de São Roque que registrava em 1991 um índice de 0,625 e em 2010 registrou 0,802 um avanço de 0,177.

Os municípios que apresentaram uma menor evolução no item **Longevidade** no período estudado foram:

- São Pedro do Iguaçu que registrava em 1991 um índice de 0, 0,721 e em 2010 registrou 0,798 um avanço de 0,077,
- Pato Bragado de 0,722 em 1991 para 0,807 em 2010, avanço de 0,085,
- Cafezal do Sul que em 1991 registrava 0,702 e em 2010 apresentou 0,792, avanço de 0,09,
- e finalizando o Município de Cruzeiro do Iguaçu registrou em 1991 o IDH-M Longevidade de 0,702 e em 2010 saltou para 0,792, avanço de 0,09 no período em questão.

Em relação ao item **Educação**, houve um aumento expressivo em todos os municípios analisados, os que tiveram um maior registrado na evolução foram:

- Nova Esperança do Sudoeste de 0,101 em 1991 para 0,633 em 2010, avanço de 0,532,
- Pinhal de São Bento de 0,102 para 0,626 em 2010, avanço de 0,524,
- Boa Ventura de São Roque de 0,034 para 0,553 em 2010, avanço de 0,519,
- e finalizando o Município de Bom Jesus do Sul de 0,15 para 0,656 em 2010, avanço de 0,506.

As menores evoluções registradas ainda quanto ao item **Educação** no período de duas décadas foram os municípios de:

- Reserva do Iguaçu de 0,287 em 1991 para 0,521 em 2010, avanço de 0,234,
- Ramilândia de 0,214 para 0,489 em 2010, avanço de 0,275,
- Serranópolis do Iguaçu de 0,366 em 1991 para 0,662 em 2010, avanço de 0,296,
- e finalizando, Município de Doutor Ulysses que registrou em 1991 o IDH-M de 0,042 e em 2010 apresentou 0,362 avançou 0,320 pontos.

Quanto à classificação dos municípios no ranking estadual, verificamos que 73,68% o equivalente 56 dos novos entes federados obtiveram ganhos nas suas respectivas posições, os destaques foram: Bom Sucesso do Sul de 219 para 52 (avançou 167 posições), Cruzeiro do Iguaçu de 315 para 184 (avançou 131 posições), Farol de 295 para 160 (avançou 135 posições), Iguatu de 325 para 220 (avançou 105 posições), Itaipulândia de 159 para 62 (avançou 97 posições), Nova Esperança do Sudoeste de 377 para 164 (avançou 213 posições), Novo Itacolomi de 301 para 175 (avançou 126 posições), Pinhal de São Bento de 380 para 256 (avançou 124 posições), Pontal do Paraná de 261 para 62 (avançou 199 posições), Quarto Centenário de 322 para 175 (avançou 147 posições), e por fim Virmond de 318 para 115 (avançou 203 posições).

Ainda sobre a classificação estadual tivemos também municípios que perderam posições, os destaques são: Nova Santa Bárbara de 234 para 303 (retrocedeu 69 posições), Ramilândia de 229 para 381 (retrocedeu 152 posições), Reserva do Iguaçu de 79 para 362 (retrocedeu 283 posições), São Pedro do Iguaçu de 187 para 290 (retrocedeu 103 posições), e finalizando Tamarana de 336 para 387 (retrocedeu 51 posições).

3.2 Análise do avanço do IDH-M dos antigos municípios no Estado do Paraná.

Para iniciarmos a análise, apresentamos o anexo 01 o IDH-M dos municípios emancipados no Estado do Paraná anteriormente a Constituição de 1988. Neste quadro estão apresentados os valores médios e individualizados por cada indicador, além dos valores do Estado do Paraná, assim como a posição relativa da classificação no nível estado.

Quanto ao Grupo 02 dos municípios criados e instalados anteriormente à Constituição de 1988, verificamos pela coluna dos valores médios do **IDH-M** que também todos os municípios tiveram evolução positiva nos indicadores. Os destaques positivos no período estudado são os municípios de:

- Rosário do Ivaí, que registrava em 1991 um índice de 0,315 e em 2010 registrou 0,662, avanço de 0,347,
- Quitandinha registrava 0,336 em 1991 para 0,680 em 2010, avanço de 0,344,
- Roncador em 1991 apresentou um IDH-M de 0,338 e em 2010 saltou para 0,681 uma evolução de 0,343,
- e finalizando o Município de Cândido de Abreu, registrou em 1991 o IDH-M de 0,287 e em 2010 saltou para 0,629, avanço de 0,342.

Os municípios que apresentaram uma menor evolução na média do **IDH-M** referente ao Grupo 2 no período estudado foram:

- Cambará que registrava em 1991 um índice de 0,55 e em 2010 registrou 0,721, avanço de 0,171,
- Curitiba que registrava em 1991 um índice de 0,64 e em 2010 registrou 0,823, avanço de 0,183,
- Santa Amélia registrou em 1991 um índice de 0,468 e em 2010 o índice apontou 0,653, avanço de 0,185,
- Jardim Olinda apresentou um IDH-M de 0,496 em 1991 e em 2010 saltou para 0,682 uma evolução de 0,186,
- e finalizando o Município de Flórida que registrava 0,544 em 1991 para 0,732 em 2010, avanço de 0,188.

Nas colunas onde se registram os valores individualizados para cada indicador constatamos que no item **Renda**, todos os municípios tiveram avanços, as maiores evoluções registradas foram os municípios de:

- São Jorge do Patrocínio registrava em 1991 o índice de 0,466 e em 2010 saltou para 0,702, avanço de 0,236,
- Jaboti em 1991 registrou 0,479 e em 2010 saltou para 0,699, aumento 0,22 pontos,
- Salto do Lontra de 0,49 registrado em 1991, saltou para 0,707 em 2010 avanço de 0,217,
- finalizando o Município de Sulina, registrou em 1991, índice de 0,47 e em 2010 saltou para 0,684, avanço de 0,214.

Os municípios que apresentaram uma menor evolução no item **Renda** no período estudado foram:

- Ivatuba em 1991 registrou 0,7 e em 2010 saltou para 0,718, aumento 0,018 pontos,
- Jataizinho registrava em 1991 o índice de 0,638 e em 2010 saltou para 0,669, avanço de 0,031,
- Cafelândia registrava em 1991 o índice de 0,69 e em 2010 saltou para 0,711, avanço de 0,033,
- Cambará registrava em 1991 o índice de 0,659 e em 2010 saltou para 0,711, avanço de 0,052 pontos.

Nas colunas onde se registram os valores individualizados para cada indicador constatamos que no item **Longevidade**, todos os municípios tiveram avanços, as maiores evoluções registradas foram os municípios de:

- Cruz Machado registrava em 1991 o índice de 0,652 e em 2010 saltou para 0,845, avanço de 0,193,
- Nova América da Colina registrava em 1991 o índice de 0,62 e em 2010 saltou para 0,809, avanço de 0,189,
- General Carneiro registrava em 1991 o índice de 0,627 e em 2010 saltou para 0,816, avanço de 0,188,
- Pinhão registrava em 1991 o índice de 0,618 e em 2010 saltou para 0,806, avanço de 0,188,

Os municípios que apresentaram uma menor evolução no item **Longevidade** no período estudado foram:

- Quedas do Iguaçu registrava em 1991 o índice de 0,724 e em 2010 saltou para 0,794, avanço de 0,07,
- Francisco Alves registrava em 1991 o índice de 0,713 e em 2010 saltou para 0,786, avanço de 0,073,
- Jardim Olinda registrava em 1991 o índice de 0,713 e em 2010 saltou para 0,791, avanço de 0,078,
- Coronel Vivida registrava em 1991 o índice de 0,73 e em 2010 saltou para 0,81, avanço de 0,08 pontos.

Em relação ao item **Educação**, houve um aumento expressivo em todos os municípios analisados, os que tiveram um maior registrado na evolução foram:

- Pranchita registrava em 1991 o índice de 0,191 e em 2010 saltou para 0,696, avanço de 0,505,
- Dois Vizinhos registrava em 1991 o índice de 0,216 e em 2010 saltou para 0,711, avanço de 0,495,
- Enéas Marques registrava em 1991 o índice de 0,173 e em 2010 saltou para 0,664, avanço de 0,491,
- Barra do Jacaré registrava em 1991 o índice de 0,258 e em 2010 saltou para 0,747, avanço de 0,489,

As menores evoluções registradas ainda quanto ao item **Educação** no período de duas décadas foram os municípios de:

- Santa Amélia registrava em 1991 o índice de 0,266 e em 2010 saltou para 0,526, avanço de 0,26,
- Jardim Olinda registrava em 1991 o índice de 0,326 e em 2010 saltou para 0,6, avanço de 0,274,
- Palmas registrava em 1991 o índice de 0,23 e em 2010 saltou para 0,505, avanço de 0,275 pontos,
- Jussara registrava em 1991 o índice de 0,338 e em 2010 saltou para 0,619, avanço de 0,281.

Quanto à classificação dos municípios no ranking estadual, verificamos que 46,54% o equivalente a 148 dos antigos entes federados obtiveram ganhos nas suas respectivas posições, os destaques entre 1991 e 2010 foram os municípios

de Enéas Marques de 251 para 27 (avançou 224 posições), Virmond de 318 para 115 (avançou 203 posições), Marmeleiro de 310 para 115 (avançou 195 posições), Pranchita de 221 para 27 (avançou 194 posições), e finalizando os município que se destacaram Chopinzinho de 231 para 54 (avançou 177 posições).

Ainda sobre a classificação estadual tivemos também municípios que perderam posições entre 1991 e 2010 os destaques foram Santa Amélia de 122 para 355 (retrocedeu 233 posições), Jardim Olinda de 71 para 292 (retrocedeu 221 posições), Palmas de 167 para 343 (retrocedeu 176 posições), Itambaracá de 88 para 260 (retrocedeu 153 posições), e finalizando, o Município de Primeiro de Maio de 179 para 325 (retrocedeu 146 posições).

Para iniciarmos conclusão dos grupos dos municípios analisados no Estado de Paraná através do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), apresentamos o quadro 5 resumo em que registramos a evolução média dos municípios e do Estado no período compreendido de 1991 a 2000.

	Média IDH-M			Renda			Longevidade			Educação		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Paraná	0,51	0,65	0,75	0,64	0,7	0,76	0,68	0,75	0,83	0,3	0,52	0,67
Municípios Emancipados após 1988	0,373	0,557	0,680	0,5	0,59	0,67	0,67	0,74	0,81	0,16	0,4	0,58
Municípios Emancipados antes 1988	0,446	0,601	0,707	0,57	0,63	0,7	0,69	0,75	0,82	0,24	0,46	0,62

Quadro 5 - Comparação das médias de IDH-M entre os grupos pesquisados no Estado do Paraná.
FONTE: O autor (2015).

Através da análise do quadro verificamos na coluna dos valores médios que ambos os grupos investigados tiveram evolução positiva nos indicadores durante o período em questão.

A educação quanto ao grupo 01, saltou de 0,16 em 1991 para 0,58 em 2010, um avanço de 0,42. É possível afirmar que proporcionalmente os municípios pós-Constituição avançaram, embora em número pequeno, mais que os municípios emancipados antes da constituição de 1988, que foi de 0,38, em 1991 registravam 0,24 e em 2010, o IDH-M saltou para 0,62.

Em relação à longevidade os municípios cresceram proporcionalmente iguais, os municípios emancipados antes da constituição de 1988 registraram em

1991 um índice de 0,69 e saltou para 0,82 em 2010, um avanço de 0,13 pontos no IDH-M. Os municípios emancipados pós-constituição em 1991 apresentavam 0,67 saltando para 0,81 em 2010, um avanço de 0,14 pontos.

No quesito renda observa-se que os municípios emancipados pós-constituição, proporcionalmente, tiveram uma evolução maior dos que os municípios emancipados anteriormente a constituição de 1988. Os municípios anteriores a promulgação da constituição, o avanço foi de 0,13 e os municípios emancipados pós-constituição foi de 0,17 pontos no IDH-M.

Em relação à média do IDH-M observa-se que ambos os grupos, municípios emancipados antes e depois da Constituição de 1988, apresentaram um avanço significativo. O grupo que registrou maior avanço foi os municípios emancipados pós-Constituição, de 0,373 em 1991, saltaram para 0,680 em 2010 um avanço de 0,307, e os municípios anteriores a Constituição avançaram no período pesquisado 0,261 pontos no IDH-M.

4. COMPARATIVO ENTRE MUNICÍPIOS CRIADOS, MAS NÃO INSTALADOS E MUNICÍPIOS CRIADOS E INSTALADOS.

Neste capítulo procuramos realizar outra abordagem do tema no que se refere à metodologia, no entanto, ainda com objetivo de analisarmos a relação do desenvolvimento e a compartimentação do território paranaense em unidades políticos administrativos após a Constituição de 1988.

Buscamos os distritos ou comunidades que tiveram pedidos para sua emancipação política administrativa que tramitaram na Assembleia Legislativa do Paraná após a promulgação da Constituição de 1988, e obtiveram a criação de seus respectivos municípios, mas não conseguiram sua instalação.

Quanto à criação e instalação de municípios Carvalho (1980) destaca que somente a publicação da lei não é o suficiente para concretizar o estabelecimento do novo ente e diz:

Criado novo Município, sua existência legal não estará, ainda, assim, ultimada. Com efeito, a criação, por si só, não lhe confere autogoverno. [...] Completar-se-á, dessarte, o Município como entidade política somente a partir do momento em que o Prefeito e a Câmara de Vereadores, previamente eleitos em sufrágio popular, instalam os Poderes municipais que passam a encarnar, como titulares autênticos. (CARVALHO, 1980, p. 23 apud CIGOLINI, p.175).

O quadro 6 apresenta os 13 processos com pedidos na ALEP, que chegaram a conseguir sua criação, porém não conseguiram efetivá-la com sua instalação.

MUNICÍPIOS CRIADOS E NÃO INSTALADOS	MUNICÍPIO(S) DE ORIGEM	LEI	DATA
1 Doutor Antonio Paranhos	São Jorge do Oeste	9.230	24.abr.1990
2 Bragantina	Assis Chateaubriand	9.240	09.maio.1990
3 Encantado do Oeste	Assis Chateaubriand	9.288	05.jun.1990
4 Guaraituba	Colombo	9302/9.442	18.jun.1990/16.nov.1990
5 Vila Nova	Toledo	9.305	21.jun.1990
6 São José do Ivaí	Santa Isabel do Ivaí	9.318	11.jul.1990
7 Guamirin	Irati	9.354	27.ago.1990
8 Malú	Terra Boa	9.355	27.ago.1990
9 Novo Sarandi	Toledo	9.385	28.set.1990

10 Água Boa	Paiçandu	9.406	28.set.1990
11 Yolanda	Ubiratã	9.420	30.out.1990
12 Jardim Paulista (Timbú)	Campina Grande do Sul	9.444	20.nov.1990
13 Capivari-Cachoeira	Campina Grande do Sul	9.445	20.nov.1990

Quadro 6 - Municípios criados, mas não instalados em 1990 no Estado do Paraná.

FONTE: Organizado pelo autor a partir de Alves (2006).

Os distritos administrativos de Doutor Antônio Paranhos, Vila Nova, Guamirin, Novo Sarandi e as comunidades de Jardim Paulista Timbú e Capivari-Cachoeira encontram-se ainda tramitando os pedidos de designação de data para realização de plebiscito.

Os distritos administrativos de Bragantina, Encantado do Oeste, e a comunidade de Malú, tiveram seus pedidos sustados devido mandado de segurança junto ao Tribunal de Justiça ou Tribunal Superior Eleitoral. A comunidade de Guaraituba, Água Boa, São José do Ivaí e Yolanda não tiveram seus motivos identificados.

Diante do que foi apresentado surgem alguns questionamentos, como estariam estes distritos ou as comunidades se estivessem sidos desmembrados e sua criação e instalação efetivada? A inclusão no sistema federativo, com todos os benefícios, teria proporcionado para sua população uma real mudança? Os municípios instalados no mesmo período apresentam uma taxa de evolução maior comparado aos que não obtiveram sua efetivação? Essas são questões que procuramos analisar nesse capítulo.

Na tentativa de responder essas questões, buscamos comparar a evolução de indicadores entre dois grupos, o primeiro grupo formado por municípios criados, mas não instalados no Estado do Paraná, o segundo, municípios criados e instalados.

Quanto aos dados estatísticos para estudo evolutivo, o IDH-M não se mostrou suficiente para realizar tal análise por se tratar de um indicador produzido somente para territórios políticos já legitimados (os municípios); para escalas onde se encontraram esses distritos ou comunidades, foi necessário à elaboração de uma metodologia que correspondesse à necessidade, ou seja, a possibilidade de trabalhar com escalas territoriais diferentes, e ao mesmo tempo obter dados

estatísticos referentes ao desenvolvimento social e econômico de suas respectivas populações.

O primeiro passo foi à espacialização dos territórios que seriam pertencentes aos futuros municípios instalados, utilizou como metodologia as divisas políticas administrativas adotadas nos municípios contendo os distritos e desta forma relacionando a malha censitária do IBGE.

Entretanto as comunidades não corresponderam, em um primeiro momento, com as divisas políticas administrativas adotadas nos municípios; foi então necessário levantamento junto a ITCG, em busca dos memoriais descritivos dos candidatos a futuros entes federados, em seguida, prosseguiu com técnicas de geoprocessamento na sua espacialização. A seguir a figura 3 mostra os municípios criados, mas não instalados.

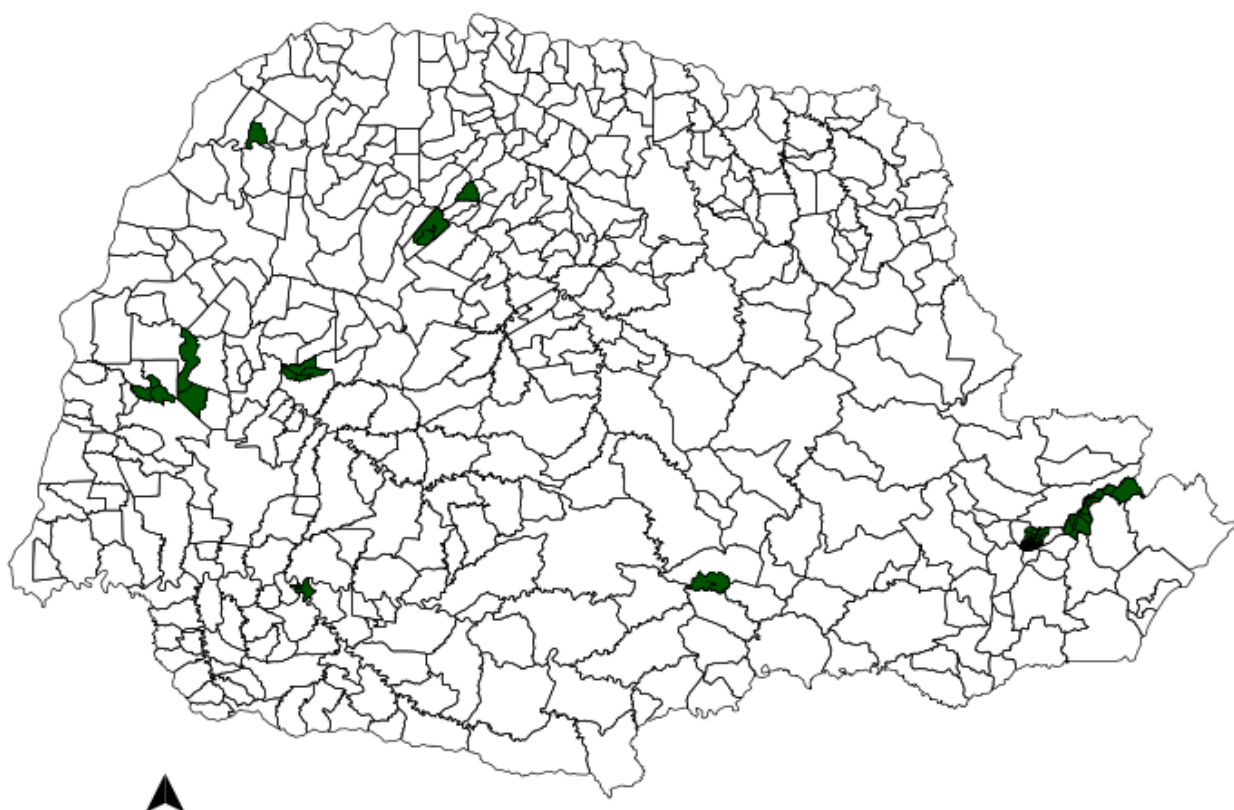


Figura 3 – Municípios criados, mas não instalados.
FONTE: elaborado por F. Kogus (2015)

Com a necessidade de organizar e produzir os dados populacionais periodicamente, o IBGE dividiu todo o território nacional em setores censitários⁹, cada setor censitário adotado pela instituição tem seu número de identificação, a união desses setores permite a flexibilidade da escala espacial com seus respectivos dados estatísticos levantados nos censos de 2000 e 2010 disponibilizados pela instituição, sendo assim foi possível espacializar os territórios de interesse, tanto relacionado aos municípios quanto aos distritos ou comunidades.

A figura 4 demonstra o Estado do Paraná e a divisão em setores censitários, adotado pelo IBGE em 2010, e em destaque, a espacialização dos distritos ou comunidades além dos municípios selecionados para a realização da pesquisa, a definição das amostras dos municípios que tiveram seus processos efetivados, leva em conta características semelhantes às encontradas nos municípios criados, mas não instalados, como por exemplo, baixo índice populacional.

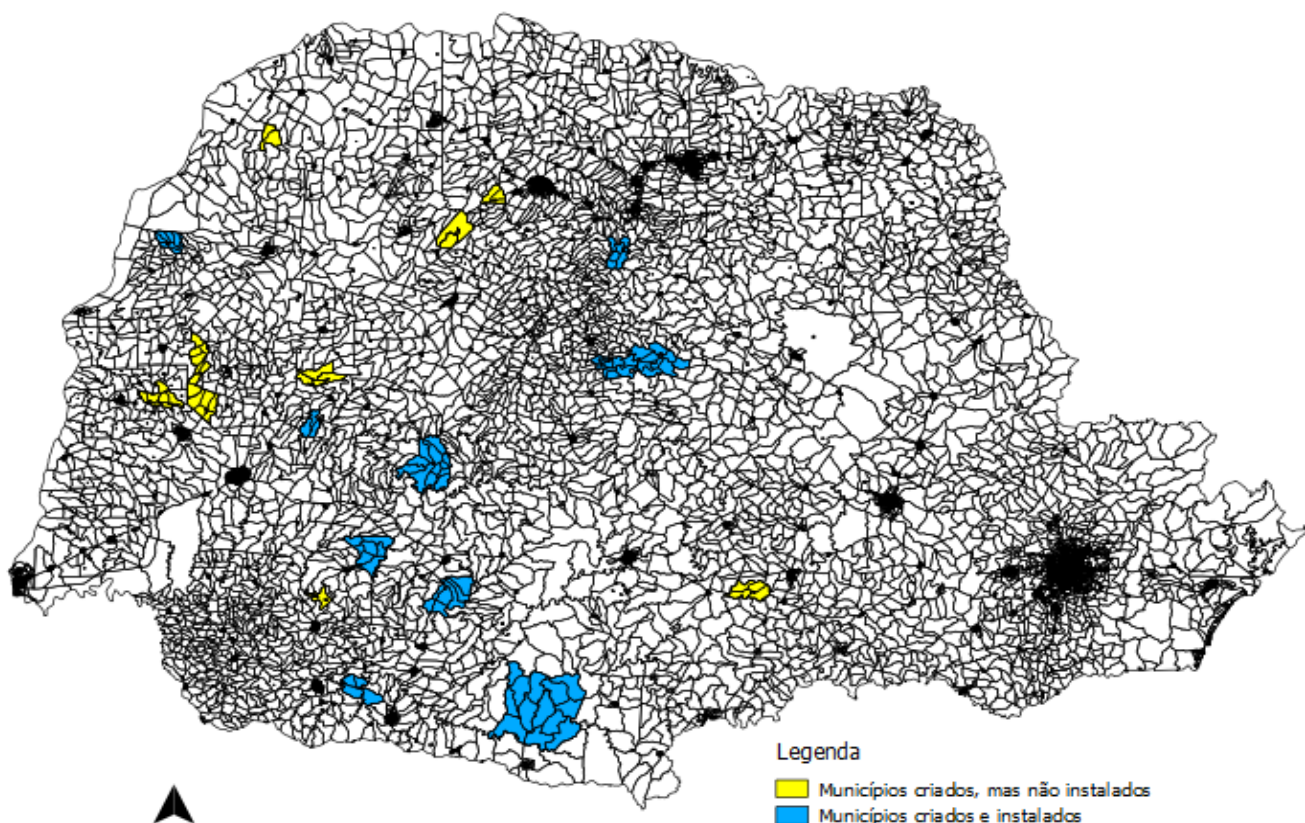


Figura 4 – Estado do Paraná, a divisão censitária (2010) e os setores censitários analisados.
FONTE: elaborado por F. Kogus (2015)

⁹ O setor censitário é a unidade territorial de controle cadastral da coleta, constituída por áreas contíguas, respeitando-se os limites da divisão político-administrativa, do quadro urbano e rural legal e de outras estruturas territoriais de interesse, além dos parâmetros de dimensão mais adequados à operação de coleta.

Na figura 4 estão excluídas, as comunidades de Guaraituba (desmembraria do Município Colombo), Jardim Paulista (desmembraria de Campina Grande do Sul) e Capivari-Cachoeira (desmembraria de Campina Grande do Sul), essas regiões apresentam características únicas, pois estão inseridas na região metropolitana de Curitiba o que pode influenciar diretamente nos aumento dos dados estatísticos, procuramos na análise, priorizar os territórios que estão fora dessas regiões.

Através da identificação do conjunto de setores censitários e consequentemente seus dados estatísticos, houve a busca das variáveis convergentes aplicadas nos questionários dos censos de 2000 e 2010 referente ao resultado universo por setor censitário.

A seleção das variáveis convergentes foi direcionada dando prioridade aos dados que possibilitassem investigar o desenvolvimento sócio e econômico das populações desses territórios. O quadro 7 mostra as variáveis recortadas e analisadas na pesquisa.

V01	Domicílios particulares permanentes
V02	Domicílios particulares permanentes com abastecimento de água da rede geral
V03	Domicílios particulares permanentes com banheiro ou sanitário
V04	Domicílios particulares permanentes com banheiro ou sanitário e esgotamento sanitário via rede geral de esgoto ou pluvial
V05	Domicílios particulares permanentes com lixo coletado
V06	Pessoas Residentes (População)
V07	Responsáveis por domicílios particulares permanentes alfabetizados
V08	Responsáveis por domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo
V09	Responsáveis por domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal de mais de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo
V10	Responsáveis por domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal de mais de 1 a 2 salários mínimos
V11	Responsáveis por domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal de mais de 2 a 3 salários mínimos
V12	Responsáveis por domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal de mais de 3 a 5 salários mínimos
V13	Responsáveis por domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal de mais de 5 a 10 salários mínimos
V14	Responsáveis por domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal de mais de 10 a 15 salários mínimos
V15	Responsáveis por domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal de mais de 15 a 20 salários mínimos
V16	Responsáveis por domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal de mais de 20 salários mínimos

V17	Responsáveis por domicílios particulares permanentes sem rendimento nominal mensal
-----	--

QUADRO 7 - VARIÁVEIS RECORTADAS CONVERGENTES CENSOS 2000 E 2010 ANALISADAS
FONTE: elaborado por F. Kogus (2015)

Em seguida comparamos tais variáveis e sua evolução no período, analisando de forma individual e também entre os grupos.

4.1 Análise dos municípios criados, mas não instalados através das variáveis convergentes dos censos 2000 e 2010.

Para iniciarmos a leitura e descrição dos dados estatísticos referente ao universo das amostras dos municípios criados, mas não instalados, através das variáveis utilizadas pelo IBGE nos censos de 2000 e 2010, apresentamos os quadros 8 e 9, em que registramos a evolução no período e seus resultados, bem como as médias registradas para cada indicador.

A apresentação e leitura dos gráficos estão representadas de duas formas na categoria de análise, primeiro consideramos as características dos domicílios particulares permanentes e seus responsáveis, em seguida consideramos a variável renda dos responsáveis por domicílios particulares, são descritas também as características gerais de cada grupo, sua taxa evolutiva em cada período.

	Censos IBGE	Total de Domicílios	Domicílios com abastecimento de água da rede geral	Percentual no Período	Domicílios com banheiro ou sanitário	Percentual no Período	Domicílios com esgotamento sanitário via rede geral de	Percentual no Período	Domicílios com lixo coletado	Percentual no Período	Domicílios com os Responsáveis Alfabetizados	Percentual no Período
Água Boa	2000	341	218	63,93	340	99,71	0	0,00	172	50,44	273	80,06
	2010	531	424	79,85	529	99,62	11	2,07	411	77,40	447	84,18
Médias				15,92		-0,08		2,07		26,96		4,12
Bragantina	2000	734	408	55,59	729	99,32	1	0,14	355	48,37	616	83,92
	2010	708	467	65,96	708	100,00	9	1,27	479	67,66	668	94,35
Médias				10,37		0,68		1,13		19,29		10,43
Doutor Antônio Paranhos	2000	81	9	11,11	80	98,77	0	0,00	7	8,64	67	82,72
	2010	393	307	78,12	393	100,00	0	0,00	335	85,24	333	84,73
Médias				67,01		1,23		0,00		76,60		2,02
Encantado d'Oeste	2000	883	553	62,63	872	98,75	1	0,11	261	29,56	706	79,95
	2010	859	617	71,83	859	100,00	5	0,58	589	68,57	721	83,93
Médias				9,20		1,25		0,47		39,01		3,98
Guamirim	2000	756	194	25,66	749	99,07	0	0,00	1	0,13	678	89,68
	2010	781	320	40,97	777	99,49	2	0,26	137	17,54	702	89,88
Médias				15,31		0,41		0,26		17,41		0,20
Malú	2000	496	208	41,94	486	97,98	0	0,00	196	39,52	402	81,05
	2010	357	223	62,46	357	100,00	0	0,00	221	61,90	313	87,68
Médias				20,53		2,02		0,00		22,39		6,63
Novo Sarandi	2000	550	281	51,09	544	98,91	3	0,55	218	39,64	507	92,18
	2010	893	796	89,14	892	99,89	96	10,75	671	75,14	804	90,03
Médias				38,05		0,98		10,20		35,50		-2,15
Vila Nova	2000	623	356	57,14	622	99,84	1	0,16	325	52,17	574	92,13
	2010	708	568	80,23	707	99,86	1	0,14	491	69,35	675	95,34
Médias				23,08		0,02		-0,02		17,18		3,20
São José do Ivaí	2000	418	247	59,09	414	99,04	8	1,91	237	56,70	327	78,23
	2010	388	274	70,62	387	99,74	10	2,58	274	70,62	319	82,22
Médias				11,53		0,70		0,66		13,92		3,99
Yolanda	2000	490	252	51,43	480	97,96	0	0,00	152	31,02	372	75,92
	2010	432	276	63,89	432	100,00	4	0,93	267	61,81	339	78,47
Médias				12,46		2,04		0,93		30,79		2,55

Quadro 8 – Municípios criados, mas não instalados e o total das variáveis analisadas.

FONTE: IBGE, elaborado por Kogus (2015)

	Censos IBGE	Total de Domicílios	com até ½	%	mais de ½ a 1	%	mais de 1 a 2	%	mais de 2 a 3	%	mais de 3 a 5	%	mais de 5 a 10	%	mais de 10 a 15	%	mais de 15 a 20	%	mais de 20	%	sem rendimento	%
Água Boa	2000	341	3	0,88	135	39,59	98	28,74	31	9,09	33	9,68	17	4,99	4	1,17	3	0,09	2	0,59	15	4,40
	2010	531	15	2,82	204	38,42	193	36,35	49	9,23	32	6,03	10	1,88	1	0,19	1	0,02	0	0,00	27	5,08
Média				1,95		-1,17		7,61		0,14		-3,65		-3,10		-0,98		-0,07		-0,59		0,69
Bragantina	2000	734	18	2,45	167	22,75	173	23,57	62	8,45	122	16,62	62	8,45	14	1,91	14	0,19	25	3,41	77	10,49
	2010	708	6	0,85	256	36,16	254	35,88	82	11,58	54	7,63	20	2,82	2	0,28	1	0,01	1	0,14	34	4,80
Média				-1,60		13,41		12,31		3,14		-8,99		-5,62		-1,62		-0,18		-3,26		-5,69
Doutor Antônio Paranhos	2000	81	4	4,94	19	23,46	25	30,86	7	8,64	11	13,58	8	9,88	1	1,23	2	0,25	3	3,70	1	1,23
	2010	393	25	6,36	151	38,42	126	32,06	44	11,20	9	2,29	8	2,04	2	0,51	0	0,00	2	0,51	26	6,62
Média				1,42		14,97		1,20		2,55		-11,29		-7,84		-0,73		-0,25		-3,19		5,38
Encantado d'Oeste	2000	883	28	3,17	258	29,22	239	27,07	82	9,29	95	10,76	77	8,72	16	1,81	6	0,07	11	1,25	71	8,04
	2010	859	20	2,33	337	39,23	319	37,14	65	7,57	35	4,07	14	1,63	3	0,35	1	0,01	1	0,12	64	7,45
Média				-0,84		10,01		10,07		-1,72		-6,68		-7,09		-1,46		-0,06		-1,13		-0,59
Guamirim	2000	756	23	3,04	309	40,87	166	21,96	54	7,14	50	6,61	36	4,76	13	1,72	3	0,04	12	1,59	90	11,90
	2010	781	49	6,27	363	46,48	250	32,01	50	6,40	30	3,84	8	1,02	2	0,26	0	0,00	0	0,00	40	5,12
Média				3,23		5,61		10,05		-0,74		-2,77		-3,74		-1,46		-0,04		-1,59		-6,78
Malú	2000	496	11	2,22	168	33,87	160	32,26	79	15,93	32	6,45	25	5,04	5	1,01	7	0,14	1	0,20	8	1,61
	2010	357	9	2,52	117	32,77	144	40,34	37	10,36	15	4,20	12	3,36	0	0,00	4	0,11	1	0,28	18	5,04
Média				0,30		-1,10		8,08		-5,56		-2,25		-1,68		-1,01		-0,03		0,08		3,43
Novo Sarandi	2000	550	5	0,91	93	16,91	149	27,09	68	12,36	83	15,09	79	14,36	26	4,73	13	0,24	13	2,36	21	3,82
	2010	893	24	2,69	234	26,20	351	39,31	119	13,33	82	9,18	41	4,59	1	0,11	1	0,01	5	0,56	36	4,03
Média				1,78		9,29		12,21		0,96		-5,91		-9,77		-4,62		-0,23		-1,80		0,21
Vila Nova	2000	623	7	1,12	94	15,09	145	23,27	92	14,77	96	15,41	89	14,29	23	3,69	13	0,21	30	4,82	34	5,46
	2010	708	20	2,82	171	24,15	284	40,11	97	13,70	62	8,76	44	6,21	2	0,28	3	0,04	3	0,42	22	3,11
Média				1,70		9,06		16,84		-1,07		-6,65		-8,07		-3,41		-0,17		-4,39		-2,35
São José do Ivaí	2000	418	10	2,39	188	44,98	100	23,92	33	7,89	32	7,66	19	4,55	6	1,44	2	0,05	1	0,24	27	6,46
	2010	388	11	2,84	137	35,31	165	42,53	31	7,99	24	6,19	6	1,55	0	0,00	0	0,00	0	0,00	14	3,61
Média				0,44		-9,67		18,60		0,09		-1,47		-3,00		-1,44		-0,05		-0,24		-2,85
Yolanda	2000	490	45	9,18	201	41,02	94	19,18	26	5,31	23	4,69	8	1,63	8	1,63	4	0,08	3	0,61	78	15,92
	2010	432	27	6,25	165	38,19	137	31,71	27	6,25	21	4,86	12	2,78	2	0,46	5	0,12	2	0,46	34	7,87
Média				-2,93		-2,83		12,53		0,94		0,17		1,15		-1,17		0,03		-0,15		-8,05

Quadro 9 – municípios criados, mas não instalados e o total da variável analisada renda por responsável pelo domicílio.
 FONTE: IBGE, elaborado por Kogus (2015)

Através da tabulação das variáveis recortadas para fundamentar a pesquisa, apresentaremos a descrição dos gráficos e resultados individualizados referente às amostras além de suas respectivas observações.

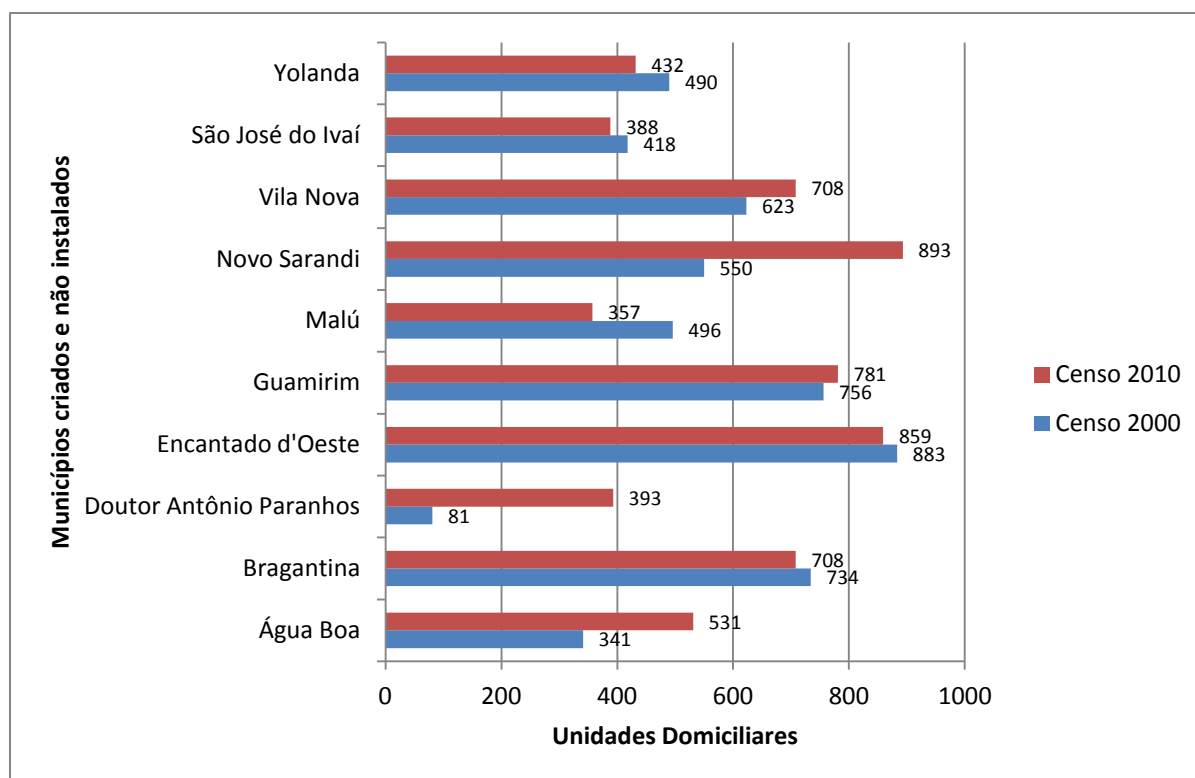


Gráfico 01 - Domicílios particulares permanentes dos municípios criados, mas não instalados.
FONTE: IBGE, elaborado Kogus (2015).

Observando o gráfico 01 acima, concluímos que metade dos territórios analisados tiveram um acréscimo no indicador em questão, no distrito de Doutor Antonio Paranhos que foi registrado o maior aumento nos domicílios particulares permanentes de 81 passou 393, representando um acréscimo de 385%, seguido de Nova Sarandi de 550 para 893, um aumento de 62%, Água Boa 55%, Vila Nova 13% e Guamirin 3%. Na tendência negativa registrada, os distritos de Bragantina, Encantado d'Oeste, São José do Ivaí e Yolanda apresentaram uma variação entre 2,5% a 23%, e a comunidade de Malú demonstrou a maior perda com 28%.

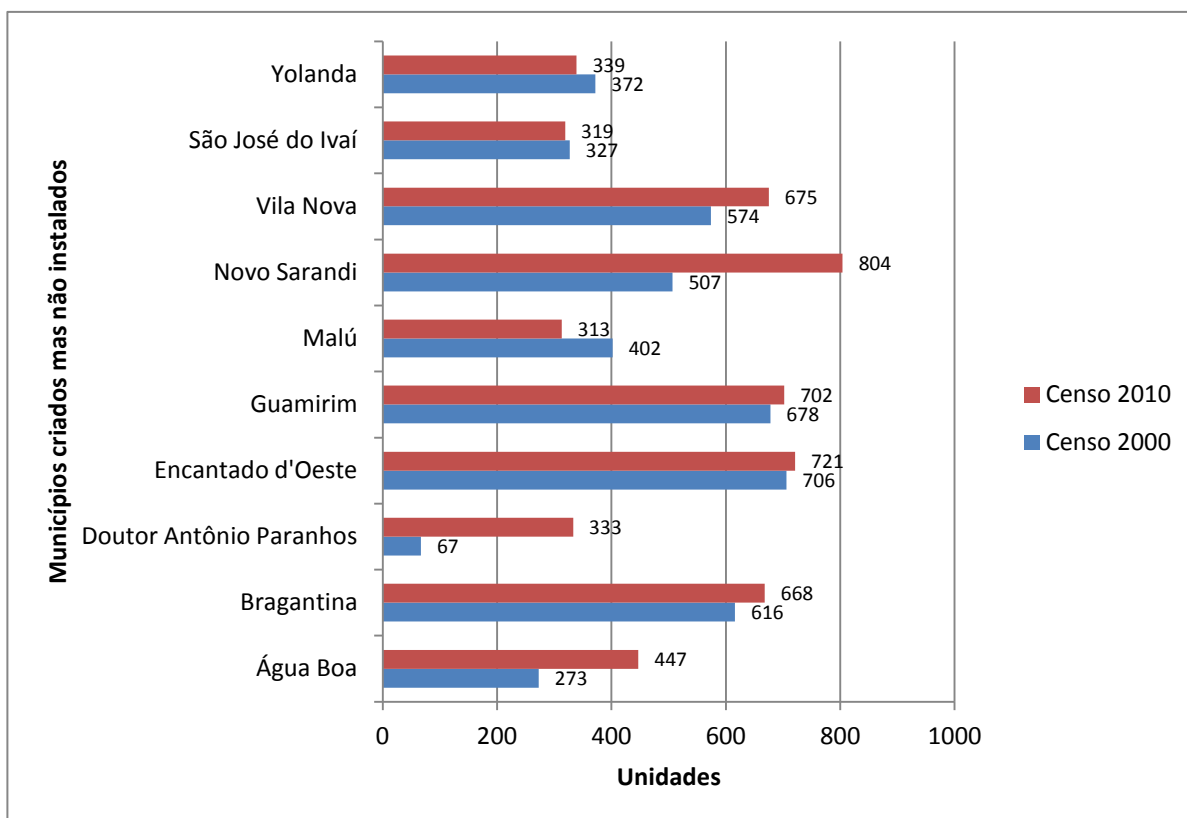


Gráfico 2 - Responsáveis por domicílios particulares permanentes alfabetizados.
 FONTE: IBGE, elaborado Kogus (2015).

Observa-se no gráfico 2, que a maioria das amostras apresentadas demonstraram uma aumento referente aos responsáveis por domicílios alfabetizados, os destaques estão nos distritos de Doutor Antônio Paranhos que avançou de 67 para 333 representando um acréscimo de 397%, seguido de Água Boa e Novo Sarandi com média de 60% de aumento, Vila Nova com 17%, Bragantina com 8% e Guamirim e Encantado d'Oeste com média de 2,5%, a tendência negativa registrada foram os distritos de São José do Ivaí com -2,5% e Yolanda com -9%.

Particularizando a análise de cada amostra, temos os resultados apresentado a seguir:

A. Distrito de Água Boa (Município de Paçandu).

O gráfico 3 abaixo demonstra que no decorrer do período o Distrito de Água Boa apresentou aumento na variável Domicílios Particulares Permanentes de 55%, saltando de 341 em 2000 para 531 em 2010.

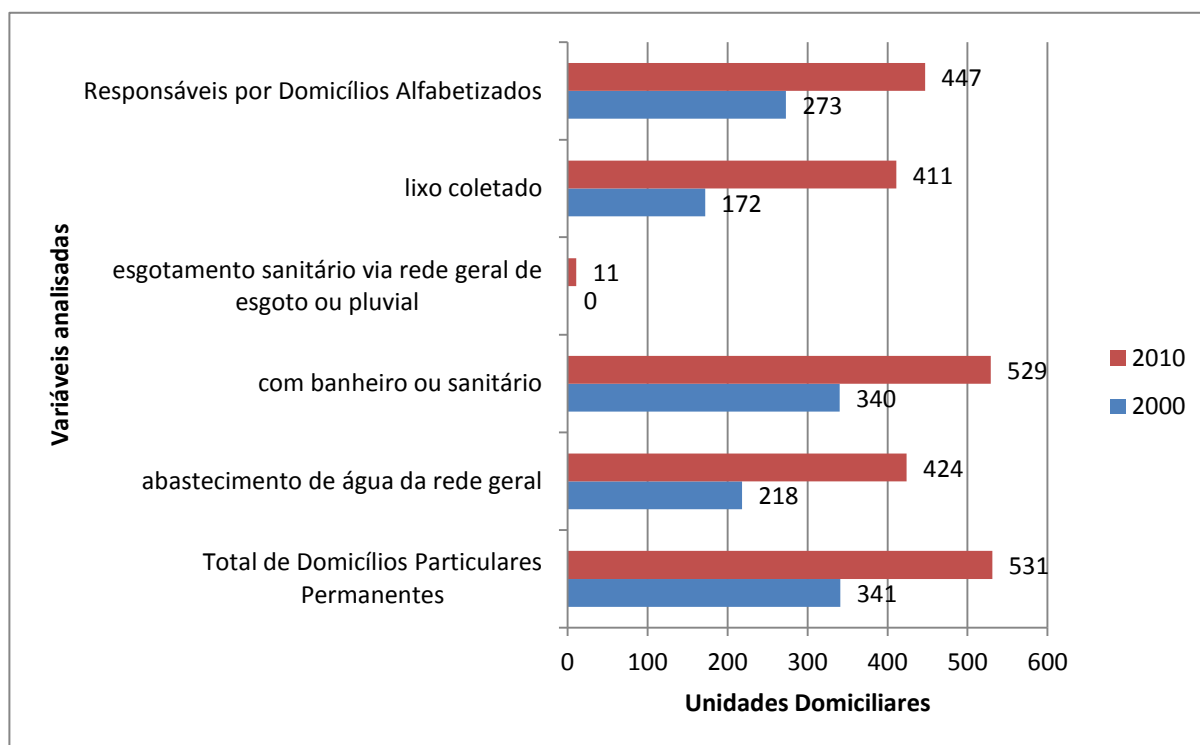


Gráfico 3 – Relação das variáveis em análise no Distrito de Água Boa.
FONTE: IBGE, elaborado Kogus (2015).

Em relação ao abastecimento de água da rede geral em 2000 o distrito tinha 63% dos domicílios atendidos, e em 2010 saltou para 79,85%, registrando número de atendimento de domicílios com água da rede geral é alto, porém em termos relativos o aumento foi de somente 15%.

Referente ao indicador banheiro ou sanitário, observa-se que conforme aumento de domicílios aumenta o número de banheiros ou sanitários, no entanto, apesar de que em 2000 era registrado que 99,71% dos domicílios fossem compostos pela variável, em 2010 esse número caiu para 99,62%, uma queda de 0,8%.

Um fator que chama bastante atenção é a falta de investimento em saneamento básico, ao longo de uma década apenas 2% dos domicílios possuem

escoamento sanitário via rede geral de esgoto ou pluvial, ou seja, dos 531 domicílios apenas 11 estão atendendo esse quesito.

E finalizando no Distrito de Água Boa, a coleta de lixo registrou um avanço significativo, em 2010 atendia 77,40% de domicílios, dos 531 domicílios 411 eram atendidos, e em 2000 eram atendidos 50,44%. Na faixa dos responsáveis alfabetizados por domicílio houve uma evolução alta de 273 em 2000 para 447 em 2010, correspondendo em 63,73%.

No gráfico 4 abaixo o distrito de Água Boa demonstra uma evolução positiva nos responsáveis nas faixas de domicílios que recebiam entre $\frac{1}{2}$ salário a 3 salários mínimos, com uma representação maior na faixa entre 1 a 2 salários, que registrou em 2000 de 28,74% para 36,35% acréscimo de 7,61% , observa-se que entre 3 a 5 salários mínimos houve uma pequena redução de 33 para 32 indivíduos mantendo-se praticamente estável, na faixa entre 5 a 10 salários houve um decréscimo de 17 para 10, as faixas que estão acima de 10 salários mínimos todas tiveram diminuição, pode-se destacar ainda o aumento dos responsáveis por domicílios sem nenhum rendimento.

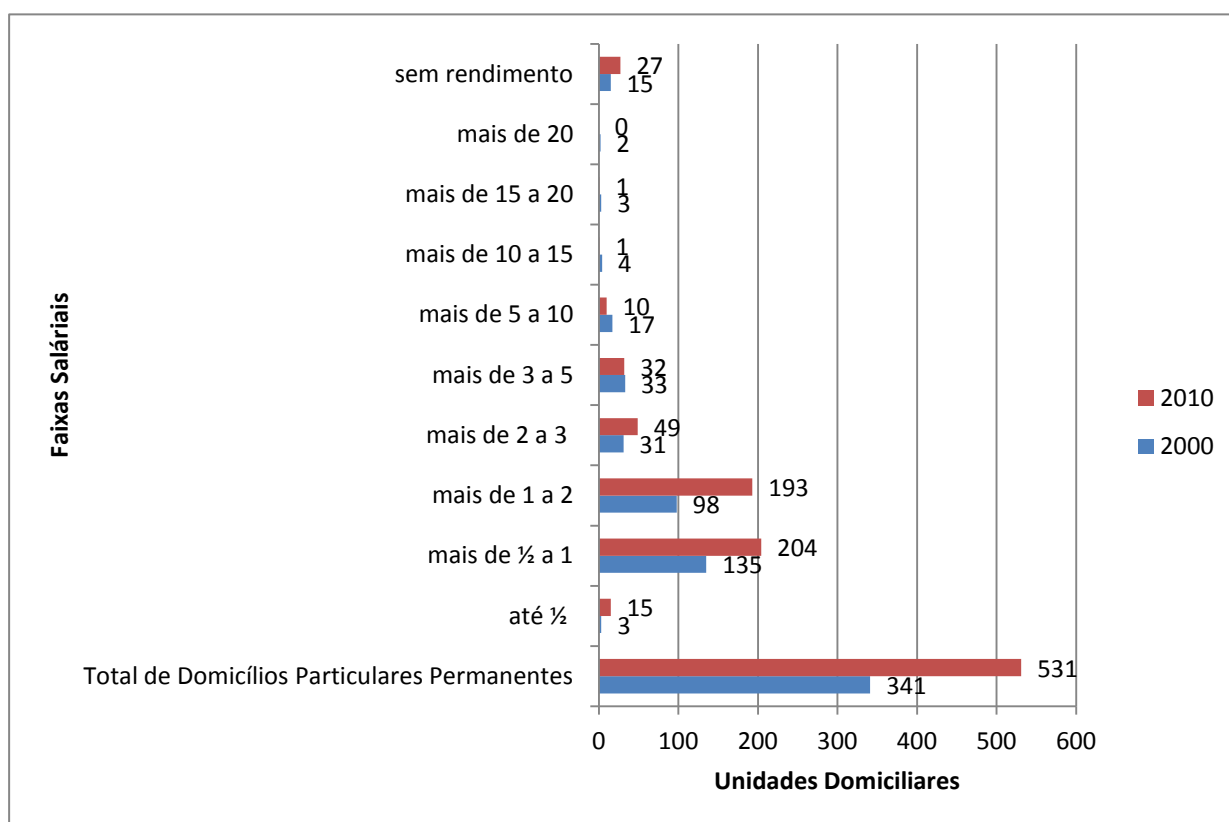


Gráfico 4 – Relação da variável rendimento no Distrito de Água Boa.
FONTE: IBGE, elaborado Kogus (2015).

B. Distrito de Bragantina (Município de Assis Chauteaubriand).

Através da análise do gráfico 5 abaixo, registramos que o Distrito de Bragantina apresentou uma leve queda nos domicílios particulares permanentes, em 2000 era de 734 e diminuiu para 708 em 2010 um pequeno decréscimo de 3,54%.

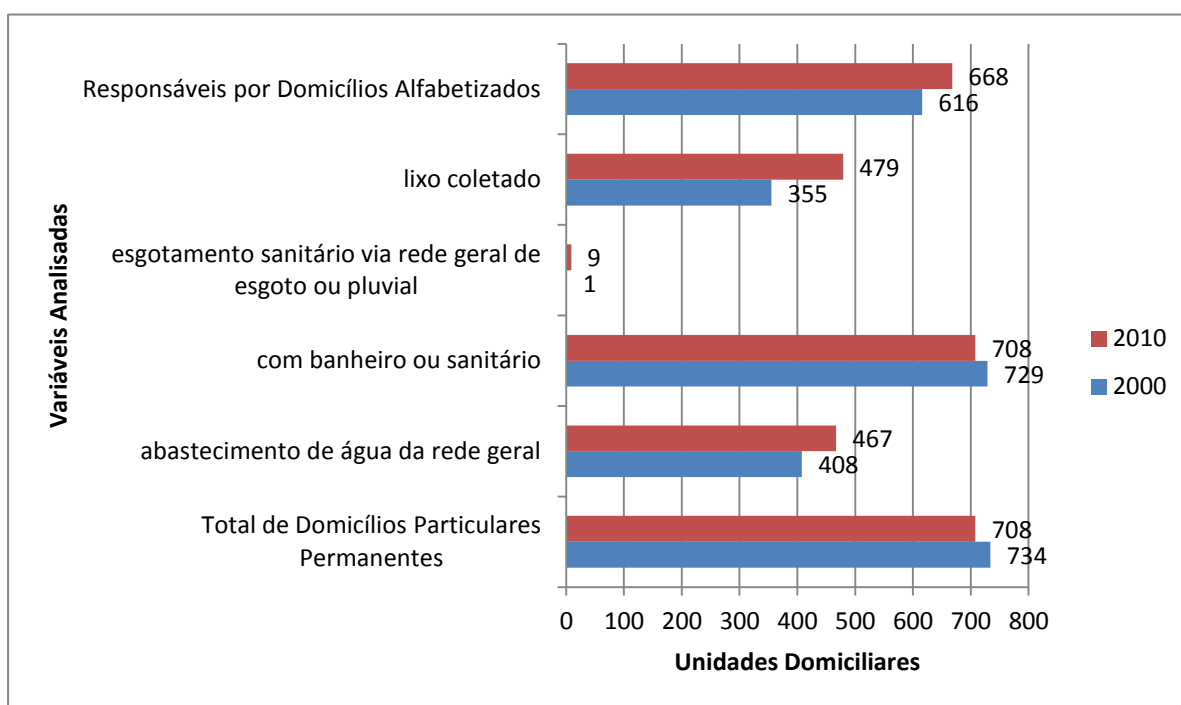


Gráfico 5 – Relação das variáveis em análise no Distrito de Bragantina.
FONTE: IBGE, elaborado Kogus (2015).

Em relação ao abastecimento de água da rede geral em 2000 o distrito tinha 55,59% dos domicílios atendidos, e em 2010 saltou para 65,96%, apresentando um aumento de 10,37%.

Referente ao indicador banheiro ou sanitário, observa-se que em 100% dos domicílios possuem banheiro ou sanitário, no entanto desde 2000 quase todos os domicílios já tinham banheiros.

A falta de investimento em saneamento básico continua sendo um fator que chama atenção, ao longo de uma década apenas 1,13% dos domicílios possuem escoamento sanitário via rede geral de esgoto ou pluvial, o distrito em análise registrou em 2010 apenas 9 domicílios eram atendidos.

Em Bragantina, ainda referente ao gráfico 05 a coleta de lixo avançou em 2010 de 48,37% passou para 67,66% de domicílios, ou seja dos 708 em 2010 eram atendidos 479 domicílios. Na faixa dos responsáveis alfabetizados por

domicílio houve uma pequena evolução na quantidade de 616 em 2000 para 668 em 2010, correspondendo em 8,44%.

No gráfico 6 abaixo o distrito de Bragantina demonstra uma evolução positiva nos responsáveis nas faixas de domicílios que recebiam entre $\frac{1}{2}$ salário a 3 salários mínimos, com uma representação maior na faixa entre $\frac{1}{2}$ a 1 salário, que registrou em 2000 de 19 para 151 acréscimo de 87,42% , observa-se que entre 3 a 5 salários mínimos houve uma pequena redução de 33 para 32 indivíduos mantendo-se praticamente estável, na faixa entre 5 a 10 salários houve um decréscimo de 17 para 10, as faixas que estão acima de 10 salários mínimos todas tiveram diminuição, pode-se destacar ainda o aumento dos responsáveis por domicílios sem nenhum rendimento.

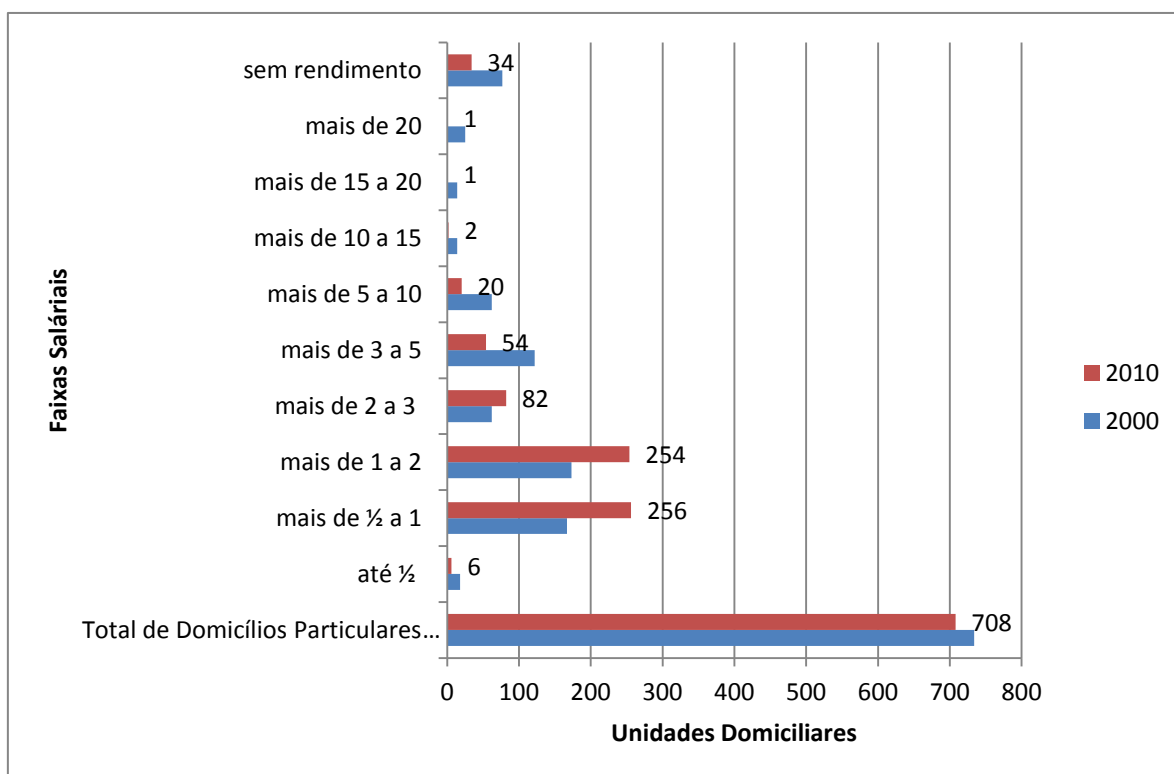


Gráfico 6 – Relação da variável rendimento no Distrito de Bragantina
 FONTE: IBGE, elaborado Kogus (2015).

C. Distrito de Doutor Antônio Paranhos (Município São Jorge do Oeste).

Observa-se no gráfico 7 que no decorrer do período em análise o Distrito de Doutor Antônio Paranhos apresentou aumento considerável nos domicílios particulares permanentes de 81 unidades passou para 393 em 2010, acréscimo de 385%.

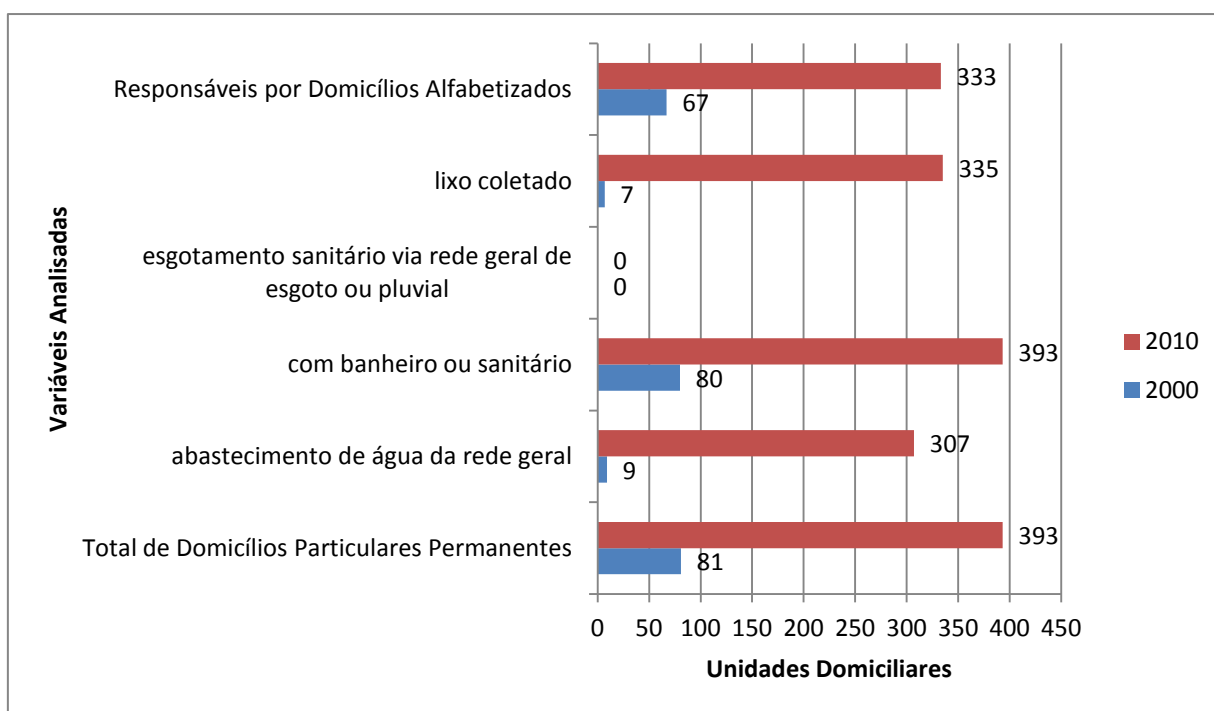


Gráfico 7 – Relação das variáveis em análise no Distrito de Doutor Antônio Paranhos.
FONTE: IBGE, elaborado Kogus (2015).

Em relação ao abastecimento de água da rede geral em 2000 o distrito tinha 11,11% dos domicílios atendidos, e em 2010 saltou para 78,12, ou seja de 9 passou para 307 domicílios.

Referente ao indicador banheiro ou sanitário, observa-se que conforme aumento de domicílios aumenta o número de banheiros ou sanitários, no entanto, apesar de que em 2000 era registrado que 98,77% dos domicílios tivessem banheiros ou sanitários em 2010 esse número fechou em 100%.

Em Doutor Antonio Paranhos não houve nenhum investimento em saneamento básico ao longo do período de 2000 a 2010.

A coleta de lixo avançou bastante, em 2010 atendia 85,24% de domicílios, dos 393 domicílios 334 tinham coleta de lixo, fato que não acontecia em 2000 que dos 81 domicílios 7 unidades tinham a coleta. Na faixa dos responsáveis alfabetizados

por domicílio houve uma evolução alta na quantidade de 67 em 2000 para 333 em 2010, correspondendo em 397,01%

No gráfico 8 abaixo o distrito de Doutor Antonio Paranhos demonstra uma evolução positiva nos responsáveis nas faixas de domicílios que recebiam entre $\frac{1}{2}$ salário a 3 salários mínimos, com uma representação maior na faixa entre $\frac{1}{2}$ a 1 salário, que registrou em 2000 de 19 para 151 acréscimo de 87,42% , observa-se que entre 3 a 5 salários mínimos houve uma pequena redução de 11 para 9 indivíduos mantendo-se praticamente estável, na faixa entre 5 a 10 salários manteve-se estável, houve um decréscimo na faixa entre 10 a 15 salários mínimos, assim como também houve uma diminuição de 15 a 20 salários mínimos, pode-se destacar ainda o aumento dos responsáveis por domicílios sem nenhum rendimento.

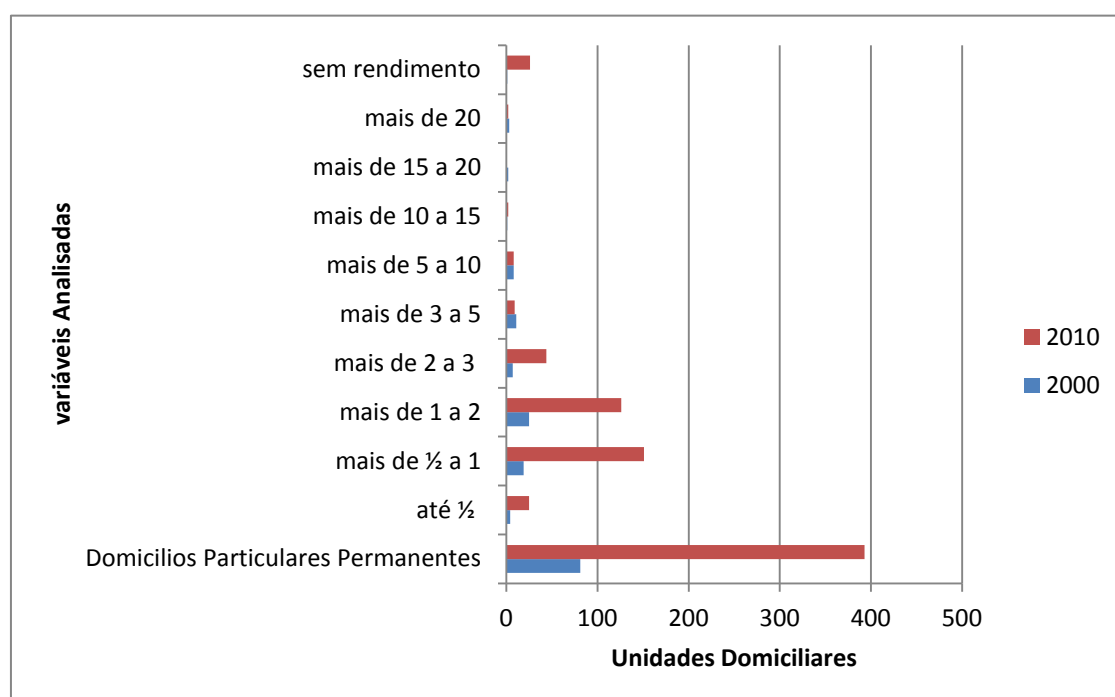


Gráfico 8 – Relação da variável rendimento no Distrito de Doutor Antônio Paranhos.
FONTE: IBGE, elaborado Kogus (2015).

D. Distrito de Encantado do Oeste (Município de Assis Chateaubriand).

Observa-se no gráfico 9 que no decorrer do período o Distrito de Encantado d'Oeste apresentou uma leve queda de 2,71% na quantidade de Domicílios Particulares Permanentes 883 em 2000 para 859 em 2010.

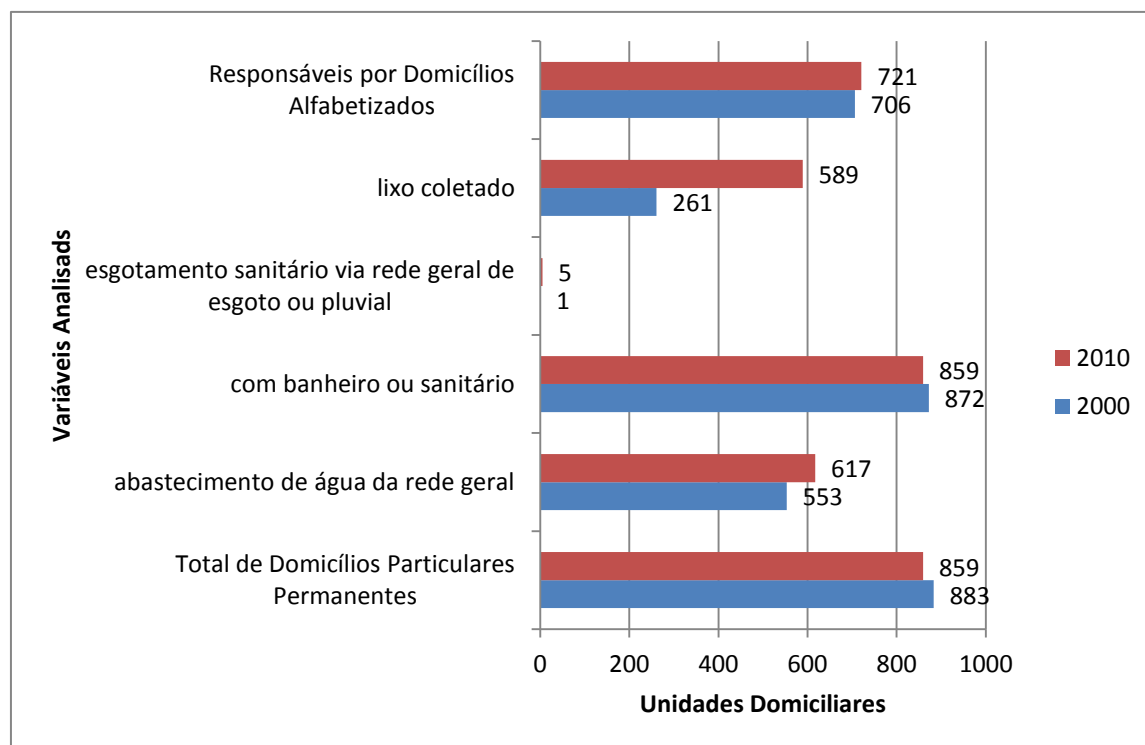


Gráfico 9 – Relação das variáveis em análise no Distrito de Encantado do Oeste.
FONTE: IBGE, elaborado Kogus (2015).

Em relação ao abastecimento de água da rede geral em 2000 o distrito tinha 62,63% dos domicílios atendidos, e em 2010 saltou para 71,83%, registrando número de atendimento de domicílios com água da rede geral é alto, porém em termos relativos o aumento foi de somente 9,20%.

Referente ao indicador banheiro ou sanitário, observa-se que em 2000 havia um número maior de domicílios com banheiros ou sanitários do que em 2010 de 872 passou a ter 859 unidades, no entanto no distrito 100% dos domicílios possuem banheiro ou sanitário.

Assim como nos distritos anteriores ainda não ocorre o investimento em saneamento básico, no período em análise de 0,11% subiu para apenas 0,58% de domicílios que possuem esgotamento sanitário via rede geral de esgoto ou pluvial.

Em Encantado d'Oeste, a coleta de lixo avançou bastante, em 2010 atendia 68,57% de domicílios, dos 859 domicílios 589 eram atendidos, e em 2000 eram

atendidos apenas 29,56%. Na faixa dos responsáveis alfabetizados por domicílio houve uma evolução na quantidade de 706 em 2000 para 721 em 2010, correspondendo em 2,12%.

No gráfico 10 abaixo o distrito de Encantado d'Oeste demonstra uma evolução apenas nas faixas que corresponde $\frac{1}{2}$ a 1 e a 1 a 2 salários mínimos, na faixa que corresponde de 3 a 5 salários mínimos foi onde ocorreu a maior diminuição, de 77 responsáveis para 14, representando uma diminuição de 82%, o número de responsáveis sem rendimento caiu, mas em número pequeno de 9%.

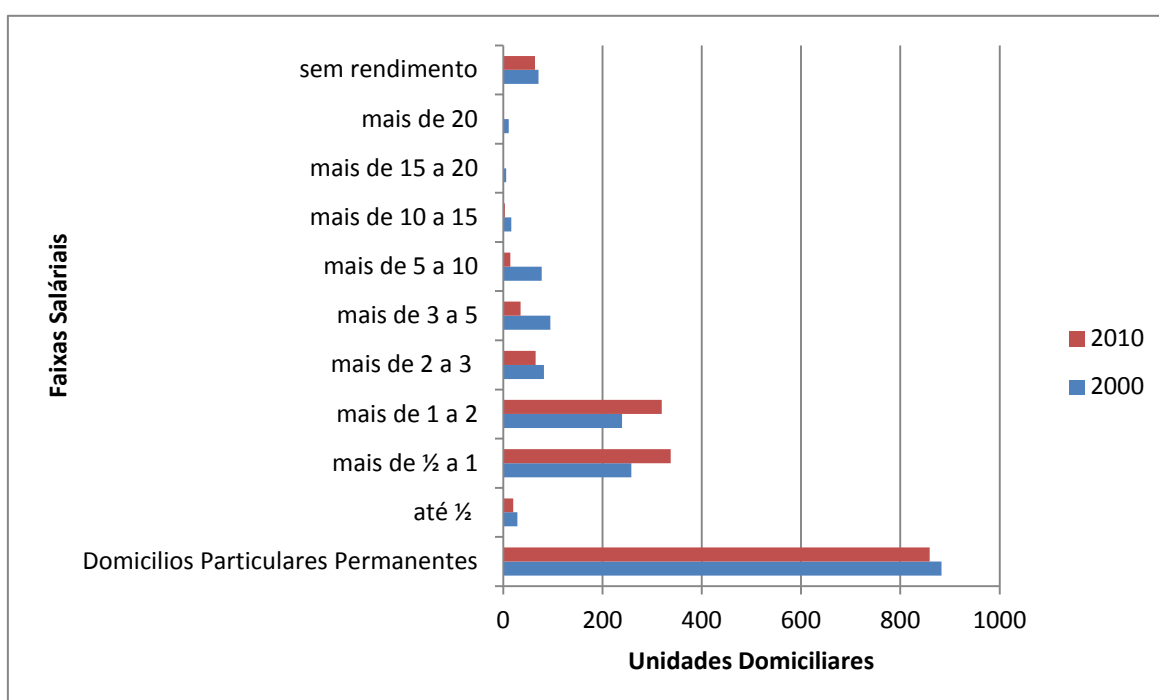


Gráfico 10 – Relação da variável rendimento no Distrito de Encantado do Oeste.
FONTE: IBGE, elaborado Kogus (2015).

E. Distrito de Guamirin (Município de Irati).

Observa-se através do gráfico 11 que no decorrer do período analisado o Distrito de Guamirim apresentou pequeno aumento de 3,3% de Domicílios Particulares Permanentes passando de 756 em 2000 para 781 em 2010.

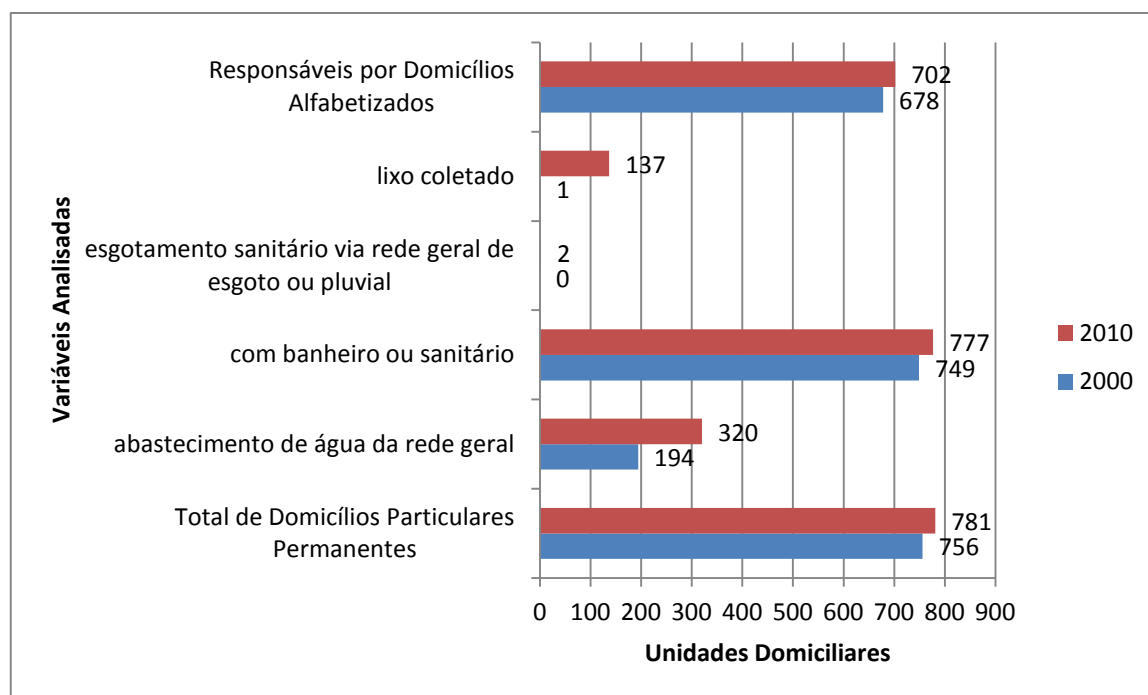


Gráfico 11 – Relação das variáveis em análise no Distrito de Guamirin.
FONTE: IBGE, elaborado Kogus (2015).

Em relação ao abastecimento de água da rede geral em 2000 o distrito tinha apenas 25% dos domicílios atendidos, e em 2010 passou para 40,97%, registrando número de atendimento de domicílios com água da rede geral médio para baixo, pois houve um aumento de apenas 15,31%, restando ainda 59% dos domicílios sem abastecimento.

Referente ao indicador banheiro ou sanitário, observa-se que em 2000 havia um número grande de domicílios com banheiros ou sanitários, representando 97,98% e praticamente permaneceu o mesmo número de domicílios com banheiro ou sanitários que de 2000, pois o aumento foi de apenas 0,41%.

Dos 781 domicílios apenas 2 possuíam saneamento básico, correspondendo a 0,26% de domicílios, no ano de 2010.

Em Guamirin, a coleta de lixo avançou, apesar de ser uma quantia sem muita expressão, 17,54%, ou seja, 136 domicílios pode-se dizer que é significativa, pois no ano de nenhum domicílio recebia esse atendimento. Na faixa dos responsáveis

alfabetizados por domicílio houve uma evolução na quantidade de 678 em 2000 para 702 em 2010, correspondendo em 3,53%.

No gráfico 12 abaixo o distrito de Guamirim demonstra uma evolução positiva nos responsáveis nas faixas de domicílios que recebiam entre $\frac{1}{2}$ salário a 3 salários mínimos, com uma representação maior na faixa entre 1 a 2 salários, que em 2000 registrou 166 e saltou para 250 em 2010 com acréscimo de 51% , observa-se que entre 3 a 5 salários mínimos houve uma redução de 50 para 30 indivíduos, na faixa entre 5 a 10 salários houve um decréscimo 77%, as faixas que estão acima de 10 salários mínimos todas tiveram diminuição, pode-se destacar ainda o aumento dos responsáveis por domicílios sem nenhum rendimento de 90 para 40, representando 55%.

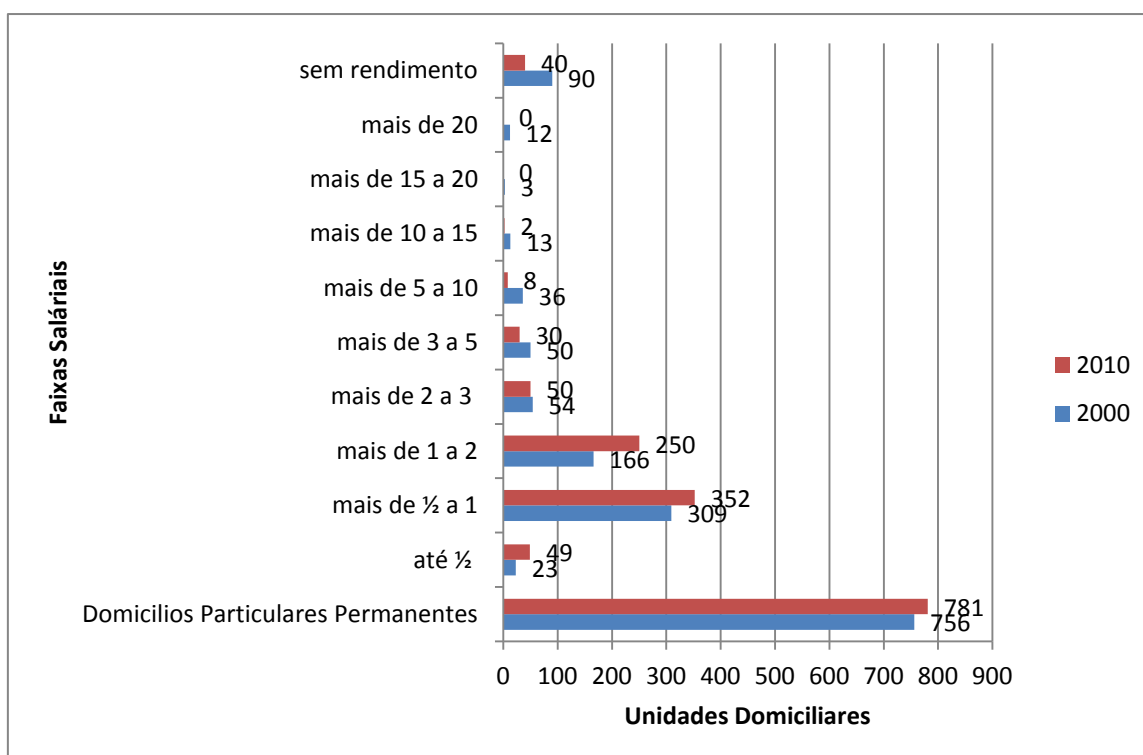


Gráfico 12 – Relação da variável rendimento no Distrito de Guamirim.
FONTE: IBGE, elaborado Kogus (2015).

F. Comunidade de Malú (Município de Terra Boa).

Observa-se no gráfico 13 que no decorrer do período analisado a comunidade de Malu apresentou um decréscimo significativo no total de Domicílios Particulares Permanentes passando de 496 em 2000 para 357 em 2010, representando uma diminuição de 28%.

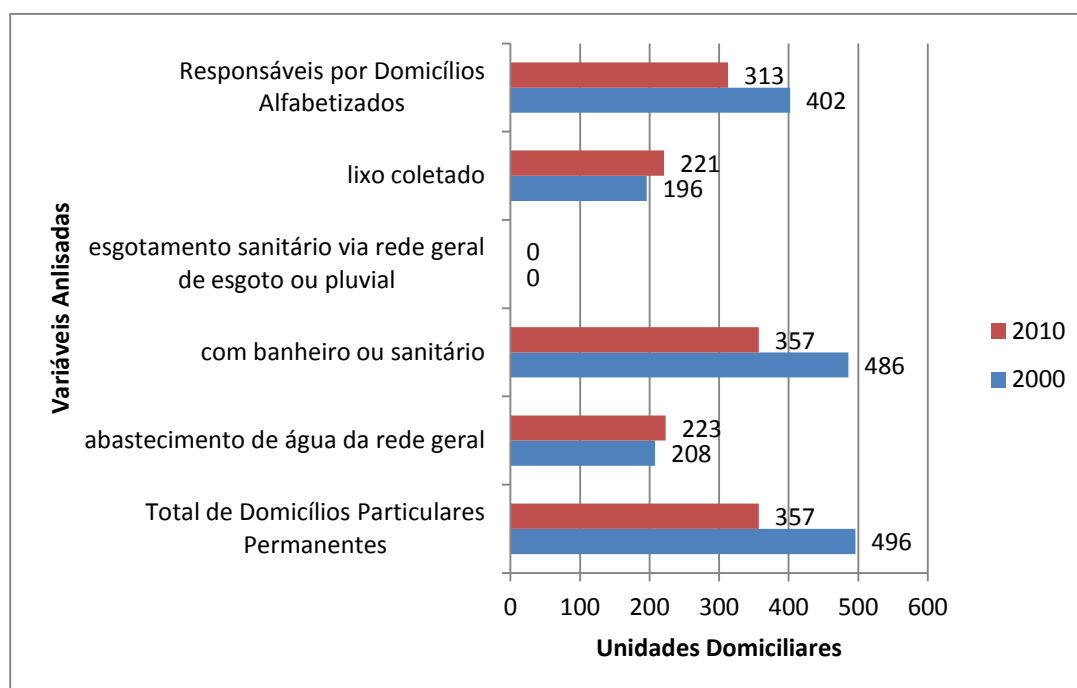


Gráfico 13 – Relação das variáveis em análise na Comunidade de Malú.
FONTE: IBGE, elaborado Kogus (2015).

Em relação ao abastecimento de água da rede geral em 2000 o distrito tinha apenas 41,94% dos domicílios atendidos, e em 2010 passou para 62,46%, um avanço de 20,53%, restando ainda 273 domicílios sem o serviço de abastecimento de água, fornecido pela rede geral.

Referente ao indicador banheiro ou sanitário, observa-se que em 2000 havia um número grande de domicílios com banheiros ou sanitários e que em 2010 esse número caiu bastante passando de 486 domicílios passou para 357, representando uma diminuição de 26,54%.

Referente ao indicador banheiro ou sanitário, observa-se que em 2000 havia um número grande de domicílios com banheiros ou sanitários, representando 97,98% em 2000, passando para 100% dos domicílios em 2010.

Assim com em 2000, em 2010 dos 357 domicílios nenhum possuía saneamento básico.

Em Malú, a coleta de lixo avançou, ao longo de 10 anos, período em análise avançou 22,38%, totalizando 61,90% dos domicílios. Na faixa dos responsáveis alfabetizados por domicílio houve um decréscimo na quantidade, de 402 em 2000 para 313 em 2010, correspondendo em 22,13%.

No gráfico 14 a comunidade de Malú demonstra queda em todas as faixas referente ao salário mínimo, aparecendo aumento apenas na faixa que representa os responsáveis sem renda nenhuma, nessa faixa a uma evolução de 55%. Nos responsáveis de domicílios que recebiam entre $\frac{1}{2}$ salário a salários mínimos é onde apresenta a maior queda com 51 responsáveis a menos com a referida renda.

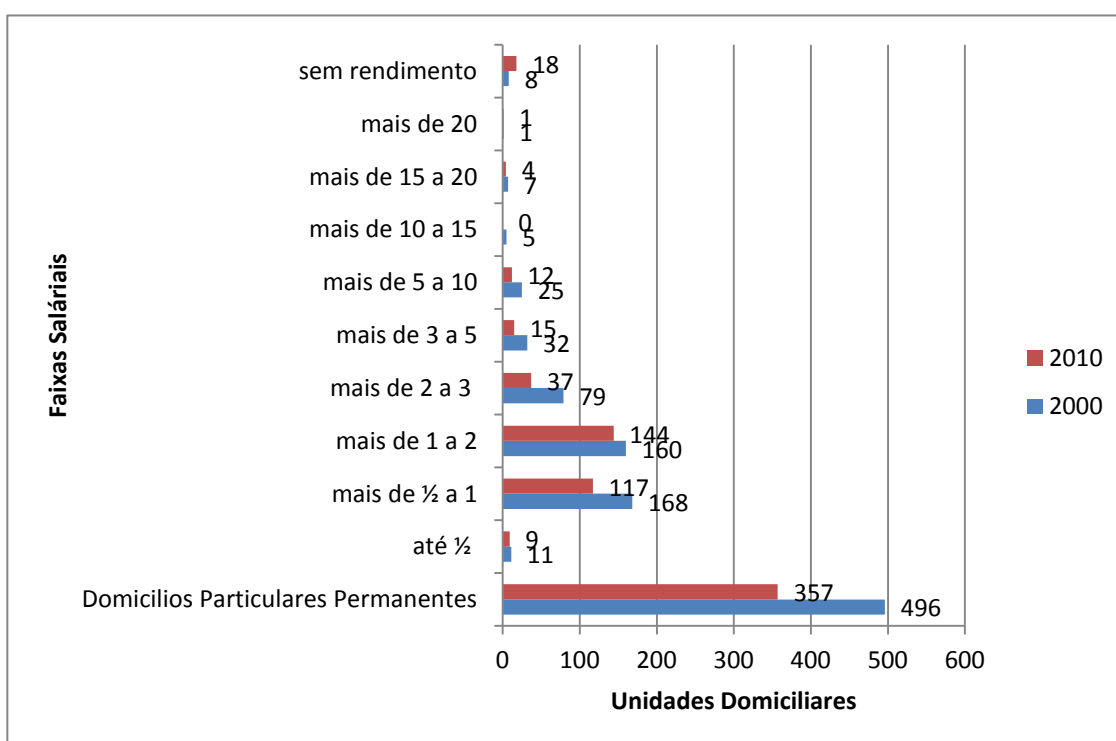


Gráfico 14 – Relação da variável rendimento na Comunidade de Malú.
 FONTE: IBGE, elaborado Kogus (2015).

G. Distrito de Nova Sarandi (Município de Toledo).

Observa-se que no decorrer do período analisado o Distrito de Nova Sarandi apresentou um aumento considerável, pois avançou em 62,36% no número de domicílios particulares permanentes, de 550 passou para 893 unidades.

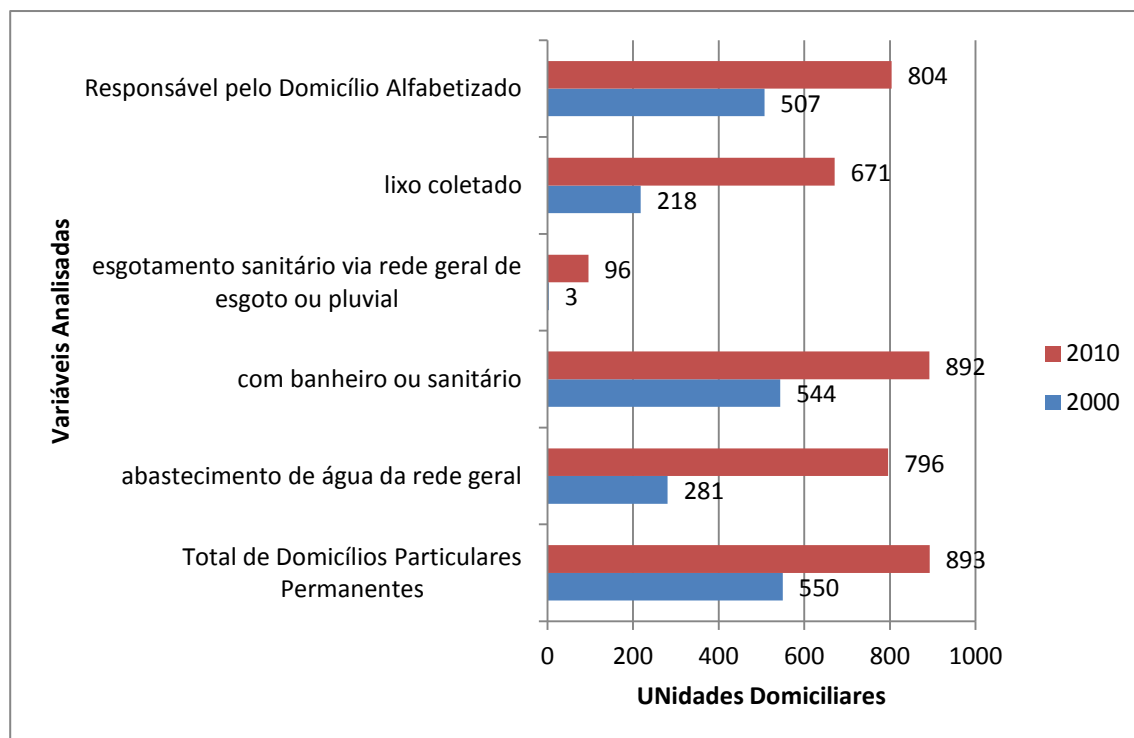


Gráfico 15 – Relação das variáveis em análise no Distrito de Nova Sarandi.
FONTE: IBGE, organizado Kogus (2015).

Em relação ao abastecimento de água da rede geral em 2000 o distrito tinha 51% dos domicílios atendidos, e em 2010 passou para 89,14%, sendo um dos municípios que mais avançou nesse setor.

Referente ao indicador banheiro ou sanitário, observa-se que em 2000 havia um número grande de domicílios com banheiros ou sanitários e que em 2010 praticamente houve uma pequena queda 0,98%.

Nova Sarandi foi um dos distritos que mais avançou no setor de saneamento básico, teve um acréscimo de 10,20%, sendo que de 3 domicílios passou para 96, embora que ainda seja um número pequeno, pois saneamento básico é uma das necessidades básicas de todo cidadão.

Em relação a , a coleta de lixo Nova Sarandi avançou, em 2000 de 39,64% passou para 75,14% em 2010, dessa forma observa-se que até dois 2000 apenas 218 domicílios eram atendidos, e em 2010 eram 671, proporcionalmente em 2010 o

avanço foi mais significativo. Na faixa dos responsáveis alfabetizados por domicílio houve uma evolução alta na quantidade, de 507 em 2000 para 804 em 2010, correspondendo em 58,57%.

No gráfico 16 abaixo o distrito de Nova Sarandi demonstra uma evolução positiva nos responsáveis nas faixas de domicílios que recebiam entre $\frac{1}{2}$ salário a 3 salários mínimos, com uma representação maior na faixa entre 1 a 2 salários, que registrou em 2000 de 149 para 351 em 2010 com acréscimo de 135% , observa-se que entre 3 a 5 salários mínimos houve uma leve redução de 83 para 82 indivíduos, na faixa entre 5 a 10 salários houve um decréscimo %, as faixas que estão acima de 10 salários mínimos todas tiveram diminuição, pode-se destacar ainda o aumento dos responsáveis por domicílios sem nenhum rendimento de 21 para 36, representando 71,42%.

Novo Sarandi.

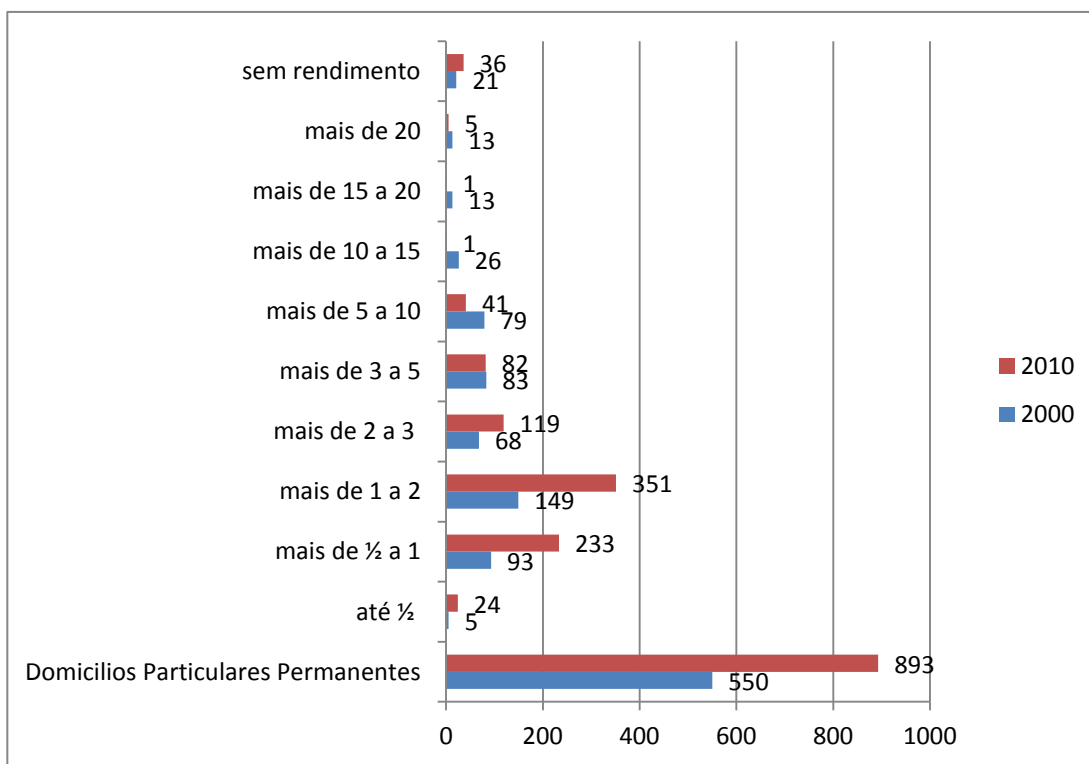


Gráfico 16 – Relação da variável rendimento no Distrito de Novo Sarandi.
FONTE: IBGE, organizado Kogus (2015).

H. Distrito de Vila Nova (Município de Toledo).

Observa-se no gráfico 17 abaixo que no decorrer do período analisado o Distrito de Vila Nova apresentou um pequeno aumento, sendo de 13,64%, ou seja avançou 623 domicílios particulares permanentes para 708 unidades.

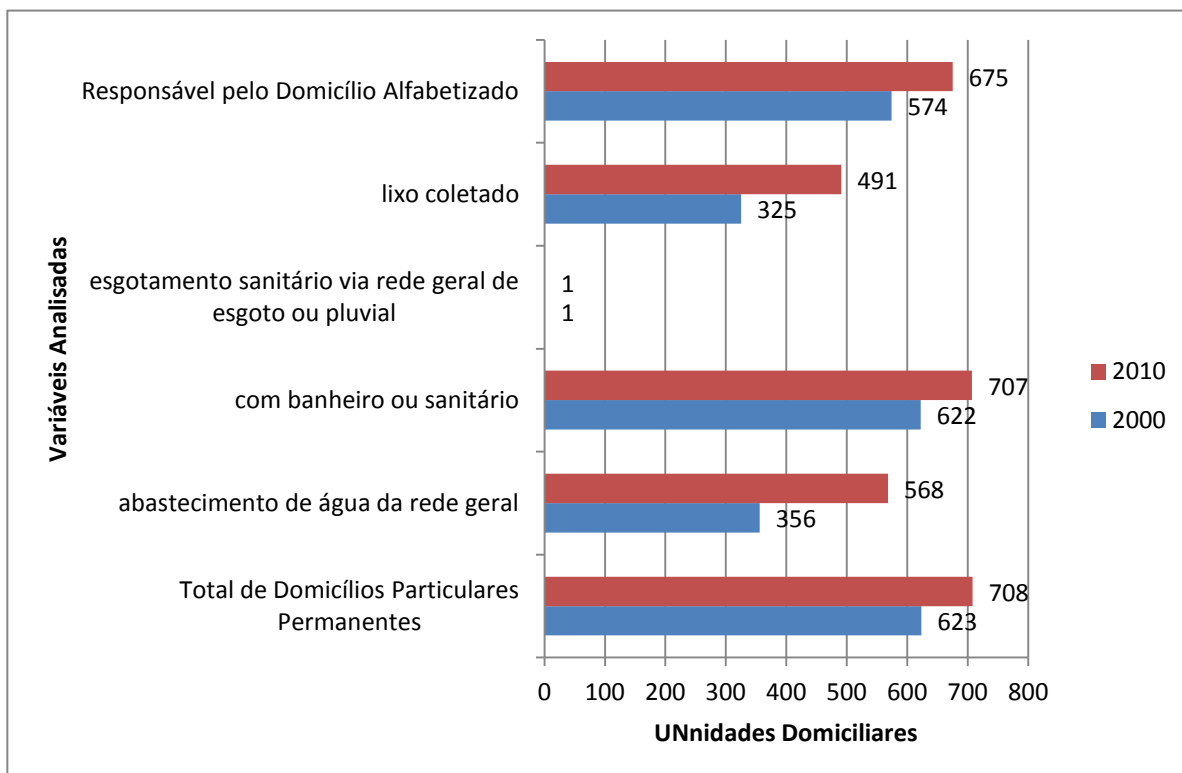


Gráfico 17 – Relação das variáveis em análise no Distrito de Vila Nova
 FONTE: IBGE, organizado Kogus (2015).

Em relação ao abastecimento de água da rede geral em 2000 o distrito tinha 57,14% dos domicílios atendidos, e em 2010 passou para 80,23%. Referente ao indicador banheiro ou sanitário, observa-se que em 2000 havia um número grande de domicílios com banheiros ou sanitários e que em 2010 houve uma pequena queda 0,02%.

A falta de investimento em saneamento básico continua sendo um fator que chama atenção, ao longo de uma década apenas 0,16% dos domicílios possuem esgotamento sanitário via rede geral de esgoto ou pluvial, o distrito em análise registrou em 2010 apenas 1 domicílios atendido.

Em Vila Nova, a coleta de lixo em 2000 dos 623 domicílios 325 eram atendidos correspondendo a 52,17% , em 2010 dos 708 domicílios 491 eram

atendidos correspondendo a 69,35%, o distrito avançou com 85 novos domicílios e nesse quesito com 166 unidades.

Na faixa dos responsáveis alfabetizados por domicílio houve uma evolução na quantidade de 574 em 2000 para 675 em 2010, correspondendo em 17,59%.

No gráfico 18 abaixo o distrito de Vila Nova demonstra uma evolução positiva nos responsáveis nas faixas de domicílios que recebiam entre $\frac{1}{2}$ salário a 3 salários mínimos, com uma representação maior na faixa entre 1 a 2 salários, que registrou em 2000 de 145 para 284 em 2010 com acréscimo de 95% , observa-se que entre 3 a 5 salários mínimos houve uma redução de 96 para 62 indivíduos, na faixa entre 5 a 10 salários mínimos houve uma redução de 96 para 62 indivíduos, na faixa entre 5 a 10 salários houve um decréscimo 50,56%, as faixas que estão acima de 10 salários mínimos todas tiveram diminuição, principalmente na faixa de mais de 20 salários mínimos que teve uma redução de 900% pode-se destacar ainda o aumento dos responsáveis por domicílios sem nenhum rendimento de 34 para 22.

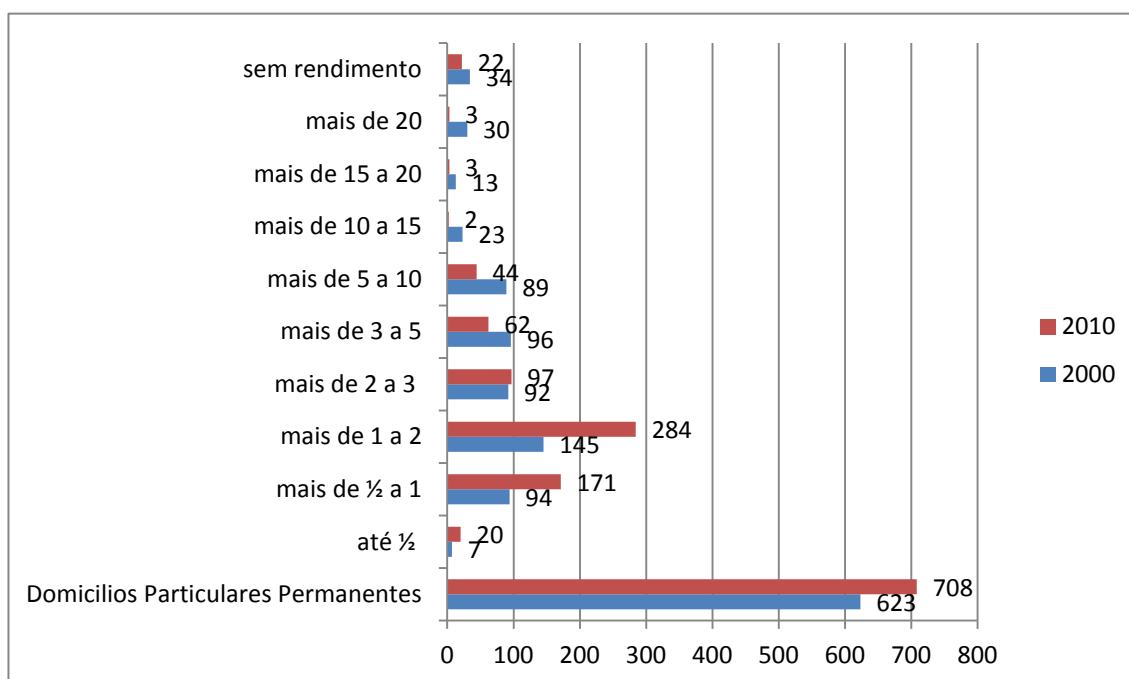


Gráfico 18 – Relação da variável rendimento no Distrito de Vila Nova.
 FONTE: IBGE, organizado Kogus (2015).

I. Distrito de São Jose do Ivaí (Município de Santa Isabel do Ivaí).

Observa-se no gráfico 19 abaixo que no decorrer do período analisado o distrito de São José do Ivaí apresentou um pequeno decréscimo no total de domicílios particulares permanentes passando de 418 em 2000 para 388 em 2010, representando uma diminuição de 7%.

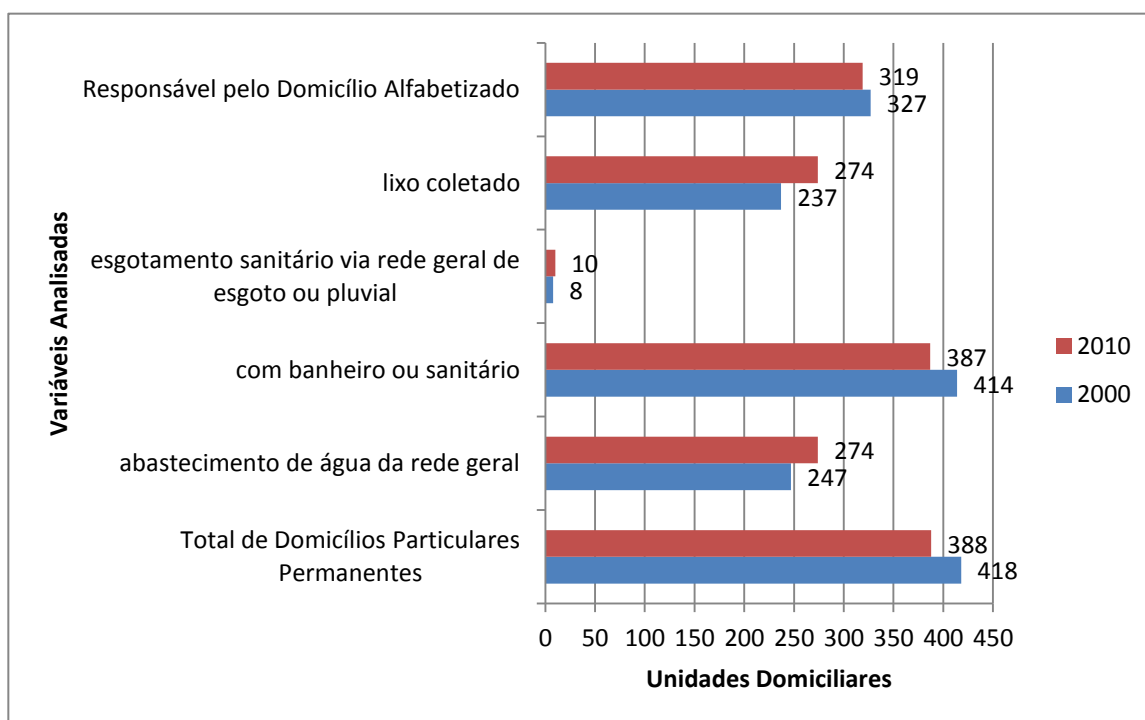


Gráfico 19 – Relação das variáveis em análise no Distrito de São José do Ivaí.
FONTE: IBGE, organizado Kogus (2015).

Em relação ao abastecimento de água da rede geral em 2000 o distrito tinha 59,09% dos domicílios atendidos, e em 2010 passou para 70,62%. Vale ressaltar que ainda referente ao indicador abastecimento de água da rede geral, observa-se que em 2000 havia um número maior de domicílios e com a diminuição de domicílios em 2010 pode ter contribuído no aumento desse índice. Em relação a faixa sobre os total de domicílios particulares permanentes com banheiro ou sanitário em 2010 o índice permaneceu praticamente o mesmo, restando apenas 0,26% de domicílios sem banheiros.

A falta de investimento em saneamento básico continua sendo um fator que chama atenção, ao longo de uma década apenas 1,91% dos domicílios possuem esgotamento sanitário via rede geral de esgoto ou pluvial, o distrito em análise registrou em 2010 apenas um acréscimo de 0,66% em relação a 2000.

Em São José do Ivaí, a coleta de lixo em 2000 dos 418 domicílios 181 não eram atendidos correspondendo a 43,3% e em 2010 dos 388 não eram atendidos 29,36%. Na faixa dos responsáveis alfabetizados por domicílio houve uma evolução na quantidade de 327 em 2000 para 319 em 2010, correspondendo em 2,44%.

No gráfico 20 abaixo o distrito de São José do Ivaí demonstra uma evolução negativa nas faixas que correspondem até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, de 10 responsáveis para 11 responsáveis, na faixa entre $\frac{1}{2}$ a 1 foi onde aparece a maior queda de 27,12%, o avanço mais significativo corresponde a faixa de 1 a 2 salários mínimos que tiveram um acréscimo de 65%. As demais faixas todas tiveram decréscimo, inclusive onde aparece sem rendimento em 48%.

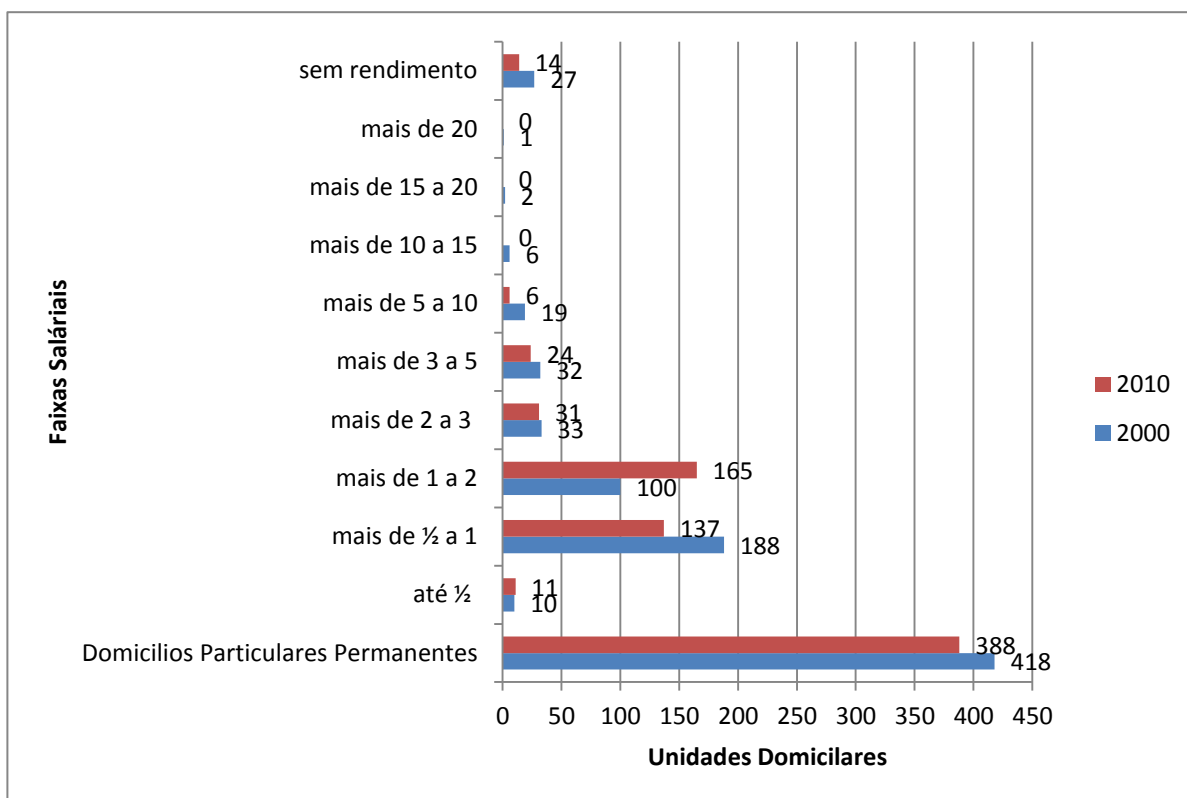


Gráfico 20 – Relação da variável rendimento no Distrito de São José do Ivaí.
FONTE: IBGE, organizado Kogus (2015).

J. Distrito de Yolanda (Município de Ubatã).

Observa-se no gráfico 21 abaixo que no decorrer do período analisado o Distrito de Yolanda apresentou um decréscimo no total de domicílios particulares permanentes passando de 490 em 2000 para 332 em 2010, representando uma diminuição de 11,83%.

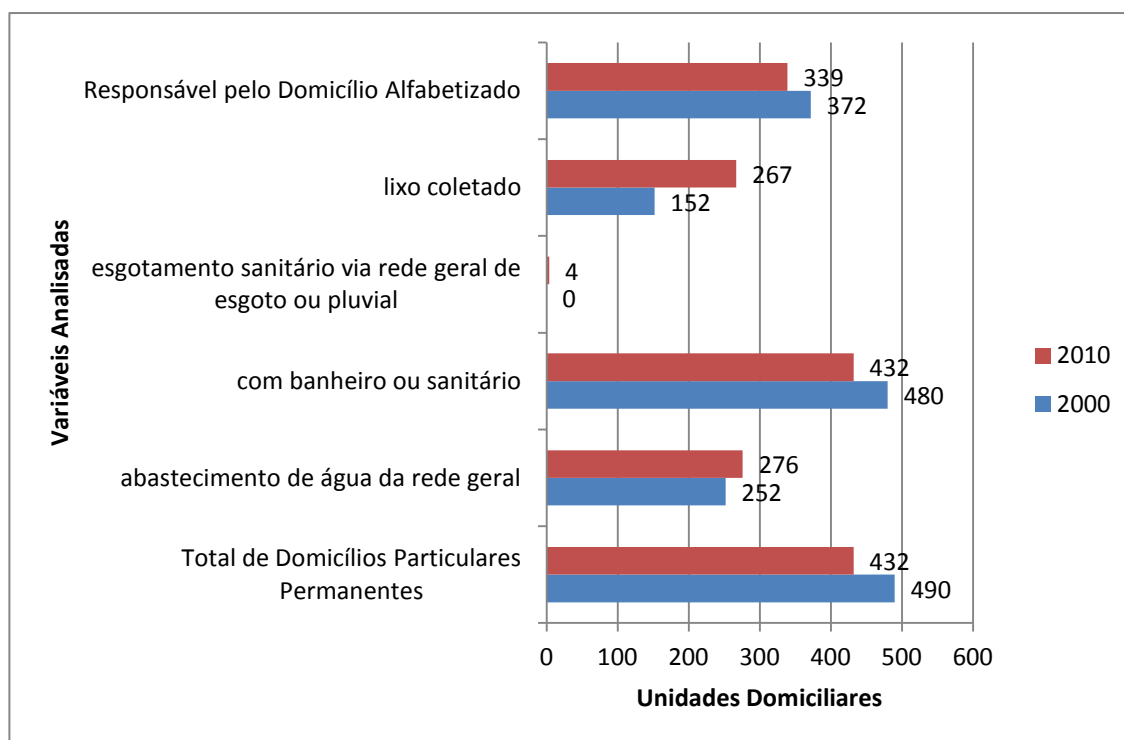


Gráfico 21 – Relação das variáveis em análise no Distrito de Yolanda.
FONTE: IBGE, organizado Kogus (2015).

Em relação ao abastecimento de água da rede geral em 2000 o distrito tinha 51,43% dos domicílios atendidos, e em 2010 passou para 63,89%. Vale ressaltar que ainda referente ao indicador abastecimento de água da rede geral, observa-se que em 2000 havia um número maior de domicílios e com a diminuição de domicílios em 2010 pode ter contribuído no aumento desse índice. Em relação a faixa sobre os total de domicílios particulares permanentes com banheiro ou sanitário em 2010 o índice foi de 100%, embora que em 2000 já tivesse 99,04% domicílios com banheiros.

A falta de investimento em saneamento básico continua sendo um fator que chama atenção, bem como em todos os demais distritos e comunidades, ao longo de uma década apenas 0,93% dos domicílios possuem esgotamento sanitário via

rede geral de esgoto ou pluvial, no distrito em análise registrou que em 2000 nenhum município o serviço de saneamento básico.

Em Yolanda, a coleta de lixo em 2000 tinha dos 490 domicílios, 338 não atendidos correspondendo a 43,3% e em 2010 dos 432 domicílios 165 não eram atendidos. Na faixa dos responsáveis alfabetizados por domicílio houve um decréscimo na quantidade de 372 em 2000 para 339 em 2010, correspondendo perca equivalente a 9%.

No gráfico 22 abaixo o distrito de Yolanda demonstra uma evolução negativa, apenas nas faixas entre 1 a 2 salários mínimos e de 2 a 3 salários mínimos que aparece uma evolução sendo de 45,74% a maior delas. Na faixa de responsáveis sem rendimento houve também uma evolução de 78 para 34, representando uma diminuição de responsáveis sem rendimento em 45,74%

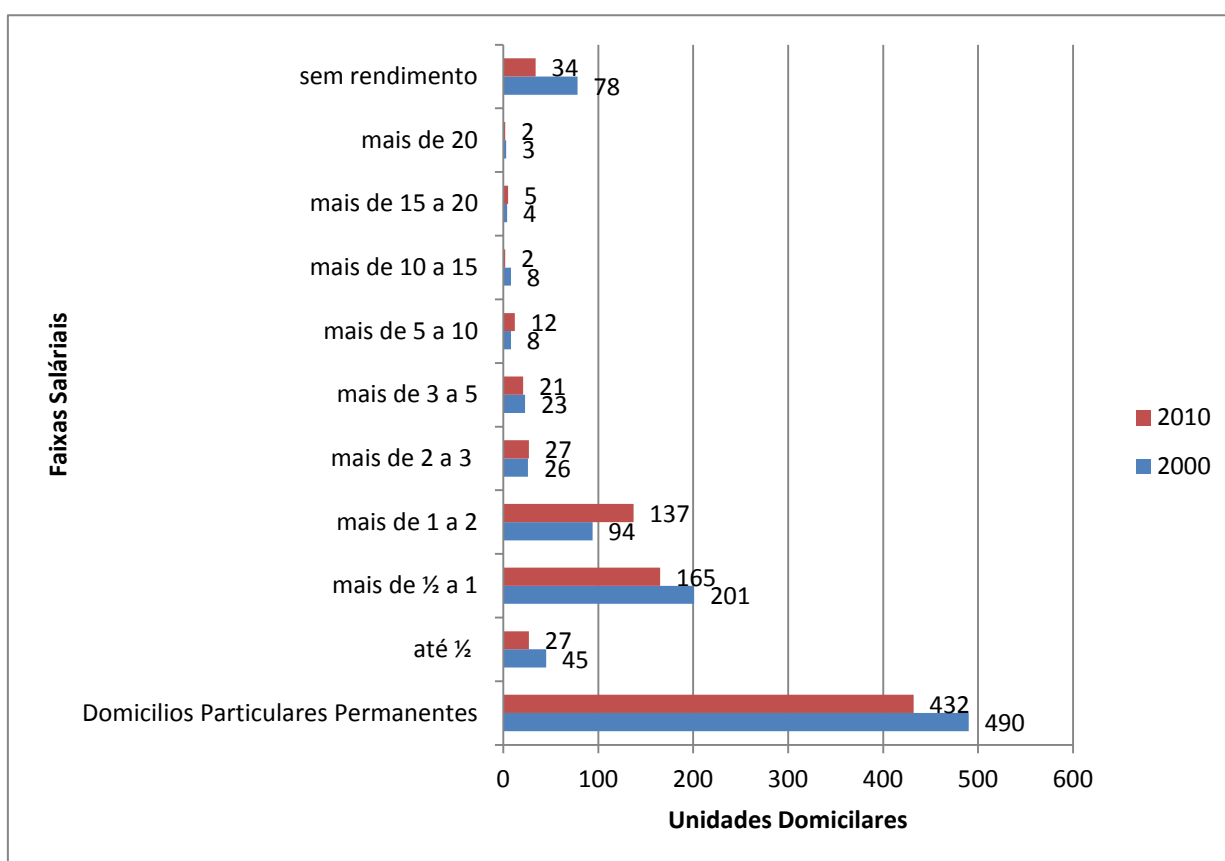


Gráfico 22 – Relação da variável rendimento no Distrito de Yolanda.
FONTE: IBGE, organizado Kogus (2015).

4.2 Análise dos municípios criados e instalados através das variáveis convergentes dos censos 2000 e 2010.

Para iniciarmos a leitura e descrição dos dados estatísticos referente ao universo das amostras dos municípios criados e instalados através das variáveis utilizadas pelo IBGE nos censos de 2000 e 2010, apresentamos o quadro resumo 10 e 11 em que registramos a evolução no período e seus resultados, bem como as médias registradas para cada indicador. Os municípios selecionados representam apenas uma parte dos municípios emancipados após a Constituição de 1988, o recorte das amostras são municípios criados em 1995 e instalados em 1997.

	Censos IBGE	Total de Domicílios Particulares Permanentes	Domicílios com abastecimento de água da rede geral	Percentual no Período	Domicílios com banheiro ou sanitário	Percentual no Período	Domicílios com esgotamento sanitário via rede geral de esgoto ou pluvial	Percentual no Período	Domicílios com lixo coletado	Percentual no Período	Responsáveis por Domicílios Alfabetizados	Percentual no Período
Ariranha do Ivaí	2000	759	264	34,78	667	87,88	1	0,13	174	22,92	543	71,54
	2010	803	407	50,68	794	98,88	6	0,75	342	42,59	650	80,95
Médias		44	143	15,90	127	11,00	5	0,62	168	19,67	107	9,40
Bom Sucesso do Sul	2000	927	352	37,97	886	95,58	0	0,00	358	38,62	749	80,80
	2010	1026	486	47,37	1022	99,61	1	0,10	522	50,88	1006	98,05
Médias		99	134	9,40	136	4,03	1	0,10	164	12,26	257	17,25
Coronel Domingos Soares	2000	1719	224	13,03	1380	80,28	0	0,00	306	17,80	1355	78,82
	2010	2055	761	37,03	1995	97,08	34	1,65	805	39,17	1807	87,93
Médias		336	537	24,00	615	16,80	34	1,65	499	21,37	452	9,11
Esperança Nova	2000	658	384	58,36	647	98,33	0	0,00	330	50,15	540	82,07
	2010	660	530	80,30	659	99,85	3	0,45	467	70,76	570	86,36
Médias		2	146	21,94	12	1,52	3	0,45	137	20,61	30	4,30
Espigão Alto do Iguaçu	2000	1388	576	41,50	1348	97,12	4	0,29	648	46,69	1153	83,07
	2010	1362	372	27,31	1244	91,34	0	0,00	457	33,55	1025	75,26
Médias		-26	-204	-14,19	-104	-5,78	-4	-0,29	-191	-13,13	-128	-7,81
Iguatu	2000	647	435	67,23	589	91,04	3	0,46	341	52,70	490	75,73
	2010	729	628	86,15	724	99,31	2	0,27	492	67,49	621	85,19
Médias				18,91	135	8,28	-1	-0,19	151	14,78	131	9,45
Laranjal	2000	1657	440	26,55	1069	64,51	0	0,00	340	20,52	1135	68,50
	2010	1713	684	39,93	1579	92,18	3	0,18	649	37,89	1315	76,77
Médias		56	244	13,38	510	27,66	3	0,18	309	17,37	180	8,27
Novo Itacolomi	2000	737	311	42,20	712	96,61	0	0,00	291	39,48	528	71,64
	2010	911	496	54,45	907	99,56	2	0,22	508	55,76	808	88,69
Médias		174	185	12,25	195	2,95	2	0,22	217	16,28	280	17,05
Porto Barreiro	2000	1061	179	16,87	752	70,88	0	0,00	143	13,48	776	73,14
	2010	1094	317	28,98	1002	91,59	2	0,18	325	29,71	894	81,72
Médias		33	138	12,11	250	20,71	2	0,18	182	16,23	118	8,58
Rio Branco do Ivaí	2000	956	426	44,56	774	80,96	5	0,52	424	44,35	649	67,89
	2010	1201	723	60,20	1190	99,08	8	0,67	784	65,28	983	81,85
Médias		245	297	15,64	416	18,12	3	0,14	360	20,93	334	13,96

Quadro 10 – Recorte dos municípios criados e instalados e o total das variáveis convergentes censos 2000 e 2010 analisadas.

FONTE: organizado Kogus (2015).

	Censos IBGE	Domicílios Particulares Permanentes	até ½	%	mais de ½ a 1	%	mais de 1 a 2	%	mais de 2 a 3	%	mais de 3 a 5	%	mais de 5 a 10	%	mais de 10 a 15	%	mais de 15 a 20	%	mais de 20	%	sem rendimento	%
Ariranha do Ivaí	2000	759	34	4,48	212	27,93	182	23,98	52	6,85	50	6,59	44	5,80	8	1,05	2	0,26	6	0,79	163	21,48
	2010	803	105	13,08	310	38,61	246	30,64	46	5,73	25	3,11	11	1,37	5	0,62	1	0,12	0	0,00	55	6,85
Médias		44	71	8,60	98	10,67	64	6,66	-6	-1,12	-25	-3,47	-33	-4,43	-3	-0,43	-1	-0,14	-6	-0,79	-108	-14,63
Bom Sucesso do Sul	2000	927	38	4,10	257	27,72	237	25,57	107	11,54	95	10,25	103	11,11	22	2,37	7	0,76	21	2,27	25	2,70
	2010	1026	40	3,90	283	27,58	322	31,38	105	10,23	70	6,82	43	4,19	9	0,88	7	0,68	5	0,49	142	13,84
Médias		99	2	-0,20	26	-0,14	85	5,82	-2	-1,31	-25	-3,43	-60	-6,92	-13	-1,50	0	-0,07	-16	-1,78	117	11,14
Coronel Domingos Soares	2000	1719	71	4,13	648	37,70	451	26,24	132	7,68	111	6,46	61	3,55	6	0,35	9	0,52	4	0,23	147	8,55
	2010	2055	180	8,76	766	37,27	626	30,46	159	7,74	73	3,55	31	1,51	4	0,19	2	0,10	4	0,19	219	10,66
Médias		336	109	4,63	118	-0,42	175	4,23	27	0,06	-38	-2,90	-30	-2,04	-2	-0,15	-7	-0,43	0	-0,04	72	2,11
Esperança Nova	2000	658	21	3,19	218	33,13	160	24,32	65	9,88	63	9,57	37	5,62	10	1,52	7	1,06	2	0,30	75	11,40
	2010	660	23	3,48	239	36,21	222	33,64	52	7,88	48	7,27	22	3,33	2	0,30	2	0,30	0	0,00	51	7,73
Médias		2	2	0,29	21	3,08	62	9,32	-13	-2,00	-15	-2,30	-15	-2,29	-8	-1,22	-5	-0,76	-2	-0,30	-24	-3,67
Espigão Alto do Iguaçu	2000	1388	131	9,44	514	37,03	333	23,99	58	4,18	64	4,61	36	2,59	9	0,65	1	0,07	6	0,43	242	17,44
	2010	1362	171	12,56	510	37,44	371	27,24	99	7,27	80	5,87	54	3,96	12	0,88	10	0,73	7	0,51	5	0,37
Médias		-26	40	3,12	-4	0,41	38	3,25	41	3,09	16	1,26	18	1,37	3	0,23	9	0,66	1	0,08	-237	-17,07
Iguatu	2000	647	80	12,36	207	31,99	188	29,06	58	8,96	49	7,57	32	4,95	5	0,77	7	1,08	5	0,77	15	2,32
	2010	729	67	9,19	275	37,72	201	27,57	46	6,31	33	4,53	30	4,12	0	0,00	0	0,00	2	0,27	79	10,84
Médias		82	-13	-3,17	68	5,73	13	-1,49	-12	-2,65	-16	-3,05	-2	-0,83	-5	-0,77	-7	-1,08	-3	-0,50	64	8,52
Laranjal	2000	1657	127	7,66	522	31,50	509	30,72	85	5,13	90	5,43	75	4,53	17	1,03	14	0,84	11	0,66	170	10,26
	2010	1713	303	17,69	750	43,78	333	19,44	60	3,50	51	2,98	32	1,87	2	0,12	2	0,12	2	0,12	193	11,27
Médias		56	176	10,02	228	12,28	-176	-11,28	-25	-1,63	-39	-2,45	-43	-2,66	-15	-0,91	-12	-0,73	-9	-0,55	23	1,01
Novo Itacolomi	2000	737	18	2,44	301	40,84	241	32,70	69	9,36	60	8,14	21	2,85	3	0,41	0	0,00	0	0,00	24	3,26
	2010	911	30	3,29	367	40,29	276	30,30	80	8,78	49	5,38	19	2,09	0	0,00	3	0,33	1	0,11	88	9,66
Médias		174	12	0,85	66	-0,56	35	-2,40	11	-0,58	-11	-2,76	-2	-0,76	-3	-0,41	3	0,33	1	0,11	64	6,40
Porto Barreiro	2000	1061	59	5,56	288	27,14	263	24,79	77	7,26	87	8,20	87	8,20	24	2,26	11	1,04	8	0,75	6	0,57
	2010	1094	174	15,90	330	30,16	288	26,33	72	6,58	63	5,76	33	3,02	4	0,37	6	0,55	3	0,27	64	5,85
Médias		33	115	10,34	42	3,02	25	1,54	-5	-0,68	-24	-2,44	-54	-5,18	-20	-1,90	-5	-0,49	-5	-0,48	58	5,28
Rio Branco do Ivaí	2000	956	73	7,64	384	40,17	256	26,78	62	6,49	65	6,80	41	4,29	12	1,26	2	0,21	9	0,94	49	5,13
	2010	1201	145	12,07	442	36,80	278	23,15	55	4,58	33	2,75	14	1,17	1	0,08	3	0,25	3	0,25	233	19,40
Médias		245	72	4,44	58	-3,36	22	-3,63	-7	-1,91	-32	-4,05	-27	-3,12	-11	-1,17	1	0,04	-6	-0,69	184	14,27

Quadro 11 – Recorte dos municípios criados e instalados e o total das variáveis convergentes censos 2000 e 2010 analisadas renda.
FONTE: organizado Kogus (2015).

Através da análise do gráfico 23, concluímos que 90% dos territórios observados tiveram um acréscimo no indicador em questão, com exceção de Espigão Alto Iguaçu que em 2000 registrava 1388 domicílios, e em 2010 retrocedeu para 1362, decréscimo de 1,87%, os municípios que demonstraram maior evolução foram, Coronel Domingos Soares acréscimo de 16,35% e Rio Branco do Ivaí que em 2000 tinha 956 domicílios e em 2010 registrou 1201 acréscimo de 20,39%. A menor evolução registrada foi o município de Esperança Nova, que no período analisado acrescentou apenas 02 domicílios em seu território crescimento de 0,30% no período analisado.

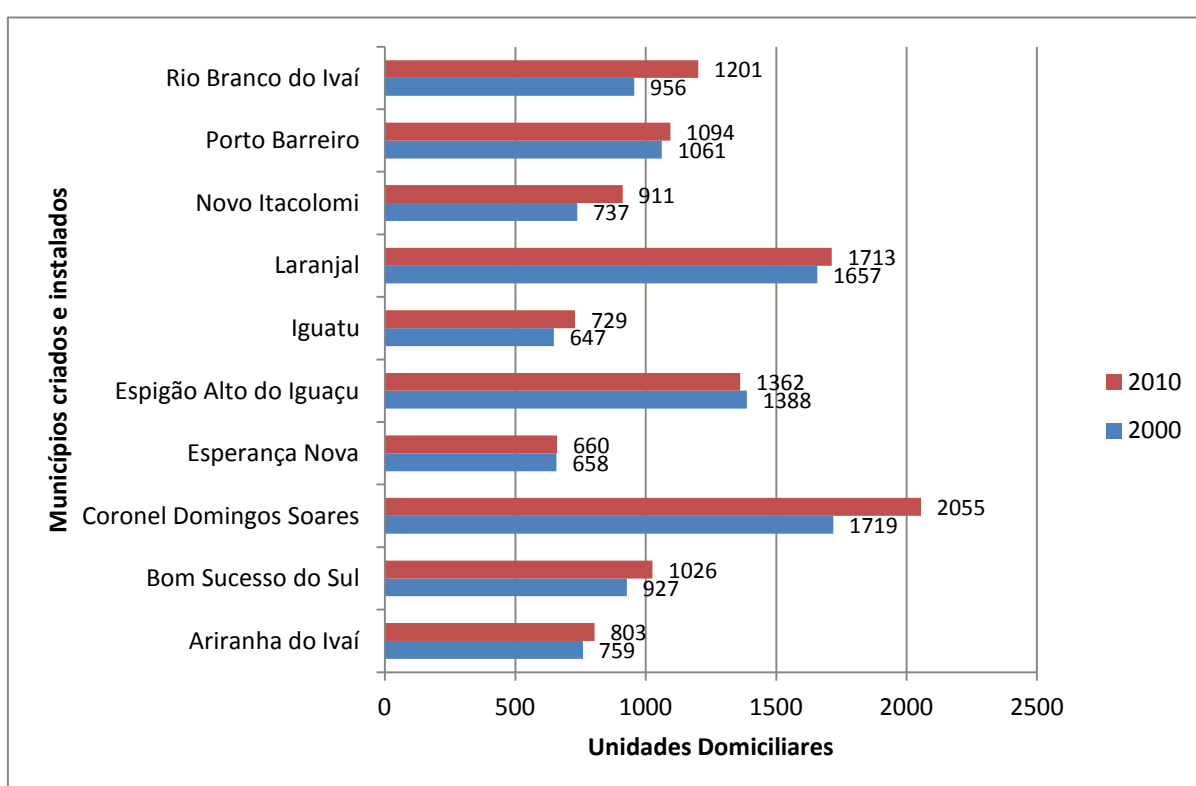


Gráfico 23 – Evolução dos domicílios particulares permanentes nos municípios criados e instalados.
Fonte: Kogus (2015).

A. MUNICÍPIO DE ARIRANHA.

Observa-se no gráfico 24 que no decorrer do período analisado o Município de Ariranha do Ivaí apresentou um pequeno acréscimo de 5,79%, um avanço no período estudado de 44 domicílios

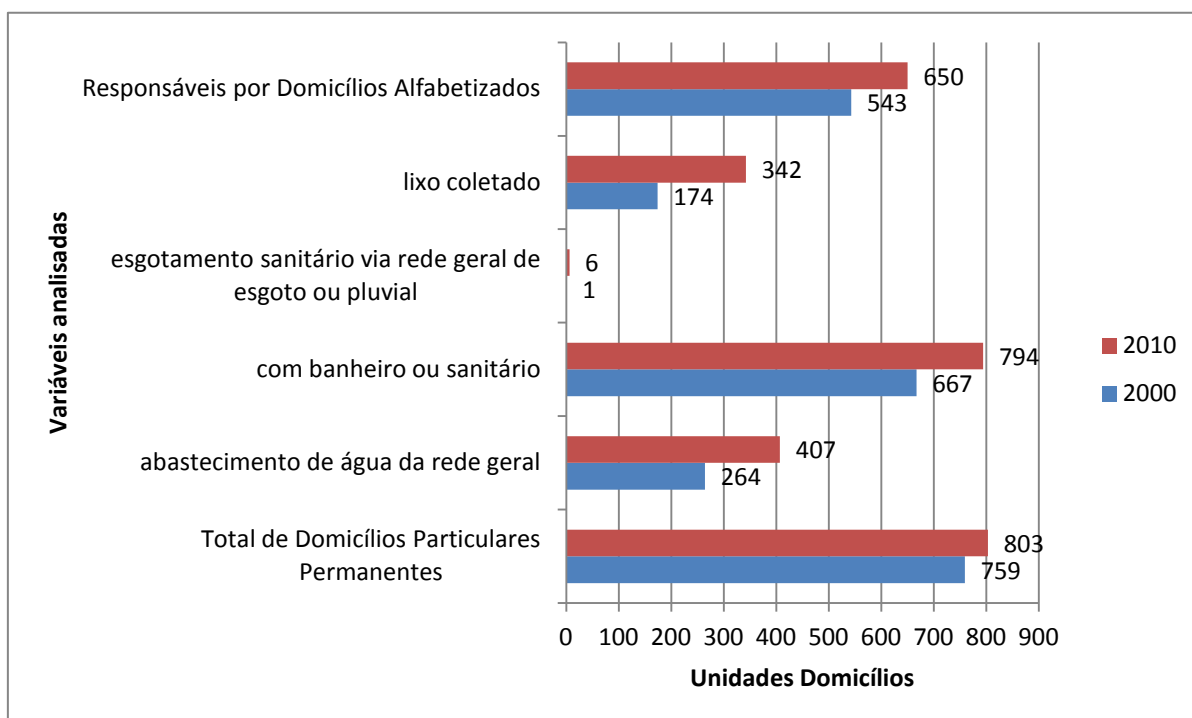


Gráfico 24 – Relação entre as variáveis analisadas Município de Ariranha.
 FONTE: IBGE, organizado Kogus (2015).

Em relação ao abastecimento de água da rede geral em 2000 o município tinha 34,78% dos domicílios atendidos, e em 2010 passou para 50,68%, acréscimo de 15,90% na variável em questão. Referente ao indicador banheiro ou sanitário, observa-se que em 2000 havia um número significativo de domicílios composto pela variável o equivalente a 87,87%, em 2010 o registro aumentou ainda mais chegando a 98,87% acréscimo de 11,00%, porém abaixo da média de crescimento registrada no grupo referente a variável de 12%.

Referente a variável saneamento básico é possível perceber o baixo investimento ao longo do período analisado, em 2010 o município tinha somente 01 domicílio atendido, e em 2010 apenas 06 dos domicílios possuíam esgoamento sanitário via rede geral de esgoto ou pluvial, aumento de 0,6%.

A coleta de resíduos sólidos no Município de Ariranha em 2000 era de apenas 174 domicílios equivalente a apenas 22,92%, em 2010 foi registrado um aumento para 45,59% de atendimentos, ainda que o acréscimo seja alto, equivalente 19,66%,

vale destacar que o município ainda não tem metade dos domicílios com seu lixo coletado. A alfabetização dos responsáveis por domicílios apresentou um acréscimo de 19,70% entre 2000 e 2010, de 543 em 2000 saltou para 650.

No gráfico 25 abaixo o Município de Ariranha do Ivaí demonstra uma evolução positiva nos responsáveis nas faixas de domicílios que recebiam entre até $\frac{1}{2}$ salário a 3 salários mínimos, a representação maior está na faixa entre mais de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo, em 2000 registrou 212 domicílios para 310 em 2010, acréscimo de 46,22%, observa-se que entre mais de 1 a 2 salários mínimos ocorre também um aumento, equivalente à 35,16%, em 2000 dos 759 responsáveis por domicílios apenas 5,79% recebiam entre mais de 5 a 10 salários mínimos, equivalente a 44 unidades, e em 2010 dos 803 era de apenas 1,36%, o período em análise na faixa em questão o decréscimo foi de 4,42%, as faixas que estão acima de 10 salários mínimos todas tiveram diminuição, principalmente na faixa de mais de 20 salários mínimos que teve uma redução de 06 em 2000 para zero em 2010, pode-se destacar ainda a redução dos responsáveis por domicílios sem nenhum rendimento de 163 para 55.

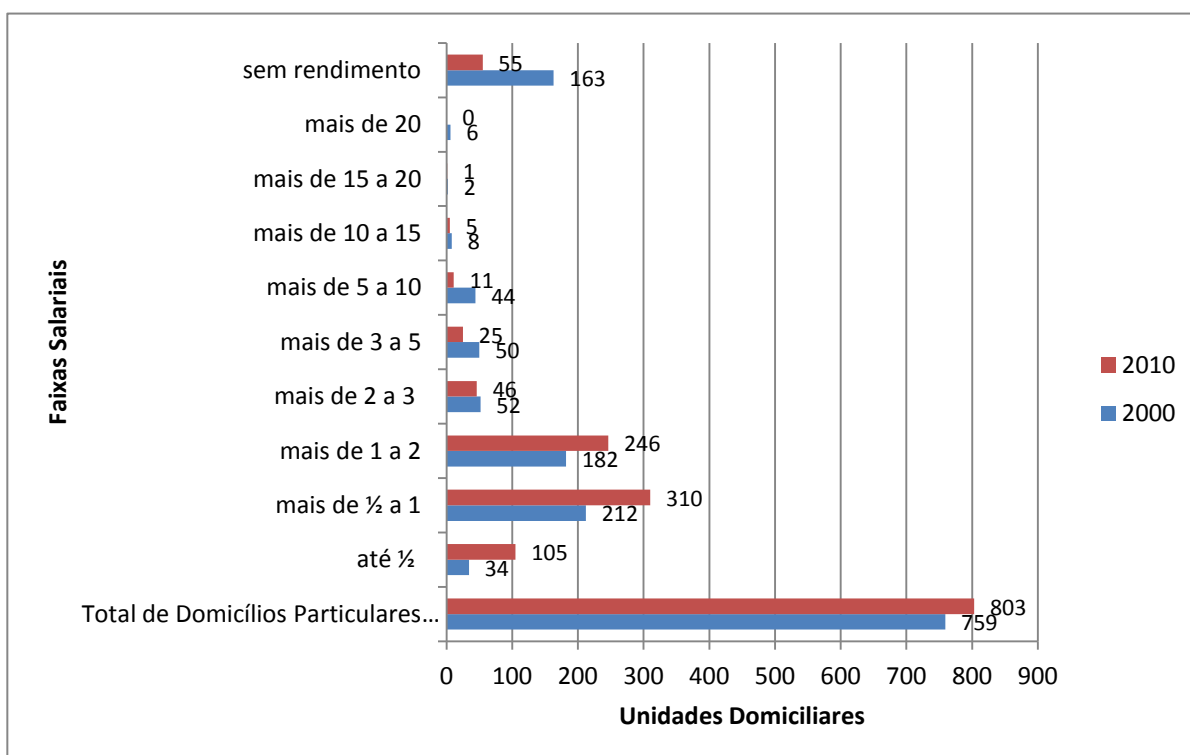


Gráfico 25 – Relação da variável rendimento no Município de Ariranha.
 FONTE: IBGE, organizado Kogus (2015).

B. Município de Bom Sucesso do Sul.

Os dados do gráfico 26 que no decorrer do período analisado o Município Bom Sucesso do Sul apresentou um acréscimo nos domicílios particulares permanentes de 10,67% de domicílios, um avanço no período analisado de 99 domicílios.

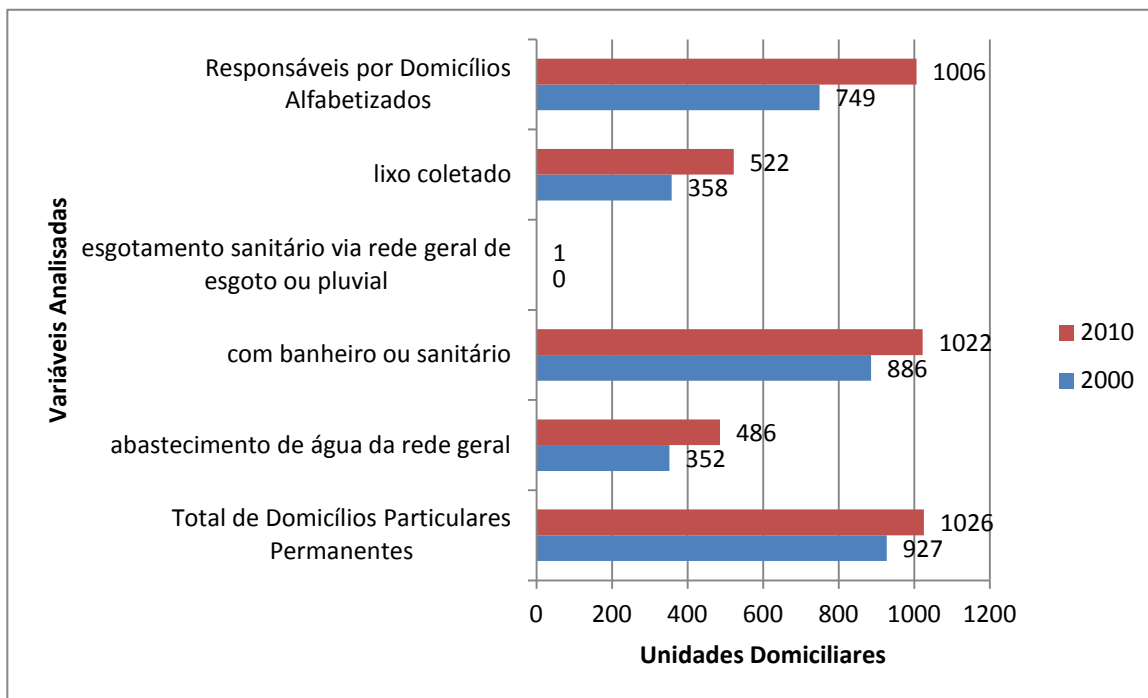


Gráfico 26 – Relação entre as variáveis analisadas Município de Bom Sucesso do Sul.
FONTE: IBGE, organizado Kogus (2015).

Em relação ao abastecimento de água da rede geral em 2000 o município tinha o equivalente a 37,97% do total de domicílios atendidos, e em 2010 passou para 47,36%, acréscimo de 9,39% na variável em questão, ficando abaixo da média registrada do grupo que era de 12,93%.

Referente ao indicador banheiro ou sanitário, observa-se que em 2000 a variável registrou 886 dos domicílios atendidos, equivalente a 95,57% e em 2010 esse índice aumentou para 99,61%, acréscimo de 4,03%.

Quanto a análise da variável esgotamento sanitário via rede geral de esgoto ou pluvial, ocorreu aumento, em 2000 não tinha nenhum dos domicílios atendidos, e em 2010 saltou para 1, um acréscimo de 0,09% no período.

Observando os dados relacionados a variável lixo coletado é possível afirmar acréscimo no Município de Bom Sucesso do Sul em uma década, em 2000 registrou 358 domicílios com seu lixo coletado equivalente a 38,61%, e em 2010 saltou para

50,87% um acréscimo de 12,25% ficando acima da média registrada no grupo que foi de 8,10% para a variável.

Referente à alfabetização dos responsáveis por domicílios permanentes, os dados informam um acréscimo de 17,25% no período estudado, em 2000 registrava 80,79% dos responsáveis alfabetizados, em 2010 esse percentual saltou para 98,05%, mantendo-se acima da média registrada no grupo em relação a variável de 8,95%.

Através da análise do gráfico 27, é possível afirmar que o Município de Bom Sucesso do Sul em relação a variável renda dos responsáveis por domicílios permanentes apresentou no período estudado uma evolução positiva apenas nas faixas mais de 1 a 2, acréscimo de 5,81%, e na faixa sem rendimento que no período em análise apresentou um acréscimo de 11,14%.

As demais faixas registraram evolução negativa, destacando-se a faixa mais de 5 a 10, que apresentou um decréscimo de 6,45 até $\frac{1}{2}$ salário mínimo com 4,62%, além da faixa mais de 3 a 5 salários mínimos apresentando um decréscimo de 3,42% no período.

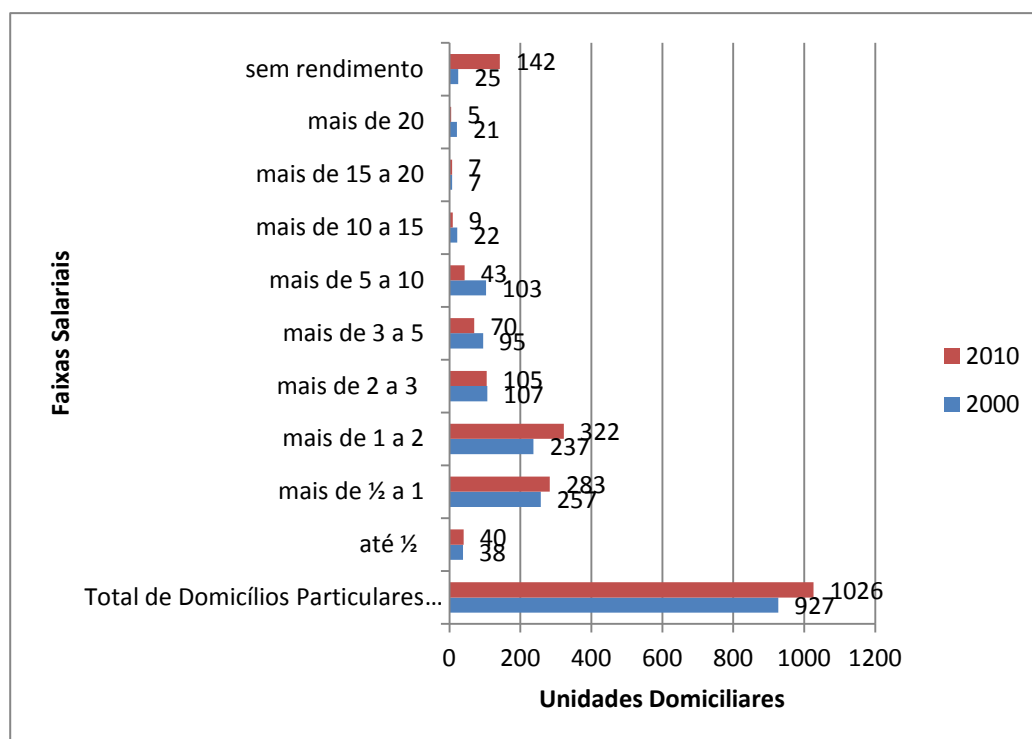


Gráfico 27 – Relação da variável rendimento no Município de Bom Sucesso do Sul.
FONTE: IBGE, organizado Kogus (2015).

C. Município de Coronel Domingues Soares.

A análise dos dados do gráfico 28 é possível afirmar que no decorrer do período analisado o Município de Coronel Domingos Soares apresentou um acréscimo nos domicílios particulares permanentes de 19,54% de domicílios, um avanço no período analisado de 336 domicílios.

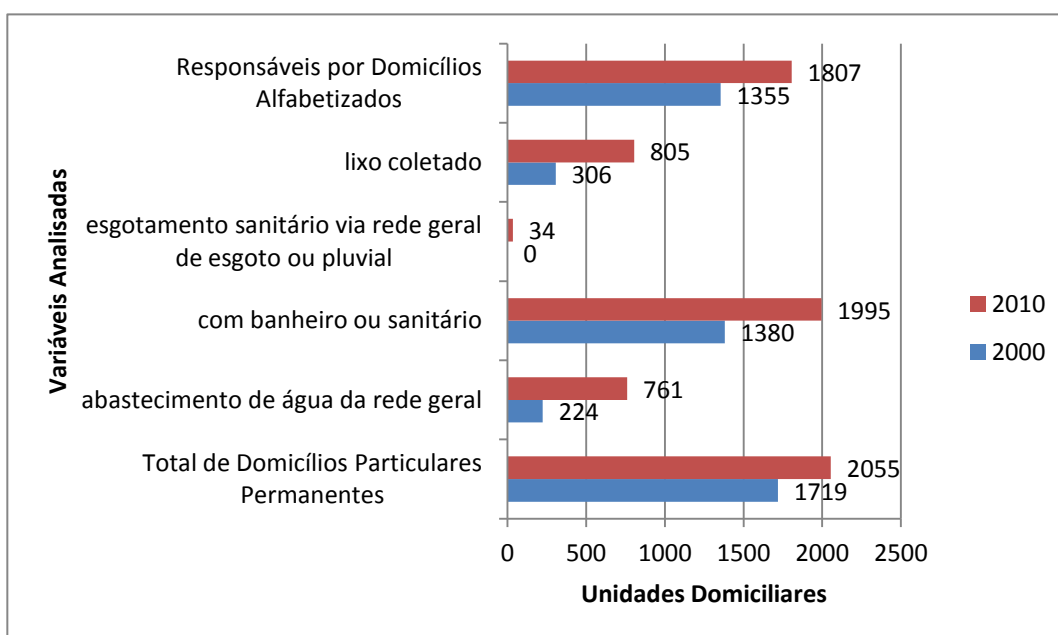


Gráfico 29 – relação entre as variáveis analisadas Município de Coronel Domingues Soares.
FONTE: IBGE, organizado Kogus (2015).

Em relação ao abastecimento de água da rede geral em 2000 o município tinha o equivalente à 13,03% do total de domicílios atendidos, e em 2010 passou para 37,03%, acréscimo de 24% na variável em questão, ficando acima da média registrada do grupo que era de 12,93%.

Referente ao indicador banheiro ou sanitário, observa-se que em 2000 a variável registrou 1380 dos domicílios atendidos, equivalente a 80,27% e em 2010 esse índice aumentou para 97,08%, acréscimo significativo de 16,80%.

Quanto a análise da variável esgotamento sanitário via rede geral de esgoto ou pluvial, ocorreu um pequeno aumento, em 2000 não tinha nenhum dos domicílios atendidos, e em 2010 saltou para 34, um acréscimo de 1,65% no período.

Observando os dados relacionados a variável lixo coletado é possível afirmar acréscimo no Município de Coronel Domingos Soares em uma década, em 2000 registrou 306 domicílios com seu lixo coletado equivalente a 17,80%, e em 2010

saltou para 39% um acréscimo de 21,37% ficando acima da média registrada no grupo que foi de 8,10% para a variável.

Referente à alfabetização dos responsáveis por domicílios permanentes, os dados informam um acréscimo de 9,10% no período estudado, em 2000 registrava 78,82% dos responsáveis alfabetizados, em 2010 esse percentual saltou para 87,93%, mantendo-se praticamente na média registrada no grupo em relação a variável de 8,95%.

Através da análise do gráfico 30 abaixo, é possível afirmar que o Município de Coronel Domingos Soares em relação a variável renda dos responsáveis por domicílios permanentes apresentou no período estudado uma evolução negativa nas faixas entre mais de $\frac{1}{2}$ a 1 e nas faixas mais de 3 até mais 20 salários mínimos, com destaque para a faixa mais de 3 a 5, com decréscimo de 2,90%.

As faixas de até $\frac{1}{2}$, mais de 1 a 2, mais de 2 a 3 e sem rendimento foram as que registraram evolução positiva, destacando-se a faixa até $\frac{1}{2}$ salário mínimo com 4,62% de acréscimo.

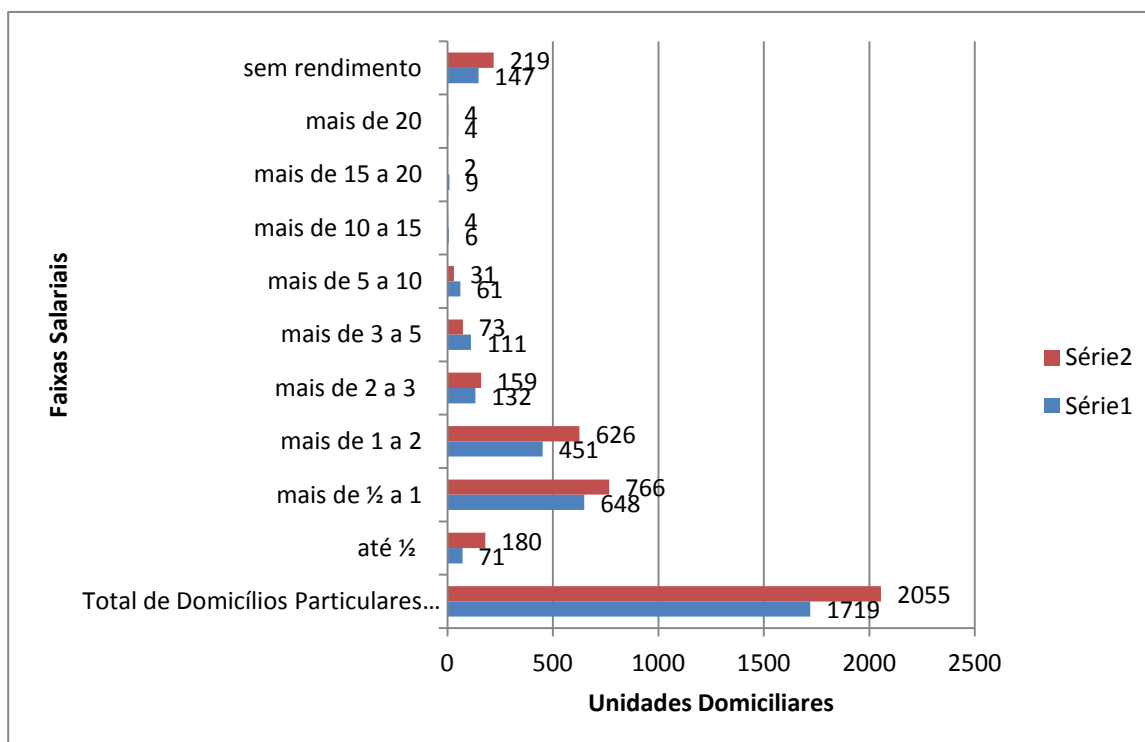


Gráfico 30 – Relação da variável rendimento no Município de Coronel Domingues Soares.
FONTE: IBGE, organizado Kogus (2015).

D. Município de Esperança Nova.

Os dados do gráfico 31 que no decorrer do período analisado o Município de Esperança Nova praticamente manteve-se estável, o acréscimo registrado foi de apenas 2 domicílios permanentes.

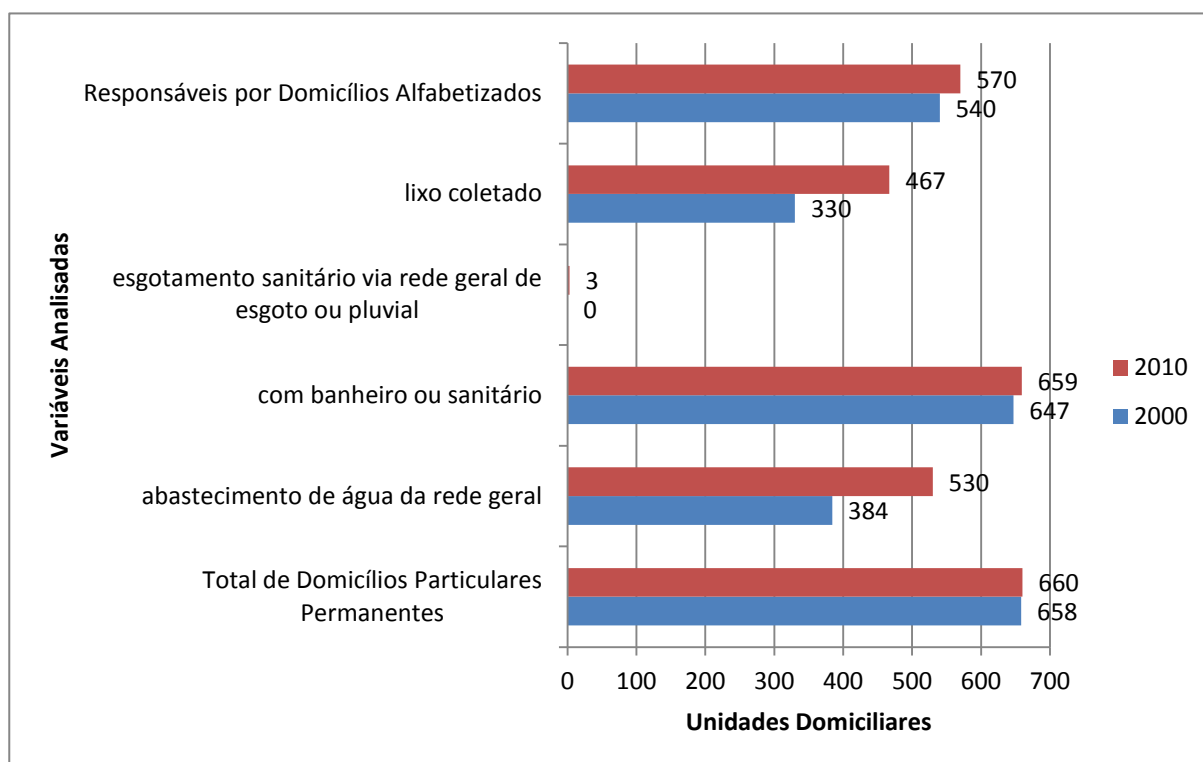


Gráfico 31 – Relação entre as variáveis analisadas Município de Esperança Nova.
FONTE: IBGE, organizado Kogus (2015).

Em relação ao abastecimento de água da rede geral em 2000 o município tinha o equivalente à 58,35% do total de domicílios atendidos, e em 2010 passou para 80,30%, acréscimo significativo de 21,94% na variável em questão.

Referente ao indicador banheiro ou sanitário, observa-se que em 2000 a variável registrou 647 dos domicílios atendidos, equivalente a 98,32% e em 2010 esse índice aumentou para 99,84%, acréscimo significativo de 1,52%.

Quanto a análise da variável esgotamento sanitário via rede geral de esgoto ou pluvial, ocorreu um pequeno aumento, em 2000 não tinha nenhum domicílio atendido, em 2010 apenas 03, um acréscimo de 0,45% no período.

Observando os dados relacionados a variável lixo coletado é possível afirmar acréscimo no Município de Esperança Nova em uma década, em 2000 registrou 330 domicílios com seu lixo coletado equivalente a 50,15%, e em 2010 saltou para

70,75% um acréscimo de 20,60% ficando acima da média registrada no grupo que foi de 8,10% para a variável.

Referente à alfabetização dos responsáveis por domicílios permanentes, os dados informam um acréscimo de 4,29% no período estudado, em 2000 registrava 82,06% dos responsáveis alfabetizados, em 2010 esse percentual saltou para 86,36%, ficando abaixo da média do grupo registrada no grupo em relação a variável de 8,95%.

Através da análise do gráfico 32 abaixo, é possível afirmar que o Município de Esperança Nova em relação a variável renda dos responsáveis por domicílios permanentes apresentou no período estudado uma evolução positiva em 3 faixas, entre até $\frac{1}{2}$ salário a 1, e na faixa mais de $\frac{1}{2}$ a 1 salário e destacando-se a faixa mais de 1 a 2, com acréscimo de 9,32% no período estudado. As faixas mais de 2 a mais de 20 apresentaram evolução negativa, destacando a faixa mais de 3 a 5 decréscimo de 2,30%. A faixa sem rendimento teve um decréscimo de 3,67%, em 2000 registrou 75 para 51 em 2010 dos responsáveis por domicílios sem rendimento.

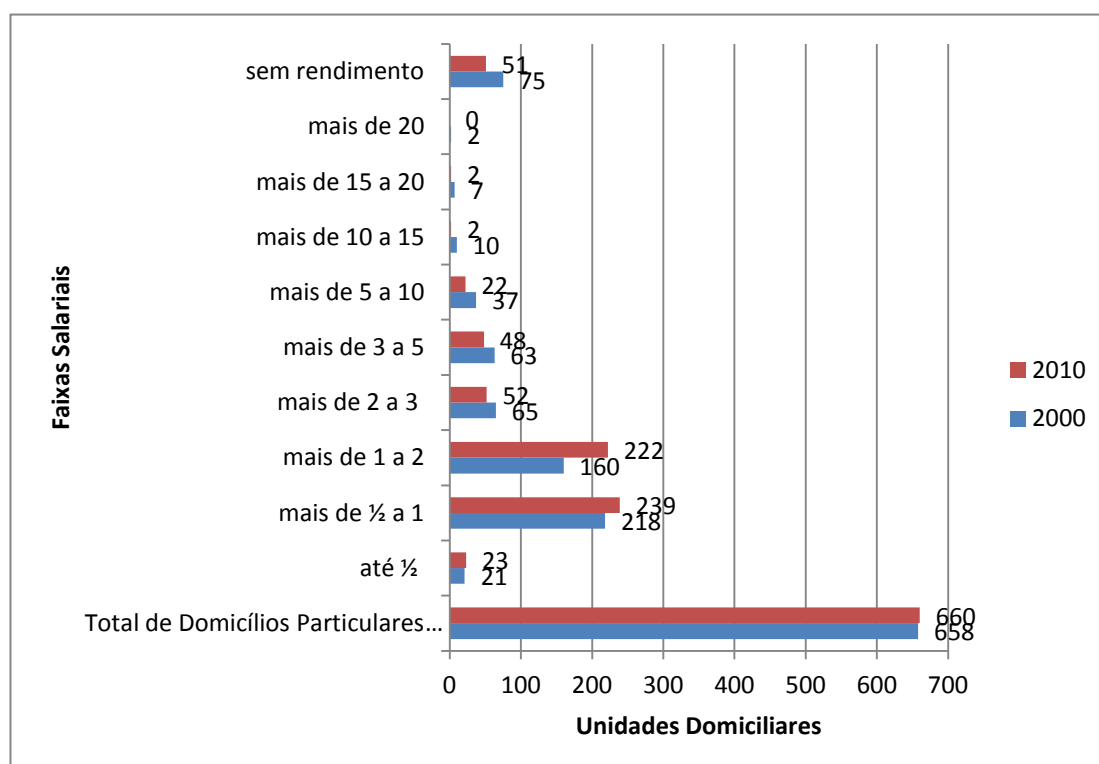


Gráfico 32 – Relação da variável rendimento no Município de Esperança Nova.
FONTE: IBGE, organizado Kogus (2015).

E. Município de Espigão Alto Iguaçu.

Os dados do gráfico 33 que no decorrer do período analisado o Município de Espigão Alto do Iguaçu apresentou um decréscimo nos domicílios particulares permanentes de apenas 1,87% de domicílios, diminuiu no período analisado de 26 domicílios.

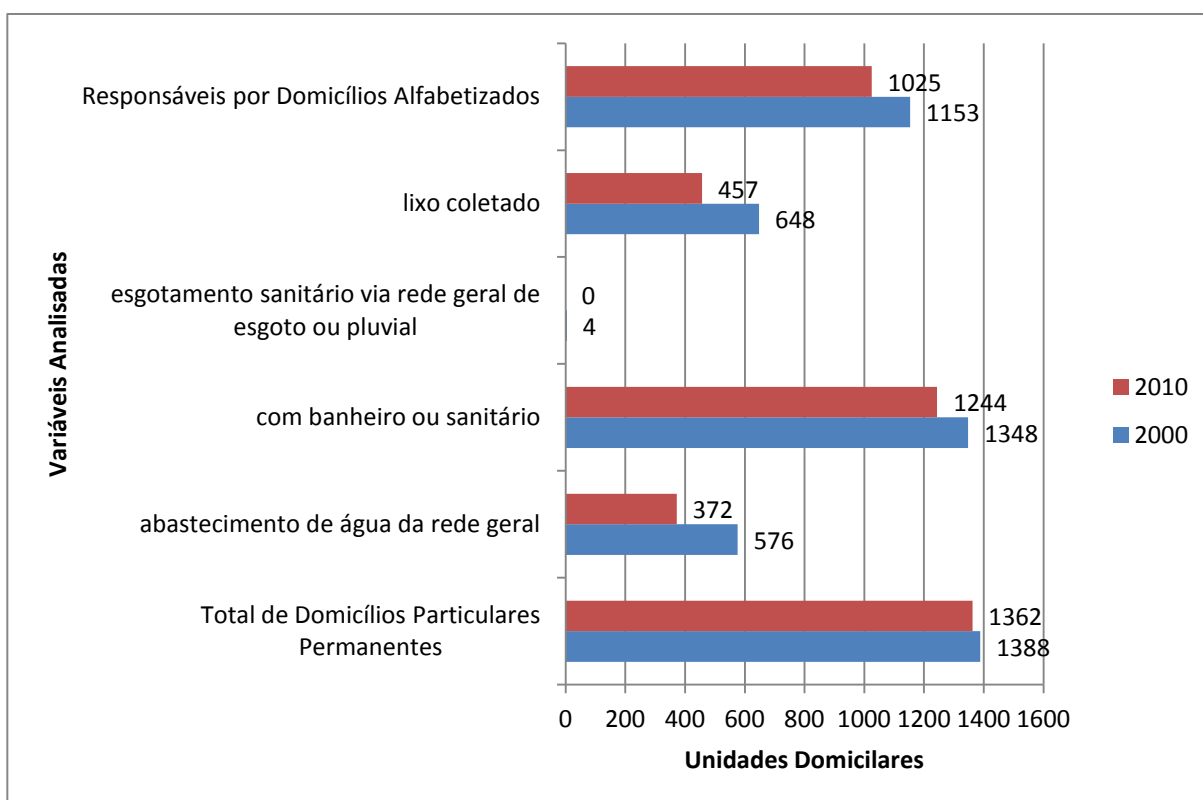


Gráfico 33 – Relação entre as variáveis analisadas Município Espigão Alto Iguaçu.
FONTE: IBGE, organizado Kogus (2015).

Em relação ao abastecimento de água da rede geral em 2000 o município tinha o equivalente à 42,49% do total de domicílios atendidos, e em 2010 passou para 27,31%, decréscimo de 14,18% na variável em questão.

Referente ao indicador banheiro ou sanitário, observa-se que em 2000 a variável registrou 1348 dos domicílios atendidos, equivalente a 97,11% e em 2010 esse índice diminuiu para 91,33%, decréscimo de 5,78%.

Quanto a análise da variável esgotamento sanitário via rede geral de esgoto ou pluvial, em 2000 registrava 4 domicílios atendidos, em 2010 não aparece nenhum domicílio atendido.

Observando os dados relacionados a variável lixo coletado é possível afirmar decréscimo no Município de Espigão Alto Iguaçu, em 2000 registrou 648 domicílios com seu lixo coletado equivalente a 46,68%, e em 2010 diminuiu para 33,55% um decréscimo de 13,13% ficando abaixo da média registrada no grupo que foi de 8,10% para a variável.

Referente à alfabetização dos responsáveis por domicílios permanentes, os dados informam um decréscimo de 7,81% no período estudado, em 2000 registrava 83,06% dos responsáveis alfabetizados, em 2010 esse percentual reduziu para 75,25%, mantendo-se abaixo da média registrada no grupo em relação a variável que foi de 8,95%.

Através da análise do gráfico 34 abaixo, é possível afirmar que o Município de Espigão Alto do Iguaçu em relação a variável renda dos responsáveis por domicílios permanentes apresentou no período estudado uma evolução positiva em praticamente em todas as faixas, com destaque maior na faixa compreendida entre mais de 2 a 3, que em 2000 tinha do total de 1388, 58 responsáveis por domicílios alocados na referida faixa e em 2000 saltou para 99 do total de 1362. Um fator que chama a atenção no gráfico é a faixa sem rendimento que um alto decréscimo de 17,06%, em 2000 tinha 242 e em 2010 registrou apenas 5 responsáveis por domicílio sem rendimento.

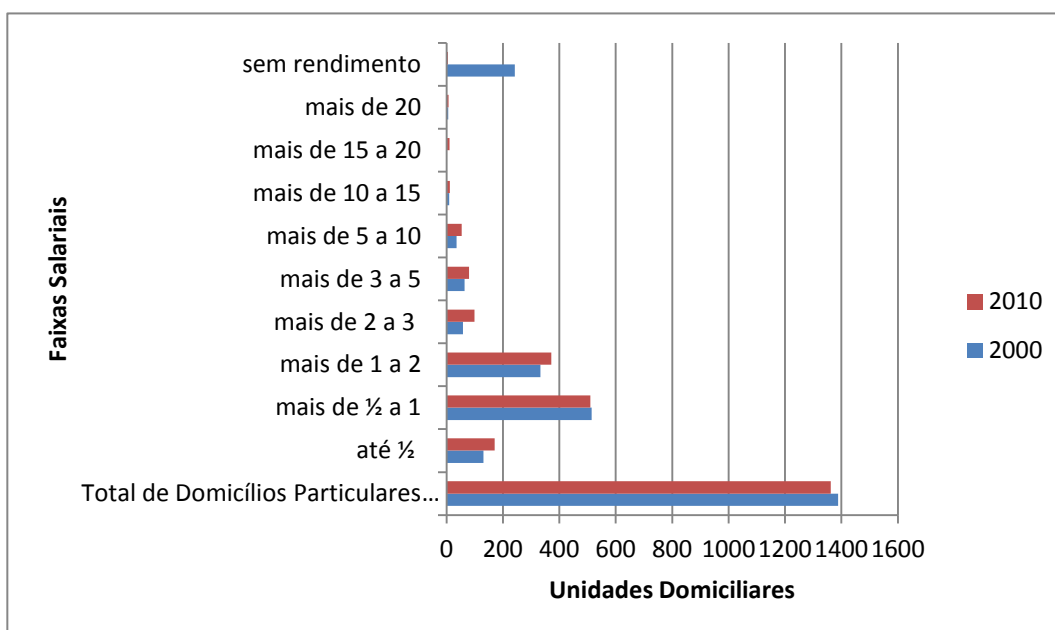


Gráfico 34 – Relação da variável rendimento no Município de Espigão Alto Iguaçu.
FONTE: IBGE, organizado Kogus (2015).

F. Município de Iguatu.

Os dados do gráfico 35 que no decorrer do período analisado o Município de Iguatu apresentou um acréscimo nos domicílios particulares permanentes de apenas 12,67% de domicílios, um avanço no período analisado de 82 domicílios.

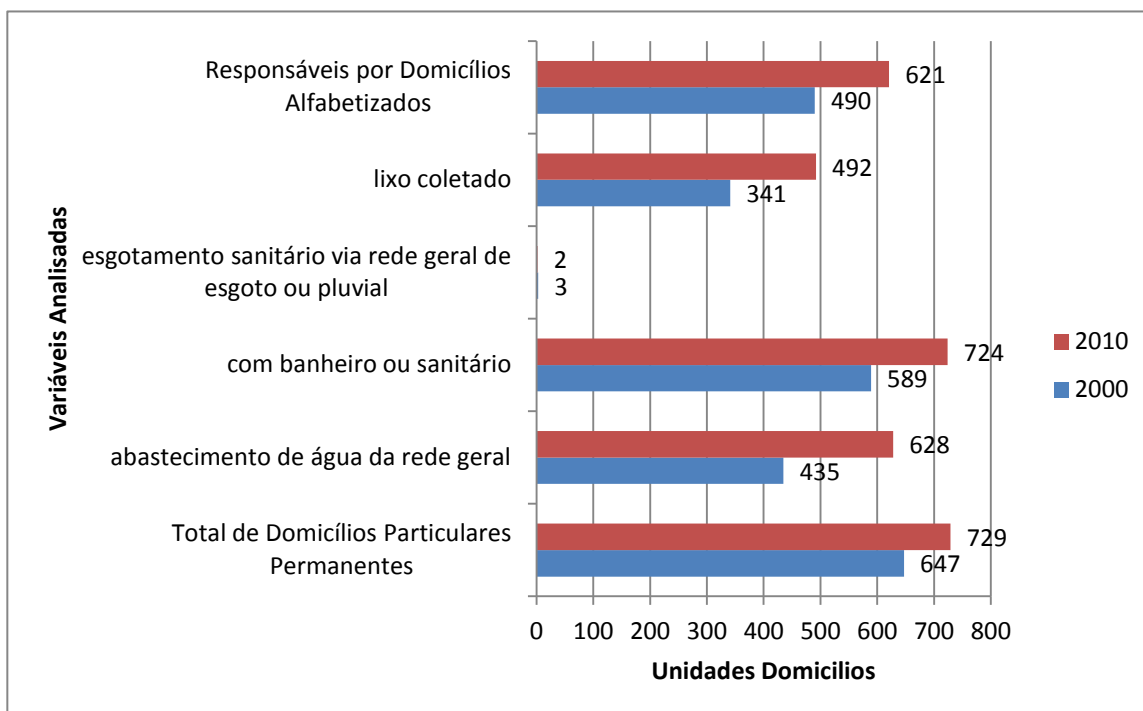


Gráfico 35 – Relação entre as variáveis analisadas Município de Iguatu.
 FONTE: IBGE, organizado Kogus (2015).

Em relação ao abastecimento de água da rede geral em 2000 o município tinha o equivalente à 67% do total de domicílios atendidos, e em 2010 passou para 86,14%, acréscimo de 18,91% na variável em questão.

Referente ao indicador banheiro ou sanitário, observa-se que em 2000 a variável registrou 589 dos domicílios atendidos, equivalente a 91,03% e em 2010 esse índice aumentou para 99,31%, acréscimo de 8,27%, abaixo da média registrada no grupo para a variável que foi de 12,93%.

Quanto a análise da variável esgotamento sanitário via rede geral de esgoto ou pluvial, ocorreu uma diminuição 3 para 2 domicílios.

Observando os dados relacionados a variável lixo coletado é possível afirmar acréscimo no Município de Iguatu em uma década, em 2000 registrou 341 domicílios com seu lixo coletado equivalente a 52,70%, e em 2010 saltou para 67,48% equivalente a 492 domicílios.

Referente à alfabetização dos responsáveis por domicílios permanentes, os dados informam um acréscimo de 9,45% no período estudado, em 2000 registrava 75,73% dos responsáveis alfabetizados, em 2010 esse percentual saltou para 85,18%, acima da média registrada no grupo que foi 8,95%.

Através da análise do gráfico 36 abaixo, é possível afirmar que o Município de Iguatu em relação a variável renda dos responsáveis por domicílios permanentes apresentou no período estudado uma evolução positiva, na faixa dos responsáveis por domicílios que ganhavam mais de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo, em 2000 tinha 207 responsáveis por domicílios, equivalente à 31,9% do total e em 2010 registrou 275 domicílios equivalente a 37,72%, acréscimo de 5,72%, o destaque é a faixa de sem rendimento que em 2000 registrou somente 15 domicílios equivalente a 2,31% do total e em 2010 registrou 79 domicílios equivalente a 10,83%, acréscimo de 8,51% no período. As faixas entre mais de um até mais de 20 registraram um decréscimo com destaque na faixa mais de 3 a 5, que em 2000 tinha 49 do total de domicílios equivalente a 7,57% e em 2010 diminuiu para 33 domicílios, decréscimo de 3,04%.

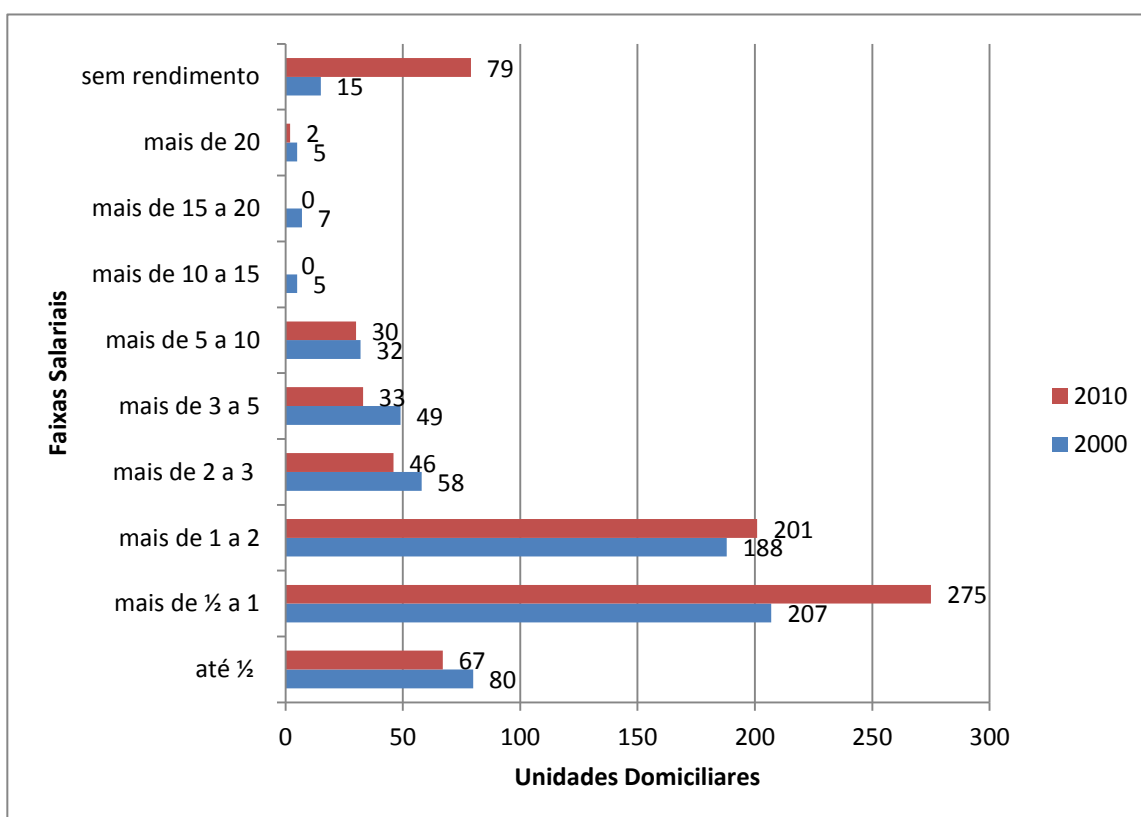


Gráfico 36 – Relação da variável rendimento no Município de Iguatu.
FONTE: IBGE, organizado Kogus (2015).

G. Município de Laranjal.

Os dados do gráfico 37 que no decorrer do período analisado o Município de Laranjal apresentou um acréscimo nos domicílios particulares permanentes de apenas 3,37% de domicílios, um avanço no período analisado de 56 domicílios.

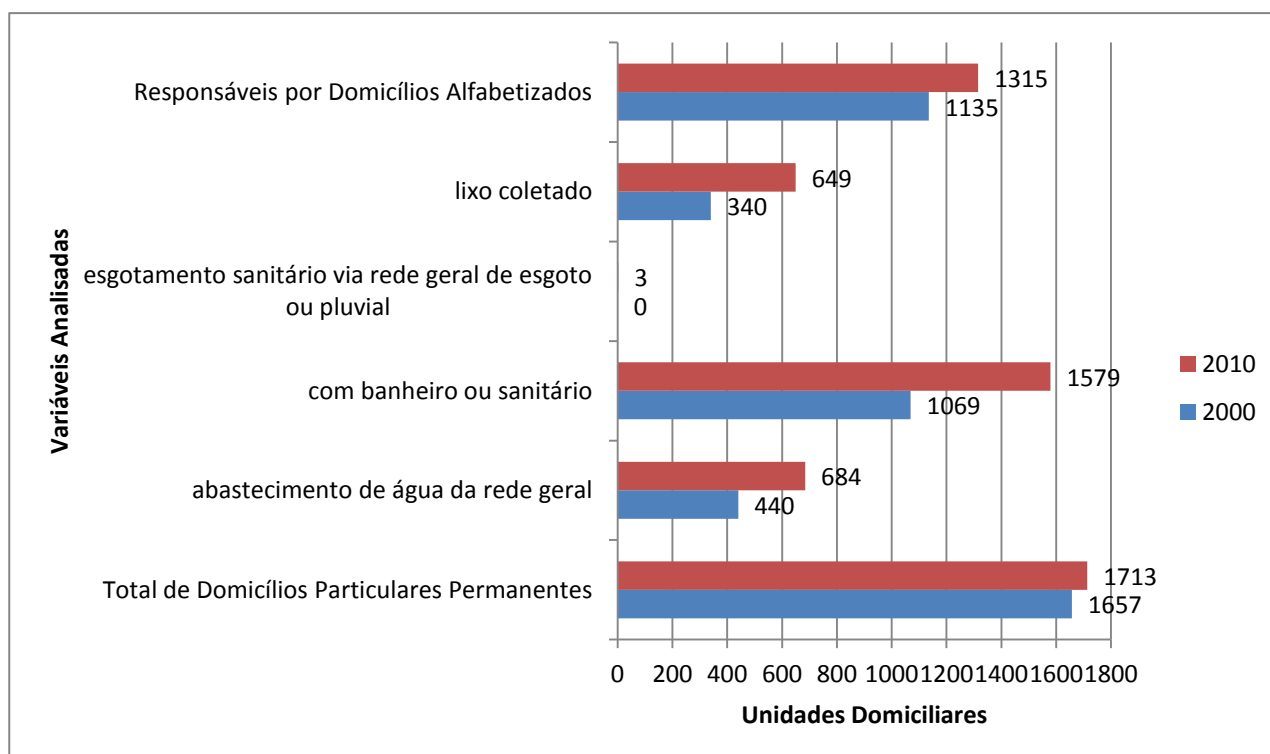


Gráfico 37 – Relação entre as variáveis analisadas no Município de Laranjal.
FONTE: IBGE, organizado Kogus (2015).

Em relação ao abastecimento de água da rede geral em 2000 o município tinha o equivalente à 26,55% do total de domicílios atendidos, e em 2010 passou para 39,92%, acréscimo de 13,37% na variável em questão.

Referente ao indicador banheiro ou sanitário, observa-se que em 2000 a variável registrou 1.069 dos domicílios atendidos, equivalente a 64, 51% e em 2010 esse índice aumentou para 92,17%, acréscimo significativo de 27,66%.

Quanto a análise da variável esgotamento sanitário via rede geral de esgoto ou pluvial, ocorreu um pequeno aumento, em 2000 tínhamos zero domicílios atendidos, em 2010 apenas 03, um acréscimo de 0,1% no período.

Observando os dados relacionados a variável lixo coletado é possível afirmar acréscimo no Município de Laranjal em uma década, em 2000 registrou 340 domicílios com seu lixo coletado equivalente a 20,51%, e em 2010 saltou para

37,88% um acréscimo de 17,36% ficando acima da média registrada no grupo que foi de 8,10% para a variável.

Referente à alfabetização dos responsáveis por domicílios permanentes, os dados informam um acréscimo de 8,26% no período estudado, em 2000 registrava 68,49% dos responsáveis alfabetizados, em 2010 esse percentual saltou para 76,76%, mantendo-se praticamente na média registrada no grupo em relação a variável de 8,95%.

Através da análise do gráfico 38 abaixo, é possível afirmar que o Município de Laranjal em relação a variável renda dos responsáveis por domicílios permanentes apresentou no período estudado uma evolução negativa nas faixas entre mais de 1 até 20 salários mínimos, com destaque para a faixa entre mais de 1 a 2, que no ano de 2000 tinha 509 responsáveis por domicílios, equivalente à 30% do total e em 2010 registrou 333 unidades equivalente 19,43%, decréscimo de 11,27%.

As faixas salariais que apresentaram acréscimo foram de até $\frac{1}{2}$ salário de 10,02%, a faixa entre mais de $\frac{1}{2}$ a 1 que registrou no período analisado 12,28% e finalizando a faixa sem rendimento que teve acréscimo de apenas 1%.

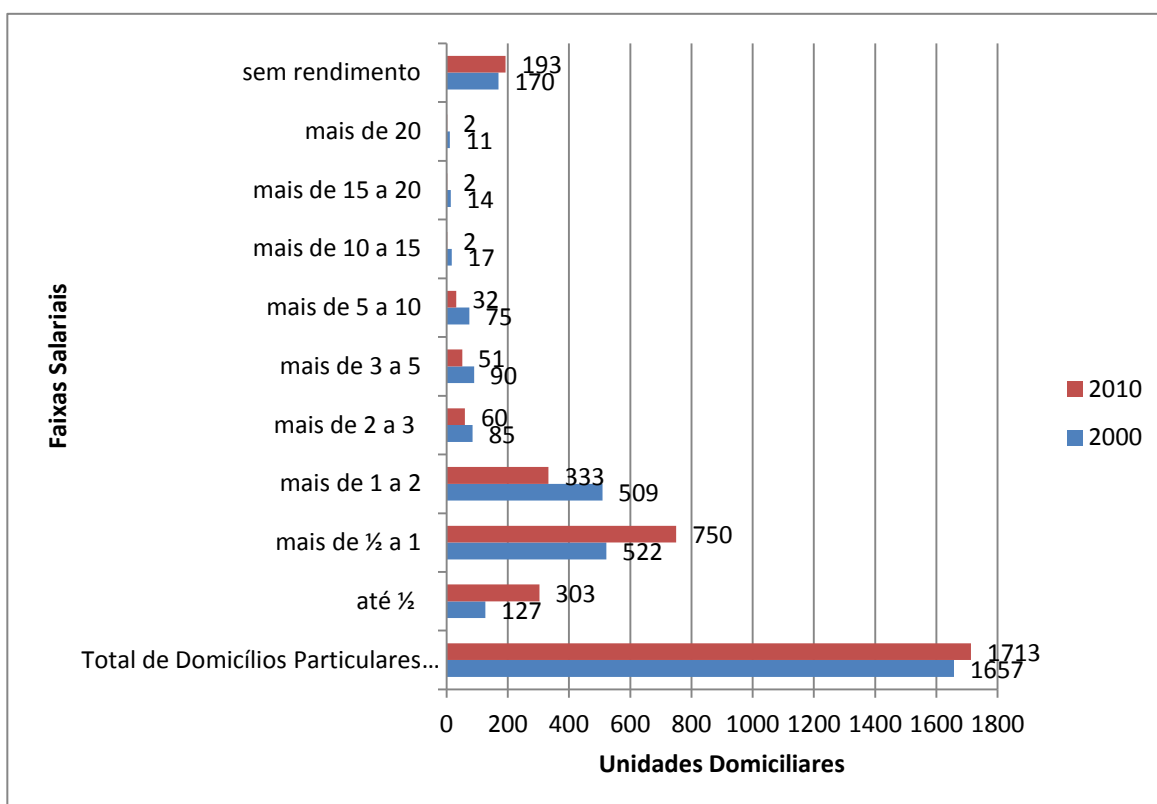


Gráfico 38 – Relação da variável rendimento no Município de Laranjal.
 FONTE: IBGE, organizado Kogus (2015).

H. Município de Novo Itacolomi.

Os dados do gráfico 39 que no decorrer do período analisado o Município de Novo Itacolomi apresentou um acréscimo de apenas 23,60%, um avanço no período analisado de 174 domicílios particulares permanentes.

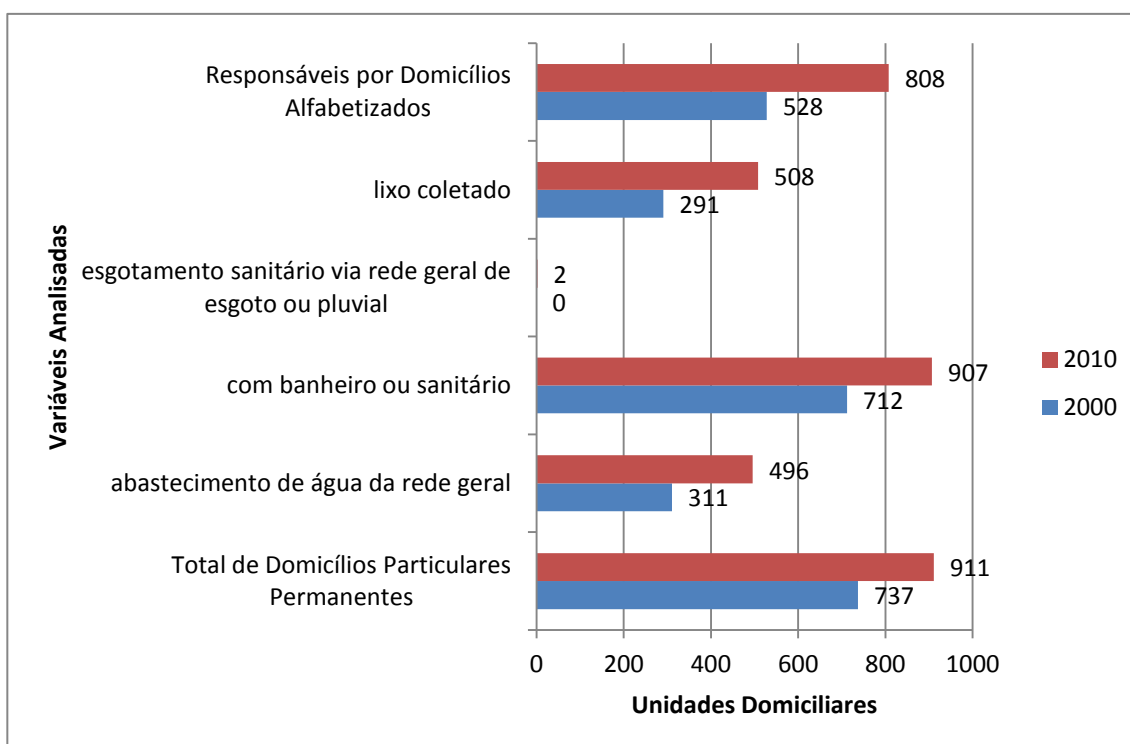


Gráfico 39 – Relação entre as variáveis analisadas no Município de Novo Itacolomi.
FONTE: IBGE, organizado Kogus (2015).

Em relação ao abastecimento de água da rede geral em 2000 o município tinha o equivalente à 42,19% dos domicílios atendidos, e em 2010 passou para 54,44%, acréscimo de 12,24% na variável em questão.

Referente ao indicador banheiro ou sanitário, observa-se que em 2000 a variável registrou 96,60% dos domicílios atendidos, equivalente a 712 domicílios e em 2010 esse índice aumentou para 99,56%, acréscimo de apenas 2,95% no entanto o município registrou em 2010 praticamente 100% dos domicílios atendidos em seu território.

Quanto a análise da variável esgotamento sanitário via rede geral de esgoto ou pluvial, praticamente não ocorreu investimentos, em 2000 tínhamos zero domicílios atendidos, em 2010 apenas 02.

Observando os dados relacionados a variável lixo coletado é possível notar o acréscimo que teve o município no período de uma década, em 2000 registrou 291, equivalente a 39,48% dos domicílios atendidos pela variável e em 2010 saltou para 55,76% um acréscimo de 16,27%.

Referente à alfabetização dos responsáveis por domicílios permanentes, os dados informam um acréscimo de 17,05% comparando os dois períodos, em 2000 registrava 71,64% dos responsáveis alfabetizados, em 2010 essa porcentagem saltou para 88,69%.

Através da análise do gráfico 40 abaixo, é possível afirmar que o Município de Novo Itacolomi em relação a variável renda dos responsáveis por domicílios permanentes apresentou no período estudado uma evolução negativa nas faixas entre mais $\frac{1}{2}$ a 15 salários mínimos, com destaque para a faixa entre mais de 1 a 2, que no ano de 2000 tinha 241 responsáveis por domicílios, equivalente à 32,7% e em 2010 registrou 276 unidades equivalente 30,2%, decréscimo de 2,40%.

Em uma década as faixas que apresentaram acréscimo foram de até $\frac{1}{2}$ salários mínimos equivalente à 0,85%, mais de 15 a 20 equivalente à 0,32%, mais de 20, equivalente 0,1% e o maior aumento percentual registrado foi na faixa sem rendimento de 6,40% no período.

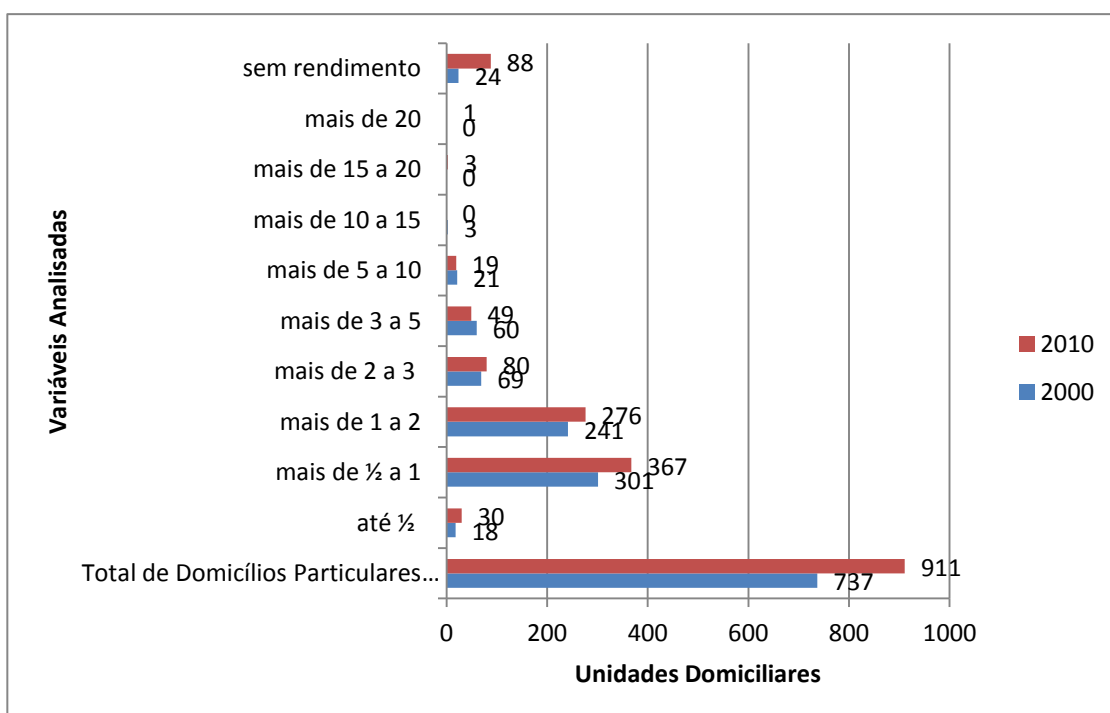


Gráfico 40 – Relação da variável rendimento no Município de Novo Itacolomi.
FONTE: IBGE, organizado Kogus (2015).

I. Município de Porto Barreiro.

Os dados do gráfico 41 que no decorrer do período analisado o Município de Porto Barreiro apresentou um acréscimo de apenas 3,11% de domicílios, um avanço no período analisado de 33 domicílios.

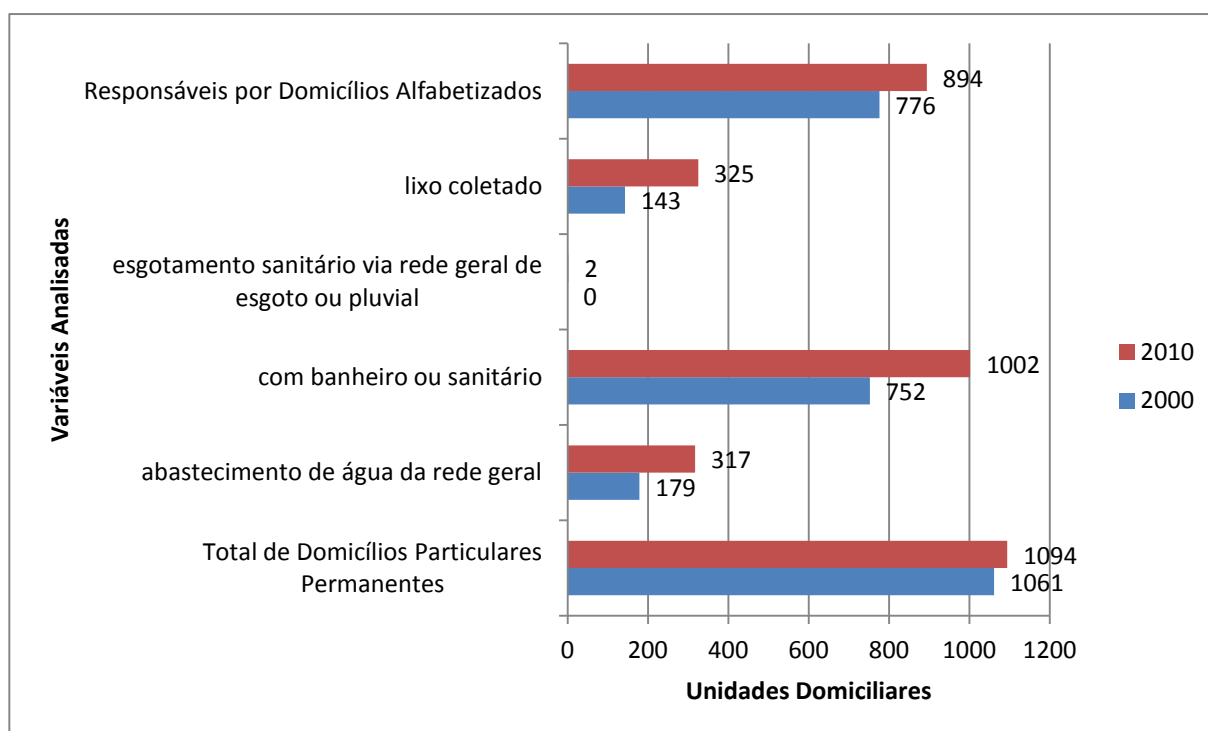


Gráfico 41– Relação entre as variáveis analisadas no Município de Porto Barreiro.

FONTE: IBGE, organizado Kogus (2015).

Em relação ao abastecimento de água da rede geral em 2000 o município tinha o equivalente à 16,87% dos domicílios atendidos, e em 2010 passou para 28,97%, acréscimo de 12,10% na variável em questão.

Referente ao indicador banheiro ou sanitário, observa-se que em 2000 a variável registrou 752 o equivalente a 70,87%, em 2010 esse índice aumentou para 91,59%, acréscimo significativo de 20,71%.

Quanto a análise da variável esgotamento sanitário via rede geral de esgoto ou pluvial, praticamente não ocorreu investimentos, em 2000 tínhamos zero domicílios atendidos, em 2010 apenas 02.

Observando os dados relacionados a variável lixo coletado é possível notar o alto acréscimo que teve o município no período de uma década, em 2000 registrou 143, equivalente a 13,47% dos domicílios atendidos pela variável e em 2010 saltou

para 29,70% um acréscimo de 16,22%, no entanto o município não tem ainda 1/3 dos resíduos sólidos recolhidos .

Referente à alfabetização os dados informam um acréscimo de 8,57% comparando os dois períodos, em 2000 registrava 73,13% dos responsáveis pelos domicílios alfabetizados, em 2010 essa porcentagem saltou para 81,71%. Apesar de de que em termos relativos o aumento não foi alto, destacamos que o município tem mais de 80% de alfabetização na variável analisada.

Através da análise do gráfico 42 abaixo, é possível afirmar que o Município de Porto Barreiro em relação a variável renda dos responsáveis por domicílios permanentes apresentou no período estudado uma evolução negativa nas faixas entre mais $\frac{1}{2}$ a entre mais de 2 até 20 salários mínimos, com destaque para a faixa entre mais de 5 a 10 salários que no ano de 2000 tinha 87 responsáveis por domicílios, equivalente à 8,19% e em 2010 registrou 33 domicílios com a referida renda, equivalente à 3,01%, decréscimo de 5,18%.

Em uma década as faixas que apresentaram maior acréscimo foram de até $\frac{1}{2}$ salários mínimos equivalente à 10,34%, seguido da faixa sem rendimento, equivalente 5,28%, mais de $\frac{1}{2}$ a 1 acréscimo de 3,02% e finalizando mais de 1 a 2 salários mínimos, no período de uma década equivalente à 1,53%.

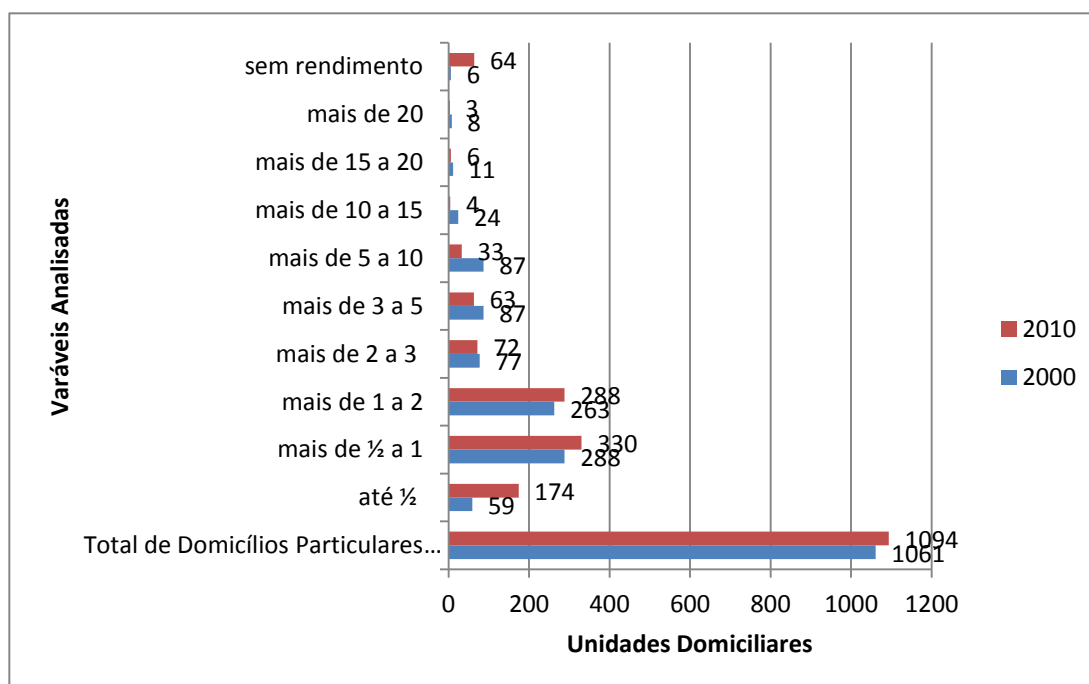


Gráfico 42 – Relação da variável rendimento no Município de Porto Barreiro.
 FONTE: IBGE, organizado Kogus (2015).

J. Município de Rio Branco do Ivaí.

Observa-se no gráfico 43 que no decorrer do período analisado o Município de Rio Branco do Ivaí apresentou um acréscimo significativo de 25,62% de domicílios em seu território, um avanço no período em questão de 245 domicílios.

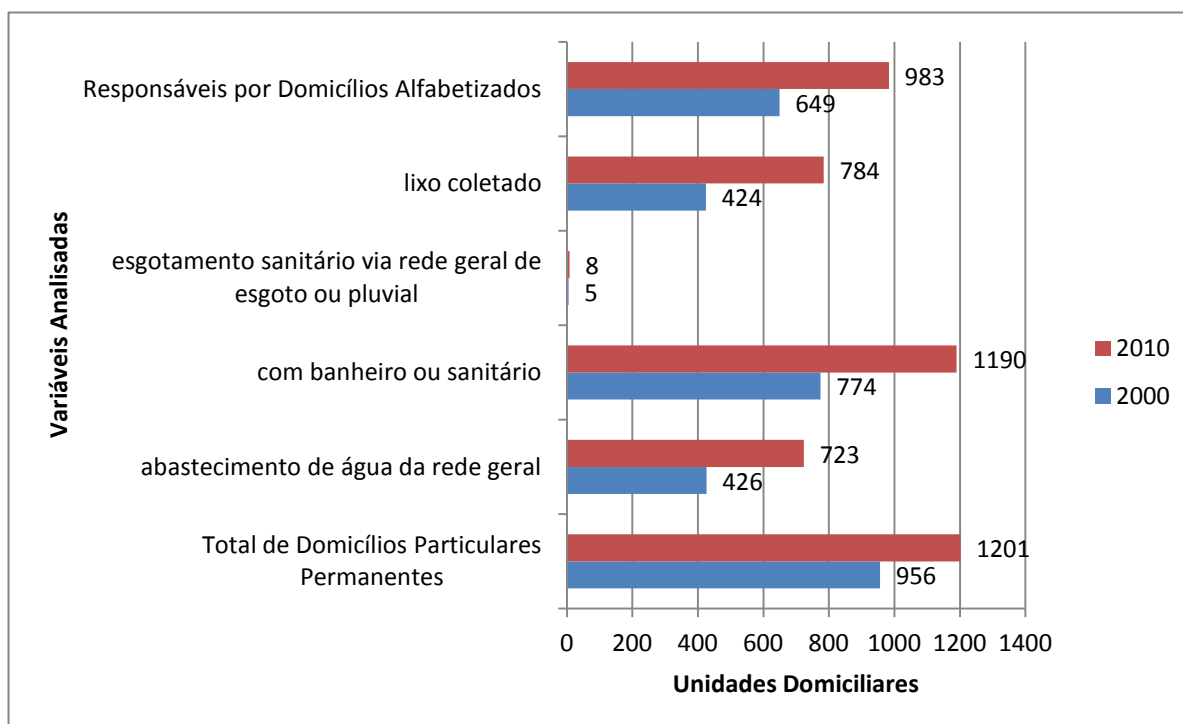


Gráfico 43 – Relação entre as variáveis analisadas no Município de Rio Branco do Ivaí.
FONTE: IBGE, organizado Kogus (2015).

Em relação ao abastecimento de água da rede geral em 2000 o município tinha 44,56% dos domicílios atendidos, e em 2010 passou para 60,19%, acréscimo de 15,63% na variável em questão.

Referente ao indicador banheiro ou sanitário, observa-se que em 2000 a variável registrou 774 o equivalente a 80,96%, em 2010 aumentou para 99,08%, acréscimo significativo de 18,12%.

Quanto a análise da variável esgotamento sanitário via rede geral de esgoto ou pluvial, praticamente não ocorreu investimentos, em 2000 tínhamos 05 domicílios atendidos, em 2010 apenas 08.

Observando os dados relacionados a variável lixo coletado é possível notar o alto acréscimo que teve o município no período de uma década, em 2000 registrou 426, equivalente a 44,35% dos domicílios atendidos pela variável e em 2010 saltou para 65,27%, um acréscimo de 20,92%, no entanto o município tem um longo caminho para atingir sua totalidade.

Referente à alfabetização os dados informam um considerável acréscimo de 13,96% comparando os dois períodos, em 2000, 67,88% dos responsáveis pelos domicílios eram alfabetizados, em 2010 essa porcentagem saltou para 81,84%.

No gráfico 44 abaixo, o Município de Rio Branco do Ivaí demonstra uma evolução positiva nos responsáveis por domicílios nas faixas que recebiam mais de até $\frac{1}{2}$ salário a até 3 salários mínimos, a representação maior está na faixa até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, que em 2000 registrou 73 para 145 em 2010, acréscimo de 4,43%. Observa-se ainda que todas as faixas acima de 3 salários mínimos tiveram diminuição significativas, a menor porcentagem registrada foi entre a faixa de mais de 3 a 5 salários mínimos que em 2000 registrou 6,79% dos responsáveis por domicílio com a referida renda e em 2010 passou para 2,74%, sendo um decréscimo de 4,05%. O que chama atenção é o aumento da faixa sem rendimento, que em 2000 eram 49 responsáveis por domicílios sem renda, ou seja, 2,33% do total dos domicílios e em 2010 saltou para 233, acréscimo de 14,27%.

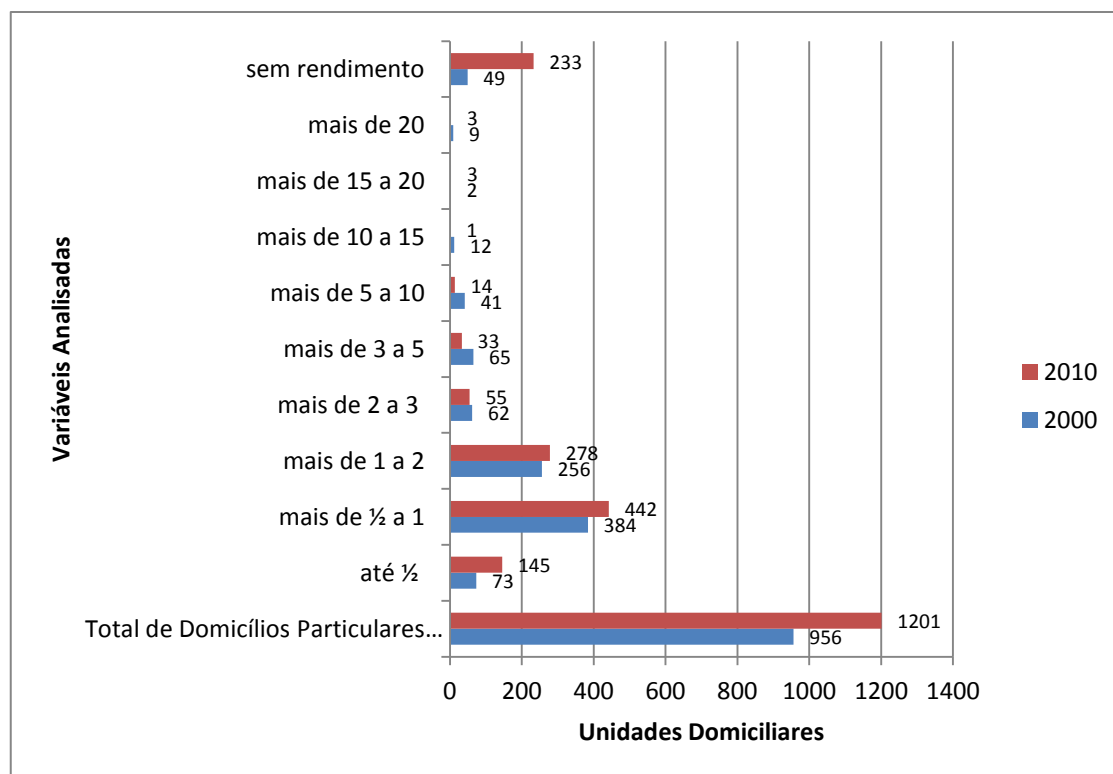


Gráfico 44 – Relação da variável rendimento no Município de Rio Branco do Ivaí.
FONTE: IBGE, organizado Kogus (2015).

Para iniciarmos a conclusão da análise da comparação entre os grupos, apresentamos o quadro resumo 12, que demonstra o percentual das médias

registradas na evolução do grupo Distritos/Comunidade bem como dos municípios recortados para realização do estudo.

	Domicílios com abastecimento de água da rede geral	Domicílios com banheiro ou sanitário	Domicílios esgotamento sanitário via rede geral de esgoto ou pluvial	Domicílios com lixo coletado	Domicílios com o Responsável Alfabetizados
Municípios criados, mas não instalados	22,34%	0,92%	0,00%	29,91%	3,50%
Municípios criados e instalados	12,93%	10,53%	0,30%	14,63%	8,95%

Quadro 12 – Comparação da taxa evolutiva das variáveis analisadas entre os censos de 2000 e 2010.

FONTE: IBGE, organizado Kogus (2015).

Quanto aos domicílios atendidos pelo abastecimento de água da rede geral, os municípios criados e instalados apresentaram uma média de acréscimo de 12,93%, enquanto que a média registrada nos distritos e a comunidade analisada foi de 22,34%.

A média evolutiva registrada na variável domicílios com banheiro ou sanitário demonstrada nos municípios criados e instalados um registro de 10,53%, muito superior se comparado ao grupo dos municípios que foram criados, mas não que apresentou 0,92%, no entanto nas análises individualizadas apresentadas referente ao grupo dos distritos e a comunidade, no ano de 2000 todas as amostras já apresentavam mais de 99% do domicílios atendidos pelo indicador.

O investimento do poder público em esgotamento sanitário via rede geral de esgoto ou pluvial é precária, em todos os distritos/comunidades, e municípios analisados não houve quase nenhum investimento, quanto à ligação em rede geral de esgoto ou pluvial, no entanto, constatou-se que em quase todos os domicílios possuem banheiro ou sanitário

Em relação à coleta de lixo, ainda é preocupante, pois tanto nos distritos quanto nos municípios não existe um programa de coleta que atenda 100% da população, embora proporcionalmente os distritos apresentem uma taxa maior de investimento na área.

A taxa evolutiva em relação aos domicílios com responsáveis alfabetizados, percebe-se claramente que o índice em relação aos municípios é maior que em relação aos distritos, porém percebe-se através das análises individualizadas, que ainda o número de responsáveis analfabetos é alto.

Apresentamos abaixo o quadro resumo 13, que demonstra as médias das taxas registradas na evolução dos Distritos/Comunidades, bem como dos municípios recortados para realização do estudo referente a análise da variável Renda por Responsável por Domicílio Permanente.

	até ½	mais de ½ a 1	mais de 1 a 2	mais de 2 a 3	mais de 3 a 5	mais de 5 a 10	mais de 10 a 15	mais de 15 a 20	mais de 20	sem rendimento
Municípios criados, mas não instalados	0,54	4,76	10,95	-0,13	-4,95	-4,88	-1,79	-0,10	-1,63	-1,66
Municípios criados e instalados	3,89	3,07	1,20	-0,87	-2,56	-2,69	-0,82	-0,27	-0,49	1,34

Quadro 13 – Comparação da taxa evolutiva da variável renda entre os censos de 2000 e 2010.
FONTE: IBGE, organizado Kogus (2015).

Em relação à renda da população inserida nos territórios estudados, foi possível constatar que pessoas concentradas nas faixas mais altas, entre 2 a mais de 20 salários mínimos, diminuíram em todos os municípios e distritos analisados, a maior perda registrada foi de -4,95% na faixa entre 3 a 5 salários mínimos nos municípios criados, mas não instalados.

Outra faixa em que também ocorreu uma diminuição, no entanto essa pode ser considerada boa, é relativa ao número de pessoas sem rendimento referente ao Responsável por Domicílio Particular Permanente que registrou uma diminuição de 1,66% nos municípios criados, mas não instalados, e a mesma variável registrou um aumento significativo no período de 1,34% para os municípios criados e instalados.

Quanto às faixas que registraram índices positivos se repetem entre os grupos analisados, entre ½ até 2 salários mínimos, o destaque é a faixa entre 1 a 2 salários mínimos quanto aos municípios criados, mas não instalados, no período de uma década a variável apresentou crescimento de 10,95%, número alto comparado aos municípios instalados que foi de 1,20%.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluindo o desenvolvimento das pesquisas a que nos propusemos desenvolver nesta dissertação, apresentamos a seguir, as conclusões finais a que chegamos, decorrentes dos estudos e análises feitas aos diversos discussões que nortearam as discussões do tema proposto.

Inicialmente foi apresentada a perspectiva da pesquisa de Gottmann com relação à divisão do território, mostrando que o conceito incorpora elementos como segurança e oportunidade, que ajuda entender o sentido da divisão territorial.

Dentro dessa perspectiva, segurança e oportunidade foram correlacionados com a iconografia e circulação e considerados como chave propulsora para o crescimento e desenvolvimento das populações que habitam o território, seja no âmbito social, econômico, político e cultural, as reflexões do autor foram utilizadas para compreender a busca da autonomia proporcionada pela criação de municípios.

O Território para Gottman é a base para alguma igualdade entre estados, não importando a variação no tamanho deles, neste estudo foi adotado como escala os municípios brasileiros, que principalmente com a promulgação da Constituição de 1988 adquirem autonomia administrativa e política, foi ainda adotado dados estatísticos para análises sobre os municípios envolvidos na pesquisa.

Para o estudo das emancipações municipais pesquisamos especificamente o Estado do Paraná mostrando a relação de território, autonomia e desenvolvimento, analisando/observando se a sua inclusão em um sistema federativo resultou em melhorias nos indicadores sociais e econômicos.

O período analisado é caracterizado pela transferência de autonomia aos municípios brasileiros através da descentralização da tomada de decisão aos Estados que, com o afrouxamento das regras para criação de novos municípios, teve como resultado uma enorme compartimentação político-administrativa de forte impacto ao território Nacional.

As considerações sobre as emancipações ocorridas no território brasileiro e principalmente no Estado do Paraná possibilitaram fazer um resgate de autores e

suas observações em relação ao tema, detectando as principais causas que levaram ao mais recente processo de emancipações no país.

A metodologia adotada foi a análise do indicador IDH-M utilizando-se da plataforma Pnud 2013 que possibilitou a análise comparativa no período compreendido entre 1991 e 2010.

Através da análise do IDH-M dos municípios emancipados após a Constituição de 1988 (grupo 01), o que chama a atenção é que os municípios que apresentaram maior evolução foram os municípios que se encontravam em 1991 com o indicador muito baixo, enquanto que as menores evoluções registradas estão nos municípios que estavam em situação melhor em relação ao índice no mesmo ano. Relacionamos que quanto pior a posição inicial, mais rápido é o seu crescimento no índice, enquanto que melhor a posição inicial do índice, mais lento é seu crescimento, pela dificuldade de agregação de melhorias a situações que já encontram-se boas.

Verificando os dados apresentados constatamos que no período analisado todos os os grupos de municípios paranaenses cresceram nos diversos parâmetros analisados, uns mais outros menos, mas todos tiveram acréscimos, e apresentaram uma tendência positiva de crescimento em todos os indicadores, os resultados, no entanto foram mais significativos para os municípios criados e instalados após a Constiuição de 1988.

Quanto ao estudo da taxa evolutiva dos municípios criados mas não instalados, comparado ao grupo de municípios criados e instalados no mesmo período averiguou-se que em praticamente todas as variáveis os municípios criados, mas não instalados, apresentaram uma taxa evolutiva maior se comparado ao grupo de municípios criados e instalados no mesmo período, exceto no item domicílios com esgotamento na rede geral ou pluvial, apesar de que os dois índices são baixos, os municípios já instalados apresentaram uma evolução maior.

Concluimos portanto que os resultados relacionados ao IDH-M, demonstram o processo emancipacionista favorável aos novos entes federados, sendo assim, a compartimentação territorial após Constituição de 1988 impactou de forma positiva no desenvolvimento socioeconômico de suas populações.

Quanto ao método de análise comparativa da taxa evolutiva das variáveis dos Censos de 2000 e 2010, concluímos que o processo não foi um fator preponderante na evolução dos distritos e comunidades envolvidas em processos emancipacionista, vale ressaltar o número pequeno de amostras utilizadas, o que pode influenciar diretamente no resultado final.

Atualmente com a instalação de mais cinco novos municípios em 1º de janeiro deste ano (2015), segundo o IBGE o Brasil possui 5.570 entes federados, e 10.282 distritos administrativos, o Estado do Paraná possui 399 municípios e 757 distritos administrativos sem levar em consideração as comunidades.

Como visto neste trabalho o tema criação de município é polêmico e provoca diversas discussões, o processo de surgimento de novos municípios é constante e inclusão significa autonomia, não por interesses econômicos ou políticos, mas pelo fato de ser de suma importância para seu desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, A. C. **O Contexto Institucional e a Relação entre Executivo e Legislativo na Criação de Municípios no Paraná, 1988 - 1996**. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006, Programa de Pós Graduação em Sociologia (Dissertação), Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes.

_____. **Poder Legislativo Estadual e Lei de Iniciativa Popular: a Criação de Municípios no Paraná**. Congresso Internacional de História, de 9 a 11 de setembro de 2009, Maringá. Disponível em www.pph.uem.br. Acesso em 15/10/2014.

BRASIL. Constituição do Império do Brasil do ano de 1824 . Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao/constituicao/>>. Acesso em: 10/10/2014

BRASIL. Constituição Brasileira do ano de 1889 . Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao/constituicao/>>. Acesso em: 10/10/2014

BRASIL. Constituição Brasileira do ano de 1934 . Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao/constituicao/>>. Acesso em: 10/10/2014

BRASIL. Constituição Brasileira do ano de 1937 . Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao/constituicao/>>. Acesso em: 10/10/2014

BRASIL. Constituição Brasileira do ano de 1946 . Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao/constituicao/>>. Acesso em: 10/10/2014

BRASIL. Constituição Brasileira do ano de 1867/69 . Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao/constituicao/>>. Acesso em: 10/10/2014.

BRASIL. Constituição Brasileira do ano de 1988 . Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao/constituicao/>>. Acesso em: 10/10/2014

BRASIL. Constituição Brasileira de 1988 - Emenda Constitucional nº 15, de 13 de abril de 1996. Altera o § 4º do art. 18 que estabelece regras gerais para os estados sobre a criação, incorporação, fusão e os desmembramentos dos municípios.
Disponível <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas>. Acesso em 10/11/2014.

CIGOLINI, A.A. **TERRITÓRIO E CRIAÇÃO DE MUNICÍPIOS NO BRASIL: Uma abordagem histórico-geográfica sobre a compartimentação do espaço**. Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, (Dissertação em Geografia). Florianópolis 1º/06/2009, Programa de Pós Graduação em Geografia, área de concentração Desenvolvimento Regional e Urbano.

_____. **TERRITÓRIO E CRIAÇÃO DE MUNICÍPIOS NO BRASIL: Uma abordagem histórico-geográfica sobre a compartimentação do espaço.** Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis 1º/06/2009, Programa de Pós Graduação em Geografia (Tese em Geografia), área de concentração Desenvolvimento Regional e Urbano.

FAJARDO, I.; DUARTE, L. **A Evolução do Conceito de Território**, publicado no periódico Social Science Information, v.14,n.e, p. 29-47, agosto de 1975. <<http://agbcampinas.com.br>> Acesso em 11/10/2014.

FAVERO, E. **Desmembramento Territorial: o Processo de Criação de Municípios – Avaliação a partir de Indicadores econômicos e Sociais.** Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. São Paulo, dezembro de 2004, obtenção de Título de Doutor, área de concentração Departamento de Engenharia Civil.

GOULART, S.; VIEIRA, M.M.F; COSTA, C.F.da; KNOPP, G da C. **Articulações em rede e acontecimentos no território: subsídios teóricos para a formação de políticas públicas para o Desenvolvimento**, Cadernos EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v.8,n.3, 2010. <<http://www.scielo.br>>. Acessado em 10/11/2014.

HAESBAERT, Rogério. **Des-caminhos e perspectivas do território.** In: RIBAS, Alexandre D.; SPOSITO, Eliseu S.; SAQUET, Marcos A. (Org.). Território e desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005.

_____. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios a multiterritorialidade.** 5ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

KNOPP, G. da C. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global.** Cad. EBAPE.BR vol.6, nº3, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em <<http://www.scielo.br>>, acesso em 10/10/2014.

MEIRELLES, H. L. **Direito municipal brasileiro.** 6. ed. atual. São Paulo: Malheiros, 1993. 602 p.

MUSCARÁ, L. **A Heurística de Jean Gottmann: Um dispositivo psicossomático.** In: **Territórios e territorialidade: teorias processo e conflitos.** Organizado por Marcus Aurélio Saquet & Eliseu Savério Spósito. 1ª ed. São Paulo. Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-graduação em Geografia, 2009, p3 7-56.

_____, **Bibliografia completa di Jean Gottmann, Cybergeog : European Journal of Geography** [En ligne], Epistémologie, Histoire de la Géographie, Didactique, document 64, mis en ligne le 27 novembre 1998, <<http://cybergeog.revues.org/1849>>. Acessado em 10/06/2014.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SOUZA, M. L. de, **ABC do desenvolvimento urbano**. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **O território: sobre espaço e poder e desenvolvimento**. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato.(org). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **Mudar a cidade: Uma crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002

TOMIO, F. R. de L, **Federalismo, municípios e decisões legislativas: a criação de municípios no Rio Grande do Sul**. *Revista de Sociologia e Política*, nº 24 , Curitiba, junho 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 05/11/2014.

_____. **Instituições, Processo Decisório e Relações entre Executivo e Legislativo Estadual: Estudo Comparativo sobre a Criação de Municípios no RS, SC, SP, BA e PE após a Constituição de 1988**. XXVI – Encontro Anual de Anpocs. 22 a 26 de outubro, 2002, Caxambú – Minas Gerais. Disponível em portal.anpocs.org. Acesso em 10/10/2014.

Anexos

Anexo 01 – Quadro dos municípios criados e instalados antes da Constituição de 1988.

Municípios	Média IDH-M			Renda			Longevidade			Educação			Classificação PR		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Abatiá	0,423	0,553	0,687	0,545	0,575	0,676	0,718	0,744	0,804	0,193	0,396	0,596	234	315	277
Adrianópolis	0,4	0,542	0,667	0,528	0,539	0,644	0,661	0,748	0,817	0,183	0,396	0,563	283	328	331
Agudos do Sul	0,351	0,513	0,66	0,533	0,584	0,671	0,645	0,704	0,79	0,126	0,329	0,543	347	365	343
Almirante Tamandaré	0,437	0,583	0,699	0,58	0,629	0,706	0,704	0,773	0,84	0,204	0,407	0,575	200	244	239
Altamira do Paraná	0,333	0,496	0,667	0,485	0,558	0,667	0,631	0,709	0,78	0,121	0,308	0,571	358	376	331
Alto Paraíso	0,383	0,53	0,678	0,514	0,57	0,677	0,652	0,748	0,829	0,168	0,35	0,556	312	342	308
Alto Paraná	0,467	0,607	0,696	0,564	0,625	0,679	0,725	0,752	0,846	0,249	0,475	0,587	127	166	249
Alto Piquiri	0,401	0,587	0,676	0,524	0,653	0,669	0,652	0,747	0,798	0,189	0,415	0,578	280	226	312
Altônia	0,468	0,61	0,721	0,541	0,615	0,69	0,69	0,753	0,848	0,274	0,49	0,641	122	154	121
Alvorada do Sul	0,504	0,646	0,708	0,583	0,636	0,695	0,739	0,757	0,826	0,297	0,561	0,617	61	63	189
Amaporã	0,407	0,592	0,669	0,5	0,61	0,644	0,663	0,7	0,785	0,204	0,486	0,591	267	215	325
Ampére	0,419	0,615	0,709	0,524	0,654	0,699	0,69	0,769	0,824	0,203	0,462	0,62	247	140	184
Andirá	0,504	0,644	0,725	0,578	0,654	0,69	0,666	0,741	0,838	0,332	0,55	0,66	61	70	98
Antonina	0,438	0,582	0,687	0,563	0,625	0,686	0,702	0,8	0,838	0,213	0,395	0,564	198	246	277
Antônio Olinto	0,317	0,495	0,656	0,473	0,538	0,626	0,661	0,739	0,825	0,102	0,305	0,547	375	377	348
Apucarana	0,535	0,669	0,748	0,628	0,685	0,741	0,713	0,803	0,845	0,342	0,545	0,668	23	27	33
Arapongas	0,551	0,669	0,748	0,652	0,693	0,751	0,702	0,773	0,834	0,366	0,558	0,669	12	27	33
Arapoti	0,465	0,631	0,723	0,641	0,709	0,715	0,678	0,743	0,823	0,231	0,478	0,643	131	102	108
Araruna	0,439	0,602	0,704	0,529	0,616	0,685	0,636	0,717	0,785	0,252	0,493	0,648	192	181	212
Araucária	0,484	0,628	0,74	0,617	0,661	0,743	0,722	0,803	0,852	0,254	0,467	0,639	93	114	54
Assaí	0,522	0,618	0,728	0,628	0,626	0,724	0,693	0,753	0,833	0,326	0,501	0,641	33	132	89
Assis Chateaubriand	0,505	0,678	0,729	0,604	0,715	0,713	0,708	0,803	0,857	0,301	0,544	0,633	59	20	87

Astorga	0,515	0,639	0,747	0,618	0,675	0,754	0,684	0,741	0,818	0,323	0,522	0,675	44	80	37
Atalaia	0,47	0,651	0,736	0,575	0,649	0,707	0,704	0,8	0,854	0,257	0,531	0,66	118	53	67
Balsa Nova	0,457	0,605	0,696	0,573	0,629	0,707	0,717	0,761	0,823	0,233	0,463	0,579	148	171	249
Bandeirantes	0,484	0,641	0,727	0,597	0,649	0,714	0,661	0,726	0,819	0,288	0,56	0,658	93	77	92
Barbosa Ferraz	0,432	0,58	0,696	0,521	0,591	0,667	0,677	0,736	0,808	0,229	0,449	0,625	213	253	249
Barra do Jacaré	0,474	0,663	0,744	0,575	0,63	0,678	0,718	0,733	0,813	0,258	0,631	0,747	111	36	45
Barracão	0,469	0,613	0,706	0,624	0,651	0,716	0,693	0,755	0,833	0,238	0,469	0,59	121	145	199
Bela Vista do Paraíso	0,482	0,641	0,716	0,612	0,67	0,721	0,73	0,789	0,844	0,25	0,498	0,604	101	77	152
Bituruna	0,392	0,533	0,667	0,522	0,599	0,645	0,661	0,739	0,829	0,175	0,342	0,556	301	337	331
Boa Esperança	0,462	0,615	0,72	0,601	0,597	0,687	0,638	0,721	0,808	0,257	0,54	0,673	138	140	127
Boa Vista da Aparecida	0,334	0,559	0,67	0,455	0,612	0,668	0,643	0,706	0,801	0,127	0,405	0,563	356	305	323
Bocaiúva do Sul	0,376	0,523	0,64	0,548	0,618	0,679	0,681	0,723	0,816	0,143	0,321	0,473	322	354	369
Bom Sucesso	0,378	0,573	0,686	0,555	0,61	0,692	0,668	0,749	0,82	0,146	0,411	0,57	320	277	285
Borrazópolis	0,421	0,595	0,717	0,569	0,588	0,695	0,696	0,769	0,838	0,188	0,465	0,633	242	206	144
Braganey	0,401	0,537	0,701	0,518	0,543	0,689	0,686	0,707	0,797	0,181	0,403	0,627	280	333	227
Cafeara	0,435	0,586	0,693	0,528	0,59	0,683	0,648	0,743	0,811	0,24	0,458	0,602	206	229	263
Cafelândia	0,516	0,666	0,748	0,69	0,669	0,723	0,725	0,742	0,835	0,275	0,596	0,692	41	33	33
Califórnia	0,468	0,611	0,722	0,559	0,631	0,718	0,666	0,724	0,821	0,275	0,499	0,638	122	151	115
Cambará	0,55	0,645	0,721	0,659	0,658	0,711	0,716	0,755	0,818	0,352	0,539	0,645	14	68	121
Cambé	0,497	0,661	0,734	0,607	0,673	0,724	0,704	0,798	0,84	0,287	0,538	0,651	69	40	71
Cambira	0,476	0,633	0,725	0,56	0,634	0,702	0,723	0,8	0,835	0,267	0,499	0,651	109	95	98
Campina da Lagoa	0,433	0,598	0,704	0,528	0,619	0,677	0,652	0,748	0,829	0,236	0,462	0,623	209	195	212
Campina Grande do Sul	0,433	0,597	0,718	0,604	0,639	0,712	0,709	0,804	0,86	0,19	0,415	0,605	209	198	136
Campo Bonito	0,371	0,512	0,681	0,511	0,548	0,69	0,658	0,718	0,813	0,152	0,341	0,562	327	366	295
Campo do Tenente	0,383	0,55	0,686	0,508	0,574	0,661	0,654	0,737	0,806	0,169	0,393	0,606	312	316	285
Campo Largo	0,486	0,639	0,745	0,615	0,674	0,73	0,709	0,8	0,854	0,263	0,483	0,664	86	80	43
Campo Mourão	0,524	0,675	0,757	0,637	0,682	0,749	0,708	0,776	0,841	0,319	0,582	0,689	30	24	25
Cândido de Abreu	0,287	0,46	0,629	0,453	0,533	0,643	0,662	0,702	0,783	0,079	0,26	0,494	385	391	383

Candói	0,309	0,509	0,635	0,524	0,61	0,655	0,61	0,685	0,778	0,092	0,315	0,503	379	368	378
Cantagalo	0,334	0,516	0,635	0,514	0,582	0,638	0,615	0,684	0,768	0,118	0,346	0,522	356	361	378
Capanema	0,488	0,607	0,706	0,555	0,651	0,719	0,721	0,737	0,801	0,29	0,467	0,611	83	166	199
Capitão Leônidas Marques	0,415	0,626	0,716	0,53	0,664	0,712	0,7	0,737	0,829	0,192	0,502	0,623	253	117	152
Carlópolis	0,463	0,59	0,713	0,546	0,632	0,696	0,69	0,767	0,832	0,263	0,423	0,625	136	222	167
Cascavel	0,544	0,692	0,782	0,671	0,718	0,776	0,726	0,803	0,846	0,33	0,574	0,728	18	12	4
Castro	0,456	0,613	0,703	0,619	0,651	0,704	0,666	0,743	0,823	0,23	0,477	0,6	153	145	220
Catanduvas	0,421	0,569	0,678	0,564	0,619	0,677	0,661	0,703	0,805	0,2	0,424	0,573	242	286	308
Centenário do Sul	0,444	0,603	0,668	0,586	0,604	0,686	0,674	0,762	0,791	0,222	0,476	0,549	182	177	328
Cerro Azul	0,297	0,45	0,573	0,482	0,55	0,604	0,661	0,748	0,797	0,082	0,222	0,391	383	392	398
Céu Azul	0,478	0,644	0,732	0,603	0,671	0,732	0,678	0,752	0,812	0,267	0,53	0,659	106	70	76
Chopinzinho	0,424	0,623	0,74	0,532	0,645	0,74	0,704	0,782	0,817	0,203	0,48	0,671	231	122	54
Cianorte	0,505	0,639	0,755	0,626	0,698	0,747	0,72	0,773	0,841	0,285	0,483	0,685	59	80	26
Cidade Gaúcha	0,455	0,608	0,718	0,573	0,643	0,712	0,666	0,718	0,805	0,247	0,486	0,645	156	161	136
Clevelândia	0,432	0,55	0,694	0,553	0,623	0,718	0,651	0,725	0,813	0,224	0,369	0,573	213	316	260
Colombo	0,474	0,63	0,733	0,607	0,657	0,715	0,736	0,822	0,87	0,239	0,464	0,632	111	108	73
Colorado	0,504	0,649	0,73	0,616	0,683	0,747	0,704	0,767	0,804	0,296	0,522	0,649	61	55	83
Congonhinhas	0,397	0,534	0,668	0,484	0,57	0,655	0,686	0,707	0,809	0,188	0,378	0,562	290	336	328
Conselheiro Mairinck	0,422	0,588	0,707	0,525	0,675	0,675	0,625	0,722	0,806	0,229	0,418	0,65	238	225	194
Contenda	0,433	0,601	0,681	0,587	0,633	0,697	0,671	0,768	0,816	0,206	0,447	0,555	209	183	295
Corbélia	0,497	0,625	0,738	0,579	0,654	0,728	0,725	0,739	0,807	0,292	0,506	0,683	69	120	62
Cornélio Procópio	0,554	0,689	0,759	0,638	0,7	0,746	0,708	0,776	0,848	0,376	0,603	0,692	9	15	20
Coronel Vivida	0,463	0,607	0,723	0,574	0,621	0,714	0,73	0,739	0,81	0,237	0,487	0,653	136	166	108
Corumbataí do Sul	0,304	0,507	0,638	0,437	0,512	0,632	0,611	0,694	0,79	0,105	0,366	0,52	381	370	373
Cruz Machado	0,328	0,492	0,664	0,504	0,57	0,635	0,652	0,748	0,845	0,107	0,28	0,545	364	378	338
Cruzeiro do Iguaçu	0,381	0,562	0,709	0,5	0,573	0,703	0,702	0,736	0,792	0,158	0,42	0,641	315	301	184
Cruzeiro do Oeste	0,455	0,623	0,717	0,573	0,648	0,698	0,652	0,732	0,825	0,252	0,509	0,64	156	122	144
Curitiba	0,64	0,75	0,823	0,755	0,809	0,85	0,728	0,796	0,855	0,476	0,655	0,768	1	1	1

Curiúva	0,332	0,482	0,656	0,492	0,559	0,649	0,661	0,738	0,795	0,113	0,271	0,546	360	385	348
Diamante do Norte	0,456	0,613	0,723	0,569	0,631	0,699	0,641	0,73	0,824	0,26	0,5	0,657	153	145	108
Dois Vizinhos	0,443	0,658	0,767	0,581	0,671	0,747	0,693	0,787	0,85	0,216	0,54	0,711	185	45	11
Douradina	0,452	0,591	0,724	0,557	0,645	0,721	0,702	0,725	0,818	0,236	0,441	0,644	162	219	105
Doutor Camargo	0,514	0,648	0,746	0,559	0,647	0,704	0,72	0,757	0,839	0,337	0,555	0,702	47	58	40
Enéas Marques	0,416	0,634	0,752	0,579	0,68	0,767	0,719	0,794	0,835	0,173	0,471	0,664	251	92	27
Engenheiro Beltrão	0,489	0,65	0,73	0,571	0,672	0,701	0,709	0,731	0,82	0,289	0,559	0,677	81	54	83
Faxinal	0,454	0,59	0,687	0,59	0,652	0,697	0,654	0,718	0,796	0,242	0,439	0,584	159	222	277
Fênix	0,448	0,601	0,716	0,522	0,599	0,669	0,69	0,751	0,825	0,249	0,483	0,665	176	183	152
Figueira	0,428	0,555	0,677	0,564	0,606	0,68	0,625	0,706	0,801	0,223	0,399	0,569	224	311	310
Floraí	0,523	0,67	0,745	0,592	0,656	0,739	0,723	0,816	0,853	0,335	0,562	0,656	31	26	43
Floresta	0,53	0,657	0,736	0,644	0,655	0,707	0,719	0,736	0,816	0,321	0,587	0,691	27	48	67
Florestópolis	0,416	0,571	0,701	0,573	0,595	0,682	0,651	0,739	0,807	0,193	0,424	0,625	251	281	227
Flórida	0,544	0,649	0,732	0,605	0,636	0,707	0,697	0,743	0,816	0,381	0,579	0,679	18	55	76
Formosa do Oeste	0,491	0,603	0,723	0,6	0,615	0,692	0,709	0,768	0,836	0,278	0,464	0,652	78	177	108
Foz do Iguaçu	0,532	0,663	0,751	0,685	0,706	0,748	0,736	0,816	0,858	0,298	0,507	0,661	24	36	29
Francisco Alves	0,445	0,576	0,669	0,532	0,579	0,669	0,713	0,722	0,786	0,232	0,457	0,57	179	264	325
Francisco Beltrão	0,514	0,683	0,774	0,618	0,696	0,758	0,736	0,796	0,844	0,299	0,576	0,726	47	16	7
General Carneiro	0,381	0,532	0,652	0,571	0,607	0,638	0,627	0,713	0,816	0,154	0,348	0,532	315	338	356
Goioerê	0,47	0,61	0,731	0,626	0,648	0,72	0,696	0,769	0,85	0,239	0,455	0,639	118	154	78
Grandes Rios	0,386	0,528	0,658	0,553	0,571	0,649	0,689	0,736	0,799	0,151	0,35	0,55	311	346	346
Guaíra	0,48	0,643	0,724	0,613	0,665	0,739	0,707	0,769	0,836	0,255	0,521	0,615	103	74	105
Guairaçá	0,432	0,593	0,693	0,543	0,596	0,698	0,663	0,741	0,829	0,224	0,471	0,574	213	212	263
Guapirama	0,452	0,57	0,702	0,533	0,597	0,666	0,722	0,766	0,805	0,24	0,405	0,645	162	284	224
Guaporema	0,438	0,563	0,719	0,51	0,59	0,686	0,696	0,706	0,808	0,237	0,429	0,671	198	297	133
Guaraci	0,449	0,603	0,698	0,604	0,628	0,693	0,696	0,743	0,821	0,216	0,47	0,598	174	177	243
Guaraniaçu	0,398	0,575	0,677	0,518	0,636	0,698	0,671	0,765	0,841	0,181	0,39	0,528	287	268	310
Guarapuava	0,473	0,632	0,731	0,626	0,689	0,73	0,725	0,816	0,853	0,233	0,45	0,628	113	98	78

Guaraqueçaba	0,323	0,43	0,587	0,487	0,522	0,587	0,611	0,693	0,792	0,113	0,22	0,434	370	396	396
Guaratuba	0,446	0,613	0,717	0,617	0,68	0,737	0,693	0,765	0,828	0,207	0,442	0,604	177	145	144
Ibaiti	0,437	0,548	0,71	0,576	0,608	0,738	0,654	0,725	0,813	0,222	0,374	0,596	200	318	175
Ibiporã	0,513	0,64	0,726	0,614	0,68	0,72	0,728	0,737	0,821	0,302	0,522	0,647	51	79	94
Icaraíma	0,429	0,61	0,666	0,524	0,63	0,673	0,652	0,753	0,792	0,231	0,478	0,554	221	154	334
Iguaraçu	0,514	0,659	0,758	0,563	0,645	0,714	0,688	0,765	0,833	0,351	0,579	0,732	47	42	21
Imbituva	0,395	0,54	0,66	0,583	0,617	0,681	0,678	0,753	0,828	0,156	0,339	0,509	295	330	343
Inácio Martins	0,326	0,491	0,6	0,463	0,582	0,623	0,646	0,669	0,765	0,116	0,304	0,454	368	379	394
Inajá	0,411	0,554	0,705	0,54	0,596	0,676	0,713	0,751	0,807	0,18	0,379	0,641	259	312	207
Indianópolis	0,457	0,629	0,724	0,524	0,617	0,707	0,696	0,752	0,835	0,262	0,536	0,642	148	109	105
Ipiranga	0,335	0,519	0,652	0,505	0,601	0,684	0,69	0,748	0,828	0,108	0,311	0,489	355	358	356
Iporã	0,422	0,601	0,706	0,56	0,61	0,696	0,699	0,758	0,829	0,192	0,47	0,611	238	183	199
Irati	0,459	0,617	0,726	0,573	0,636	0,715	0,652	0,748	0,835	0,259	0,494	0,64	144	134	94
Iretama	0,399	0,543	0,665	0,5	0,595	0,696	0,643	0,707	0,811	0,197	0,38	0,521	285	326	337
Itaguaí	0,44	0,596	0,707	0,554	0,654	0,672	0,63	0,712	0,791	0,244	0,454	0,664	190	203	194
Itaipulândia	0,454	0,633	0,738	0,583	0,656	0,779	0,713	0,765	0,848	0,225	0,505	0,608	159	95	62
Itambaracá	0,485	0,6	0,694	0,57	0,589	0,664	0,686	0,706	0,789	0,292	0,52	0,639	88	189	260
Itambé	0,516	0,658	0,746	0,583	0,657	0,691	0,72	0,803	0,854	0,327	0,539	0,703	41	45	40
Itapejara D'Oeste	0,466	0,608	0,731	0,548	0,636	0,713	0,704	0,748	0,828	0,263	0,472	0,661	129	161	78
Itaúna do Sul	0,413	0,567	0,656	0,519	0,566	0,651	0,688	0,732	0,798	0,197	0,44	0,543	257	291	348
Ivaí	0,366	0,536	0,651	0,501	0,574	0,654	0,608	0,689	0,791	0,161	0,389	0,534	331	334	359
Ivaiporã	0,486	0,623	0,73	0,578	0,644	0,711	0,725	0,774	0,827	0,274	0,485	0,661	86	122	83
Ivatuba	0,575	0,7	0,766	0,7	0,685	0,718	0,678	0,765	0,837	0,4	0,655	0,748	4	10	12
Jaboti	0,422	0,587	0,718	0,479	0,611	0,699	0,69	0,766	0,827	0,228	0,432	0,64	238	226	136
Jacarezinho	0,52	0,644	0,743	0,625	0,686	0,734	0,736	0,759	0,844	0,306	0,512	0,663	36	70	48
Jaguapitã	0,468	0,632	0,715	0,603	0,638	0,714	0,704	0,775	0,834	0,241	0,511	0,615	122	98	160
Jaguariaíva	0,457	0,617	0,743	0,623	0,64	0,698	0,715	0,804	0,859	0,214	0,456	0,684	148	134	48
Jandaia do Sul	0,551	0,66	0,747	0,628	0,683	0,741	0,713	0,753	0,801	0,374	0,558	0,703	12	41	37

Janiópolis	0,439	0,578	0,696	0,591	0,571	0,688	0,69	0,761	0,826	0,208	0,444	0,593	192	258	249
Japira	0,394	0,579	0,696	0,491	0,619	0,675	0,69	0,761	0,827	0,18	0,411	0,603	297	256	249
Japurá	0,489	0,627	0,712	0,545	0,644	0,698	0,696	0,748	0,829	0,308	0,511	0,623	81	116	173
Jardim Alegre	0,406	0,563	0,689	0,524	0,6	0,696	0,67	0,736	0,827	0,19	0,404	0,569	269	297	270
Jardim Olinda	0,496	0,576	0,682	0,525	0,588	0,669	0,713	0,75	0,791	0,326	0,434	0,6	71	264	292
Jataizinho	0,457	0,611	0,687	0,638	0,616	0,669	0,69	0,767	0,845	0,217	0,483	0,574	148	151	277
Jesuítas	0,46	0,626	0,705	0,539	0,646	0,68	0,713	0,797	0,839	0,254	0,477	0,615	143	117	207
Joaquim Távora	0,471	0,62	0,7	0,567	0,63	0,699	0,674	0,766	0,801	0,274	0,495	0,613	116	129	232
Jundiá do Sul	0,428	0,597	0,688	0,552	0,672	0,66	0,69	0,712	0,817	0,206	0,444	0,605	224	198	272
Juranda	0,429	0,594	0,708	0,599	0,618	0,678	0,676	0,753	0,818	0,195	0,45	0,639	221	208	189
Jussara	0,517	0,637	0,718	0,586	0,622	0,716	0,697	0,783	0,835	0,338	0,53	0,619	40	88	136
Kaloré	0,493	0,629	0,721	0,582	0,597	0,673	0,713	0,794	0,848	0,288	0,525	0,657	74	109	121
Lapa	0,45	0,614	0,706	0,573	0,655	0,696	0,696	0,769	0,848	0,228	0,459	0,595	170	143	199
Laranjeiras do Sul	0,464	0,598	0,706	0,62	0,647	0,709	0,654	0,737	0,835	0,246	0,449	0,594	133	195	199
Leópolis	0,496	0,632	0,707	0,558	0,62	0,657	0,718	0,744	0,812	0,304	0,547	0,663	71	98	194
Loanda	0,493	0,631	0,725	0,617	0,645	0,724	0,698	0,773	0,815	0,278	0,503	0,645	74	102	98
Lobato	0,531	0,69	0,744	0,641	0,676	0,708	0,75	0,768	0,841	0,311	0,632	0,692	25	14	45
Londrina	0,588	0,716	0,778	0,706	0,753	0,789	0,725	0,796	0,837	0,398	0,612	0,712	3	5	6
Luiziana	0,346	0,53	0,668	0,534	0,581	0,659	0,667	0,694	0,781	0,116	0,37	0,58	350	342	328
Lunardelli	0,396	0,565	0,69	0,505	0,578	0,655	0,69	0,761	0,826	0,178	0,411	0,607	294	294	269
Lupionópolis	0,432	0,615	0,71	0,536	0,646	0,703	0,708	0,803	0,856	0,213	0,448	0,595	213	140	175
Mallet	0,424	0,575	0,708	0,547	0,63	0,681	0,702	0,742	0,809	0,199	0,406	0,645	231	268	189
Mamborê	0,435	0,604	0,719	0,615	0,608	0,698	0,654	0,725	0,821	0,205	0,499	0,649	206	175	133
Mandaguaçu	0,457	0,632	0,718	0,607	0,653	0,717	0,672	0,743	0,825	0,234	0,52	0,625	148	98	136
Mandaguari	0,527	0,665	0,751	0,616	0,655	0,732	0,704	0,799	0,84	0,337	0,563	0,689	28	34	29
Mandirituba	0,406	0,568	0,655	0,557	0,65	0,677	0,717	0,765	0,807	0,167	0,368	0,515	269	287	351
Mangueirinha	0,367	0,575	0,688	0,506	0,63	0,695	0,69	0,753	0,811	0,142	0,401	0,579	330	268	272
Manoel Ribas	0,437	0,585	0,716	0,554	0,595	0,725	0,699	0,736	0,806	0,216	0,457	0,628	200	233	152

Marechal Cândido Rondon	0,569	0,705	0,774	0,634	0,711	0,782	0,739	0,804	0,842	0,393	0,612	0,704	5	7	7
Maria Helena	0,391	0,58	0,703	0,511	0,557	0,68	0,674	0,761	0,842	0,174	0,461	0,607	305	253	220
Marialva	0,519	0,647	0,735	0,643	0,694	0,733	0,666	0,745	0,814	0,327	0,525	0,666	39	59	69
Marilândia do Sul	0,418	0,59	0,691	0,514	0,628	0,664	0,728	0,76	0,831	0,195	0,431	0,599	248	222	268
Marilena	0,414	0,575	0,681	0,515	0,603	0,651	0,691	0,783	0,828	0,2	0,403	0,585	255	268	295
Mariluz	0,405	0,528	0,639	0,55	0,586	0,653	0,617	0,698	0,794	0,196	0,36	0,504	272	346	371
Maringá	0,608	0,74	0,808	0,703	0,762	0,806	0,725	0,803	0,852	0,441	0,663	0,768	2	2	2
Mariópolis	0,451	0,646	0,698	0,535	0,664	0,717	0,704	0,768	0,804	0,243	0,529	0,591	167	63	243
Marmeleiro	0,388	0,594	0,722	0,551	0,624	0,73	0,713	0,741	0,842	0,149	0,453	0,613	310	208	115
Marumbi	0,467	0,604	0,721	0,561	0,61	0,705	0,644	0,732	0,826	0,281	0,494	0,643	127	175	121
Matelândia	0,483	0,646	0,725	0,587	0,654	0,715	0,654	0,748	0,831	0,293	0,551	0,642	99	63	98
Matinhos	0,522	0,635	0,743	0,651	0,685	0,743	0,723	0,796	0,834	0,303	0,469	0,662	33	90	48
Medianeira	0,545	0,665	0,763	0,636	0,679	0,762	0,736	0,804	0,849	0,345	0,538	0,686	17	34	13
Mirador	0,415	0,567	0,68	0,512	0,588	0,656	0,674	0,77	0,8	0,207	0,403	0,599	253	291	303
Miraselva	0,513	0,659	0,748	0,565	0,641	0,694	0,729	0,816	0,854	0,328	0,548	0,707	51	42	33
Missal	0,487	0,658	0,711	0,608	0,658	0,714	0,713	0,786	0,828	0,267	0,55	0,608	84	45	174
Moreira Sales	0,412	0,567	0,675	0,54	0,606	0,673	0,653	0,706	0,802	0,198	0,426	0,57	258	291	316
Morretes	0,45	0,573	0,686	0,586	0,644	0,71	0,693	0,765	0,837	0,224	0,381	0,544	170	277	285
Munhoz de Melo	0,454	0,646	0,726	0,536	0,645	0,704	0,704	0,794	0,856	0,248	0,527	0,634	159	63	94
Nossa Senhora das Graças	0,465	0,612	0,709	0,562	0,581	0,679	0,689	0,766	0,832	0,259	0,515	0,631	131	149	184
Nova Aliança do Ivaí	0,445	0,656	0,717	0,511	0,616	0,673	0,702	0,74	0,794	0,245	0,618	0,691	179	50	144
Nova América da Colina	0,394	0,563	0,698	0,508	0,592	0,655	0,62	0,706	0,809	0,194	0,428	0,643	297	297	243
Nova Aurora	0,479	0,649	0,733	0,566	0,669	0,726	0,725	0,743	0,844	0,267	0,55	0,642	105	55	73
Nova Cantu	0,369	0,528	0,658	0,55	0,595	0,646	0,636	0,698	0,792	0,144	0,355	0,558	329	346	346
Nova Esperança	0,512	0,631	0,722	0,622	0,664	0,723	0,704	0,769	0,829	0,306	0,491	0,628	53	102	115
Nova Fátima	0,459	0,626	0,688	0,614	0,656	0,681	0,69	0,765	0,819	0,228	0,489	0,584	144	117	272
Nova Londrina	0,498	0,681	0,758	0,62	0,672	0,735	0,715	0,803	0,856	0,278	0,585	0,691	68	18	21
Nova Olímpia	0,484	0,611	0,71	0,577	0,62	0,699	0,726	0,754	0,813	0,271	0,489	0,631	93	151	175

Nova Prata do Iguaçu	0,399	0,591	0,716	0,544	0,621	0,711	0,703	0,763	0,798	0,166	0,436	0,646	285	219	152
Nova Santa Rosa	0,511	0,669	0,731	0,601	0,66	0,732	0,702	0,782	0,809	0,317	0,581	0,66	55	27	78
Ortigueira	0,288	0,472	0,609	0,486	0,542	0,632	0,652	0,748	0,811	0,075	0,259	0,441	384	389	391
Ourizona	0,52	0,617	0,72	0,631	0,637	0,721	0,72	0,739	0,803	0,309	0,498	0,644	36	134	127
Paiçandu	0,405	0,597	0,716	0,558	0,613	0,697	0,666	0,745	0,833	0,179	0,467	0,632	272	198	152
Palmas	0,451	0,568	0,66	0,611	0,661	0,687	0,651	0,736	0,827	0,23	0,376	0,505	167	287	343
Palmeira	0,484	0,629	0,718	0,603	0,678	0,725	0,671	0,736	0,826	0,28	0,499	0,618	93	109	136
Palmital	0,316	0,509	0,639	0,476	0,574	0,647	0,609	0,709	0,791	0,109	0,324	0,511	376	368	371
Palotina	0,56	0,704	0,768	0,649	0,72	0,76	0,723	0,818	0,864	0,374	0,593	0,689	6	8	9
Paraíso do Norte	0,464	0,634	0,746	0,596	0,663	0,752	0,665	0,757	0,825	0,252	0,508	0,668	133	92	40
Paranacity	0,485	0,629	0,717	0,576	0,643	0,689	0,719	0,765	0,839	0,276	0,507	0,638	88	109	144
Paranaguá	0,512	0,645	0,75	0,647	0,695	0,733	0,713	0,803	0,852	0,291	0,481	0,676	53	68	32
Paranapoema	0,432	0,612	0,709	0,51	0,575	0,68	0,69	0,767	0,834	0,229	0,519	0,629	213	149	184
Paranavaí	0,558	0,692	0,763	0,648	0,698	0,75	0,726	0,803	0,844	0,37	0,59	0,703	8	12	13
Pato Branco	0,56	0,717	0,782	0,667	0,727	0,778	0,715	0,803	0,845	0,369	0,631	0,728	6	4	4
Paula Freitas	0,439	0,592	0,717	0,494	0,608	0,699	0,713	0,786	0,847	0,24	0,435	0,622	192	215	144
Paulo Frontin	0,397	0,545	0,708	0,585	0,605	0,688	0,668	0,702	0,806	0,16	0,382	0,639	290	321	189
Peabiru	0,456	0,616	0,723	0,564	0,626	0,727	0,646	0,741	0,826	0,26	0,504	0,629	153	139	108
Pérola	0,48	0,617	0,7	0,581	0,649	0,704	0,713	0,754	0,804	0,267	0,479	0,607	103	134	232
Pérola D'Oeste	0,462	0,603	0,726	0,581	0,593	0,697	0,72	0,77	0,809	0,235	0,479	0,679	138	177	94
Piên	0,376	0,578	0,694	0,542	0,646	0,677	0,66	0,731	0,802	0,149	0,409	0,616	322	258	260
Pinhalão	0,444	0,578	0,697	0,528	0,617	0,679	0,648	0,737	0,828	0,255	0,425	0,601	182	258	246
Pinhão	0,36	0,526	0,654	0,503	0,587	0,649	0,618	0,712	0,806	0,15	0,348	0,534	336	350	354
Piraí do Sul	0,45	0,592	0,708	0,572	0,633	0,702	0,654	0,738	0,816	0,243	0,444	0,619	170	215	189
Piraquara	0,478	0,581	0,7	0,622	0,639	0,689	0,736	0,822	0,869	0,239	0,374	0,574	106	251	232
Pitanga	0,381	0,575	0,702	0,571	0,612	0,696	0,668	0,751	0,802	0,145	0,414	0,621	315	268	224
Planaltina do Paraná	0,466	0,601	0,705	0,582	0,608	0,682	0,672	0,753	0,795	0,259	0,474	0,646	129	183	207
Planalto	0,424	0,586	0,706	0,51	0,611	0,704	0,703	0,733	0,786	0,213	0,45	0,636	231	229	199

Ponta Grossa	0,548	0,676	0,763	0,649	0,701	0,755	0,708	0,803	0,837	0,359	0,548	0,703	16	23	13
Porecatu	0,515	0,647	0,738	0,605	0,681	0,728	0,671	0,766	0,834	0,336	0,519	0,661	44	59	62
Porto Amazonas	0,444	0,609	0,7	0,521	0,63	0,708	0,666	0,763	0,815	0,252	0,469	0,595	182	158	232
Porto Rico	0,442	0,618	0,735	0,53	0,61	0,691	0,69	0,751	0,846	0,236	0,516	0,68	187	132	69
Porto Vitória	0,409	0,558	0,685	0,564	0,603	0,674	0,627	0,706	0,796	0,194	0,409	0,6	261	309	288
Pranchita	0,429	0,638	0,752	0,571	0,675	0,743	0,726	0,761	0,821	0,191	0,505	0,696	221	84	27
Presidente Castelo Branco	0,473	0,631	0,713	0,544	0,62	0,695	0,708	0,803	0,857	0,274	0,504	0,608	113	102	167
Primeiro de Maio	0,493	0,633	0,701	0,569	0,631	0,695	0,721	0,753	0,826	0,292	0,533	0,599	74	95	227
Prudentópolis	0,39	0,544	0,676	0,503	0,574	0,664	0,683	0,776	0,807	0,173	0,361	0,577	307	323	312
Quatiguá	0,499	0,622	0,714	0,587	0,641	0,691	0,664	0,766	0,803	0,319	0,49	0,655	67	125	164
Quatro Barras	0,485	0,654	0,742	0,636	0,702	0,74	0,708	0,794	0,831	0,253	0,501	0,665	88	51	52
Quedas do Iguaçu	0,42	0,593	0,681	0,54	0,645	0,69	0,724	0,737	0,794	0,189	0,438	0,576	245	212	295
Querência do Norte	0,392	0,557	0,688	0,576	0,595	0,667	0,663	0,704	0,808	0,158	0,413	0,604	301	310	272
Quinta do Sol	0,439	0,596	0,715	0,561	0,605	0,689	0,69	0,767	0,842	0,218	0,456	0,631	192	203	160
Quitandinha	0,336	0,563	0,68	0,502	0,595	0,648	0,627	0,712	0,806	0,121	0,421	0,603	353	297	303
Rancho Alegre	0,487	0,605	0,707	0,563	0,611	0,691	0,676	0,737	0,808	0,304	0,492	0,633	84	171	194
Realeza	0,49	0,639	0,722	0,597	0,658	0,72	0,703	0,774	0,83	0,28	0,512	0,63	79	80	115
Rebouças	0,383	0,559	0,672	0,496	0,573	0,647	0,661	0,738	0,814	0,171	0,413	0,576	312	305	318
Renascença	0,422	0,591	0,733	0,593	0,607	0,746	0,722	0,741	0,838	0,175	0,458	0,63	238	219	73
Reserva	0,327	0,485	0,618	0,482	0,576	0,65	0,608	0,694	0,786	0,119	0,286	0,461	366	383	388
Ribeirão Claro	0,459	0,602	0,716	0,579	0,626	0,704	0,725	0,744	0,832	0,231	0,468	0,627	144	181	152
Ribeirão do Pinhal	0,45	0,6	0,701	0,551	0,621	0,684	0,668	0,753	0,824	0,248	0,462	0,611	170	189	227
Rio Azul	0,392	0,538	0,687	0,527	0,582	0,728	0,702	0,751	0,819	0,163	0,357	0,544	301	332	277
Rio Bom	0,443	0,594	0,729	0,52	0,576	0,672	0,69	0,786	0,848	0,242	0,464	0,681	185	208	87
Rio Branco do Sul	0,389	0,554	0,679	0,552	0,607	0,679	0,69	0,767	0,847	0,155	0,366	0,545	308	312	307
Rio Negro	0,531	0,678	0,76	0,625	0,673	0,721	0,723	0,804	0,863	0,332	0,577	0,705	25	20	19
Rolândia	0,537	0,659	0,739	0,642	0,705	0,744	0,697	0,723	0,821	0,346	0,562	0,661	22	42	59
Roncador	0,338	0,547	0,681	0,52	0,577	0,665	0,625	0,715	0,797	0,119	0,397	0,595	352	319	295

Rondon	0,478	0,61	0,713	0,555	0,64	0,724	0,644	0,741	0,82	0,306	0,479	0,61	106	154	167
Rosário do Ivaí	0,315	0,521	0,662	0,5	0,556	0,638	0,623	0,694	0,788	0,1	0,366	0,577	377	356	342
Sabáudia	0,473	0,635	0,74	0,569	0,638	0,71	0,723	0,753	0,843	0,257	0,534	0,676	113	90	54
Salgado Filho	0,359	0,561	0,7	0,514	0,561	0,682	0,722	0,763	0,831	0,125	0,413	0,604	339	302	232
Salto do Itararé	0,437	0,573	0,704	0,477	0,588	0,661	0,69	0,767	0,836	0,253	0,417	0,631	200	277	212
Salto do Lontra	0,393	0,599	0,718	0,49	0,608	0,707	0,722	0,794	0,839	0,172	0,446	0,625	300	191	136
Santa Amélia	0,468	0,571	0,653	0,597	0,607	0,655	0,646	0,707	0,809	0,266	0,433	0,526	122	281	355
Santa Cecília do Pavão	0,418	0,585	0,723	0,551	0,572	0,681	0,668	0,753	0,838	0,198	0,465	0,661	248	233	108
Santa Cruz de Monte Castelo	0,439	0,608	0,71	0,548	0,619	0,681	0,69	0,767	0,831	0,224	0,473	0,633	192	161	175
Santa Fé	0,484	0,631	0,705	0,6	0,657	0,721	0,672	0,744	0,808	0,281	0,515	0,601	93	102	207
Santa Helena	0,502	0,678	0,744	0,607	0,669	0,738	0,73	0,789	0,823	0,286	0,591	0,678	65	20	45
Santa Inês	0,471	0,617	0,717	0,55	0,61	0,675	0,668	0,753	0,827	0,285	0,511	0,659	116	134	144
Santa Isabel do Ivaí	0,483	0,647	0,72	0,554	0,63	0,697	0,691	0,769	0,817	0,294	0,558	0,656	99	59	127
Santa Izabel do Oeste	0,398	0,587	0,696	0,507	0,632	0,677	0,696	0,769	0,826	0,179	0,417	0,603	287	226	249
Santa Mariana	0,452	0,601	0,7	0,6	0,629	0,684	0,661	0,753	0,804	0,233	0,458	0,624	162	183	232
Santa Terezinha de Itaipu	0,501	0,638	0,738	0,623	0,676	0,716	0,693	0,751	0,814	0,291	0,512	0,689	66	84	62
Santana do Itararé	0,407	0,57	0,687	0,542	0,598	0,654	0,69	0,763	0,848	0,18	0,406	0,585	267	284	277
Santo Antônio da Platina	0,461	0,599	0,718	0,594	0,657	0,733	0,654	0,725	0,817	0,253	0,452	0,617	141	191	136
Santo Antônio do Caiuá	0,44	0,585	0,696	0,557	0,586	0,65	0,702	0,74	0,82	0,218	0,461	0,632	190	233	249
Santo Antônio do Paraíso	0,404	0,585	0,716	0,55	0,601	0,683	0,646	0,721	0,813	0,185	0,463	0,662	274	233	152
Santo Antônio do Sudoeste	0,406	0,576	0,671	0,518	0,598	0,69	0,661	0,738	0,807	0,196	0,432	0,543	269	264	320
Santo Inácio	0,485	0,628	0,739	0,593	0,64	0,746	0,704	0,776	0,843	0,273	0,499	0,641	88	114	59
São Carlos do Ivaí	0,437	0,575	0,682	0,554	0,625	0,703	0,66	0,743	0,825	0,229	0,409	0,547	200	268	292
São Jerônimo da Serra	0,364	0,532	0,637	0,502	0,578	0,626	0,661	0,738	0,822	0,145	0,353	0,503	332	338	374
São João	0,439	0,642	0,727	0,51	0,655	0,695	0,723	0,763	0,838	0,23	0,529	0,66	192	75	92
São João do Caiuá	0,423	0,585	0,664	0,558	0,595	0,678	0,638	0,726	0,785	0,213	0,464	0,551	234	233	338
São João do Ivaí	0,446	0,584	0,693	0,582	0,599	0,677	0,654	0,738	0,803	0,233	0,45	0,611	177	238	263
São João do Triunfo	0,325	0,503	0,629	0,496	0,557	0,655	0,644	0,731	0,801	0,107	0,313	0,475	369	374	383

São Jorge do Ivaí	0,554	0,669	0,743	0,618	0,678	0,727	0,72	0,768	0,81	0,383	0,574	0,696	9	27	48
São Jorge do Patrocínio	0,417	0,577	0,676	0,466	0,587	0,702	0,648	0,743	0,81	0,24	0,441	0,543	250	261	312
São Jorge D'Oeste	0,433	0,609	0,722	0,51	0,637	0,705	0,646	0,713	0,813	0,247	0,497	0,656	209	158	115
São José da Boa Vista	0,358	0,539	0,671	0,56	0,575	0,651	0,635	0,723	0,781	0,129	0,376	0,594	341	331	320
São José das Palmeiras	0,404	0,582	0,713	0,548	0,583	0,686	0,67	0,767	0,844	0,18	0,442	0,627	274	246	167
São José dos Pinhais	0,516	0,646	0,758	0,648	0,699	0,749	0,725	0,797	0,859	0,293	0,485	0,678	41	63	21
São Mateus do Sul	0,434	0,599	0,719	0,575	0,664	0,711	0,719	0,743	0,838	0,198	0,436	0,623	208	191	133
São Miguel do Iguaçu	0,493	0,621	0,704	0,626	0,699	0,726	0,657	0,725	0,818	0,291	0,473	0,588	74	128	212
São Pedro do Ivaí	0,503	0,634	0,717	0,575	0,647	0,702	0,735	0,744	0,836	0,302	0,53	0,627	64	92	144
São Pedro do Paraná	0,445	0,597	0,704	0,499	0,605	0,678	0,702	0,769	0,836	0,251	0,458	0,616	179	198	212
São Sebastião da Amoreira	0,428	0,597	0,715	0,557	0,608	0,689	0,662	0,753	0,814	0,212	0,464	0,651	224	198	160
São Tomé	0,468	0,598	0,725	0,558	0,617	0,707	0,693	0,731	0,816	0,265	0,473	0,66	122	195	98
Sapopema	0,346	0,504	0,655	0,49	0,552	0,695	0,699	0,722	0,795	0,121	0,322	0,509	350	372	351
Sarandi	0,441	0,605	0,695	0,57	0,619	0,681	0,728	0,799	0,85	0,207	0,448	0,579	189	171	256
Sengés	0,354	0,559	0,663	0,561	0,675	0,658	0,661	0,737	0,811	0,12	0,351	0,546	345	305	341
Sertaneja	0,523	0,668	0,725	0,661	0,664	0,724	0,708	0,774	0,809	0,305	0,581	0,651	31	31	98
Sertanópolis	0,527	0,672	0,723	0,644	0,706	0,719	0,716	0,763	0,804	0,317	0,563	0,655	28	25	108
Siqueira Campos	0,452	0,605	0,704	0,579	0,632	0,708	0,717	0,766	0,839	0,223	0,457	0,588	162	171	212
Sulina	0,397	0,614	0,693	0,47	0,623	0,684	0,704	0,803	0,854	0,189	0,463	0,57	290	143	263
Tamboara	0,452	0,637	0,731	0,522	0,62	0,679	0,722	0,816	0,852	0,245	0,512	0,674	162	88	78
Tapejara	0,414	0,584	0,703	0,565	0,626	0,694	0,661	0,731	0,819	0,19	0,435	0,612	255	238	220
Tapira	0,42	0,607	0,697	0,502	0,6	0,689	0,664	0,748	0,794	0,222	0,498	0,619	245	166	246
Teixeira Soares	0,409	0,575	0,671	0,552	0,614	0,676	0,668	0,718	0,822	0,186	0,432	0,544	261	268	320
Telêmaco Borba	0,508	0,644	0,734	0,632	0,678	0,726	0,644	0,726	0,828	0,322	0,543	0,657	57	70	71
Terra Boa	0,475	0,624	0,728	0,549	0,622	0,708	0,709	0,753	0,803	0,275	0,52	0,68	110	121	89
Terra Rica	0,495	0,599	0,71	0,623	0,643	0,698	0,728	0,736	0,837	0,267	0,454	0,613	73	191	175
Terra Roxa	0,485	0,622	0,714	0,535	0,63	0,697	0,726	0,789	0,818	0,294	0,484	0,639	88	125	164
Tibagi	0,371	0,522	0,664	0,508	0,584	0,678	0,69	0,762	0,832	0,146	0,32	0,519	327	355	338

Tijucas do Sul	0,36	0,502	0,636	0,535	0,599	0,679	0,656	0,703	0,792	0,133	0,3	0,479	336	375	376
Toledo	0,539	0,694	0,768	0,653	0,697	0,755	0,737	0,798	0,855	0,326	0,6	0,702	21	11	9
Tomazina	0,421	0,577	0,699	0,536	0,612	0,661	0,69	0,767	0,829	0,202	0,409	0,622	242	261	239
Três Barras do Paraná	0,402	0,568	0,681	0,53	0,614	0,683	0,687	0,766	0,831	0,178	0,389	0,557	279	287	295
Tuneiras do Oeste	0,4	0,565	0,695	0,51	0,585	0,662	0,692	0,706	0,805	0,181	0,437	0,629	283	294	256
Tupãssi	0,514	0,667	0,73	0,568	0,676	0,721	0,707	0,762	0,83	0,339	0,576	0,649	47	32	83
Turvo	0,336	0,491	0,672	0,536	0,547	0,668	0,661	0,739	0,828	0,107	0,293	0,549	353	379	318
Ubiratã	0,47	0,62	0,739	0,618	0,618	0,706	0,708	0,8	0,854	0,237	0,482	0,669	118	129	59
Umuarama	0,552	0,68	0,761	0,647	0,698	0,755	0,715	0,803	0,836	0,363	0,562	0,698	11	19	17
União da Vitória	0,521	0,663	0,74	0,607	0,684	0,713	0,664	0,758	0,837	0,351	0,562	0,68	35	36	54
Uniflor	0,449	0,586	0,72	0,569	0,609	0,69	0,726	0,757	0,826	0,219	0,437	0,655	174	229	127
Uraí	0,507	0,638	0,721	0,626	0,642	0,698	0,693	0,762	0,821	0,3	0,531	0,655	58	84	121
Vera Cruz do Oeste	0,461	0,593	0,699	0,573	0,627	0,702	0,659	0,714	0,811	0,26	0,466	0,601	141	212	239
Verê	0,427	0,642	0,72	0,497	0,639	0,709	0,723	0,803	0,84	0,217	0,515	0,626	227	75	127
Virmond	0,38	0,572	0,722	0,513	0,608	0,708	0,69	0,767	0,848	0,155	0,401	0,628	318	280	115
Wenceslau Braz	0,427	0,586	0,687	0,573	0,647	0,692	0,644	0,702	0,79	0,211	0,443	0,594	227	229	277
Xambrê	0,408	0,606	0,706	0,501	0,608	0,703	0,704	0,794	0,825	0,192	0,462	0,606	266	170	199